

ATA DA 301ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEAS-MG, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2024. Aos 25 de Outubro de 2024, às nove horas da manhã, na plenária da Casa de Direitos Humanos, situada na Av. Amazonas, nº 558, centro, Belo Horizonte-MG, realizou-se a tricentésima primeira plenária ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, coordenada pelo presidente Nelson Fernando Maure Carvalho, onde estavam presentes também os seguintes conselheiros/as titulares: Flavio Christian De Assis Miranda, representante do CMAS de Ipatinga, Laís Alexandre da Silva, representando o CMAS de Ipatinga, Nelson Fernando Maure Carvalho representando a Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, Nelma Barbonaglia da Silva, representando a Secretaria de Estado da Fazenda, Solimar Assis, representando a SEPLAG, Isac dos Santos Lopes representando a Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Fernanda Regina da Silva do CMAS de Campanha, Marcelo Armando Rodrigues pela OAB/MG, Mayra de Queiroz Camilo, representando a APAE de BH, Luiz Carlos de Castro Fernandes, representando a ARMI, João Paulo Freire Jardim, representando a SEDESE, Simone Maria da Penha de Oliveira, representando o Coletivo Flores de Resistência, Andrezza dos Reis Pimenta, representando o Lar dos Idosos José Justino Rocha, Alexandre Soares Moreno Filho , representando a SEAPA, Cristiane Aguiar Vieira , representando a SES e Rosalice Tassar de Almeida, representando o Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paula. Estavam presentes também os seguintes conselheiros/as suplentes: Altair Rabelo representando a Associação Berg Vingren de Assistência Social, Ernane Gonçalves Maciel, representante do CMAS de Montes Claros, Érica Pereira Alves Beltrame, representando a SEDESE; Matheus Borges Gonçalves representante do Organizações representantes de Usuárias e Usuários da Assistência Social Movimento LGBTQIA+ de Cláudio/MG, Ludmilla Lamartine de Souza, representando o CRESS-MG, Wellington Donizete Lima, representando o Fórum Municipal de Lutas pelos Direitos dos usuários do SUAS, Letícia Dufloth, representando a Secretaria de Estado de Saúde, Anália Romeiro de Paula, representando o Abrigo São Vicente de Paulo de Coluna, Juscelina Mamedes Nunes, representando o CMAS de Guanhães, Ester Rodrigues Espeschit, representando a SEDESE, Patricia Pinho Valadares, representando a Federação das APAES, Sandra Regina Ferreira Barbosa, representando o Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – SINTIBREF, Ronnie Aparecido de Almeida, representando o COGEMAS e Macielle Cristina Botelho Vital, representando o CMAS de Teófilo Otoni. Estavam presentes como convidados: Gabriele Sabrina da Silva, Sofia Benfica Blaso de Souza, Cristiano de Andrade, Roberta Kelly Figueiredo, Suzzane Horta, Lívia Pinto de Almeida Pessoa e Ana Carolina Grossi, todos representantes da SEDESE. **Nelson, SEDESE:** Antes da gente iniciar aqui a nossa plenária, sinalizar que a gente está com a presença do conselheiro estadual lá do Espírito Santos, o Carlos, presidente do conselho, agradecer a presença dele aqui na nossa plenária. Fazer minha

autodescrição, sou um homem branco, estatura mediana, estou vestindo com uma camiseta clara. Bom, aí a gente dá sequência aqui, vou pedir para a Poliana para a gente dar início à nossa 301ª Plenária, pedir para a Poliana fazer a chamada aí. **Poliana, Sec. Executiva:** Bom dia. Poliana, Secretária Executiva. Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais – PSIND, Jennifer Daniele Souza Santos justificou a ausência. Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Armando Rodrigues. **Marcelo, OAB-MG:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** Conselho Regional do Serviço Social de Minas Gerais, CRESS MG, Ludmilla Lamartine de Souza. **Ludmilla, CRESS-MG:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** Assume a condição de titularidade. Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas, SINDBREF, Sandra Regina Ferreira Barbosa. APAE de Belo Horizonte, Mayra de Queiroz Camilo. **Mayra, APAE-BH:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice, CMSSVP:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** Lar dos Idosos José Justino Rocha, Andrezza dos Reis Pimenta. **Andrezza, LIJJR:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** Associação Recreativa da Melhor Idade, ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos, ARMI:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** União das Associações de Pirapora, João Alves Crisóstomo. ABVAS, Altair Rabelo. **Altair, ABVAS:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** Abrigo São Vicente de Paula de Coluna, Anália Romeiro de Paula. **Anália, ASVP-Coluna:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** Federação das APAES, Patrícia Pinho Valadares. CMAS de Ipatinga, Laís Alexandre da Silva. **Laís, CMAS Ipatinga:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** CMAS de Campanha, Fernanda Regina da Silva. CMAS de Guanhães, Jucelina Mamedes Nunes, convidamos para sentar à mesa. **Jucelina, CMAS Guanhães:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** Para assumir a condição de titularidade. CMAS de Teófilo Otoni, Maciele Cristina Botelho Vital. **Maciele, CMAS Teófilo Otoni:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** Coletivo Flores de Resistência, Simone Maria da Penha de Oliveira. **Simone, CFR:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. Fórum Municipal de Lutas pelos Direitos dos Usuários do SUAS Uberaba, Wellington Donizete Marques de Lima Leon. **Wellington, FMLU-Uberaba:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** Assume a condição de titularidade. Movimento LGBTQIA+ de Cláudio, Matheus Borges Gonçalves. **Matheus, MLGBTQIA+ de Cláudio-MG:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** SEDESE, Nelson Fernando Mauri Carvalho. **Nelson, SEDESE:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** SEDESE, João Paulo Freire Jardim. **João Paulo, SEDESE:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** SEDESE, Ester Rodrigues Espechit. **Ester, SEDESE:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** SEDESE, Érica Pereira Alves Beltrami. **Érica, SEDESE:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** SEAPA, Alexandre Soares Moreno Filho. **Alexandre, SEAPA:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** SEAPA, Ana Carla Ribeiro Silva. Secretária de Estado de Educação, Cleusa Maria de Oliveira. **Nelson, SEDESE:** Justificou a

ausência no período da manhã. **Poliana, Sec. Executiva:** Secretaria de Estado de Educação, Clebe Leonardo de Souza, justificou a ausência. Secretaria de Estado da Fazenda Nelma Borbonaglia da Silva. **Nelma, FEF:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** Secretaria de Estado da Fazenda, Elisa Vieira Marques Brigagão Dias. SEPLAG, Solimar Assis. **Solimar, SEPLAG:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** SEPLAG, Tomás Pereira de Sá Carvalho justificou a ausência. Secretaria de Estado de Saúde, Cristiane Aguiar Vieira. **Cristiane, SES:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** Secretaria de Estado de Saúde, Letícia Dufloth Bianchini. **Letícia, SES:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** COGEMAS, Welington Duarte Ribeiro. COGEMAS, Rone Aparecido de Almeida. **Ronne:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** Assume a condição de titularidade. CMAS de Ipatinga, Flávio Cristian de Assis Miranda. **Flávio, CMAS Ipatinga:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** CMAS de Coronel Fabriciano, Letícia Fernandes Godinho. **Nelson, SEDESE:** Justificou a ausência. **Poliana, Sec. Executiva:** CMAS de Campanha, Joelma Dias Ramos também justificou a ausência. CMAS de Montes Claros, Ernani Gonçalves Maciel. **Ernani, CMAS Montes Claros:** Presente. **Poliana, Sec. Executiva:** Assume a condição de titularidade. Temos dezesseis conselheiros no quórum. **Sandra, SINTIBREF:** Bom dia, gente. Sandra, SINTIBREF, presente, que eu acho que já tinha chamado. **Nelson, SEDESE:** Bom dia, pessoal, mais uma vez. Então agora com a chamada feita, o primeiro ponto nosso é a apreciação e a votação da ata da plenária. Na plenária passada a gente não tinha aprovado a ata da plenária anterior, então para essa a gente tem três atas para aprovação que são as plenárias 299ª Plenária, 300ª e a plenária 43ª Extraordinária. Todos fizeram a leitura das atas? A gente pode caminhar para a aprovação? Tem algum ponto? Vocês querem aprovar separadamente ou pode ser em bloco todas as três? Pode ser em bloco? Então pela aprovação. Reprovação, abstenções? Então atas, as três atas aprovadas. Aí, gente, agora para a gente voltar aqui a apreciar a nossa pauta. Então a gente tem como primeiro ponto a alteração das metas de implantação previstas no Plano Estadual de Regionalização do Serviço de Proteção Social Especial, e os critérios de elegibilidade e partilha de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para cofinanciamento da cobertura de serviço de proteção social especial de alta complexidade. O segundo ponto apreciação e pactuação do Plano Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social de Minas Gerais com vigência 2024 –2027. Terceiro ponto é a apresentação do relatório de execução do PROCAD SUAS. Quarto ponto, uma apresentação do PPAG que foi feita ontem na assembleia e uma solicitação da sociedade civil de que fosse feita aqui hoje também em plenária. O quinto ponto, a mudança, uma proposta de alteração das datas da plenária de novembro. E o sexto ponto a realização e participação das Conferências de Assistência Social em 2025. A gente tem alguma proposta de inclusão de pauta? Então podemos votar a pauta da forma como ela está? Então pela aprovação. Reprovação, abstenções? Então pauta aprovada. A gente tem alguns informes, então vou, antes da gente iniciar a nossa pauta, passar aqui pelos informes. Primeiro

ponto aqui enquanto informe é a respeito da minuta do novo regimento interno, aí comissão de normas quer fazer. **Rosalice, CMSSVP:** Bom dia, é Rosa, Conselho Metropolitana da Sociedade São Vicente de Paulo. Ontem nós iniciamos uma discussão da minuta de regimento interno que a comissão de normas elaborou, apresentou para vocês para contribuições, só que ontem nós não conseguimos finalizar. Então nós vamos passar para novembro, para outra reunião conjunta para dar continuidade à análise para tentar apresentar para deliberação na plenária de novembro. Nós queríamos até ver, dependendo de como que a gente vai conseguir encaminhar em novembro, a gente vai pedir uma reunião extraordinária, uma plenária extraordinária para a gente aprovar o regimento interno. Porque nós vimos ontem, de nove ao meio dia nós chegamos no artigo doze, e olha que nós só usamos o método de ir só nos pontos que tinham contribuições, e aí a gente chegou só no doze, então provavelmente vai pedir uma reunião extraordinária. E se for o caso até mesmo talvez online, para não prejudicar o horário de trabalho de todos, a gente vai avaliar isso junto com a comissão de normas a partir da discussão de novembro. **Nelson, SEDESE:** Obrigado, Rosa. O segundo ponto, aí são os próximos dois pontos, não, perdão, gente. Eu vou só alterar a ordem aqui dos informes porque aí a Secretaria Executiva pode fazer de uma única vez os dois informes. Que é a respeito da importância da participação dos conselheiros, acho que a assinatura da lista de presença, prestação de contas, e uma agenda para capacitação para novos conselheiros do CEAS. **Ana Carolina, Sec. Executiva:** Nós colocamos esses dois pontos, pessoal, para reforçar a importância da prestação de contas estar em dia, da assinatura do livro de presença, dos convidados também que muitas vezes falam no microfone, mas não assinam a lista de convidados. Então reforçando isso, reforçando também a assinatura da lista durante as reuniões de comissões, sejam conjuntas, sejam das comissões individuais. Informar que a gente vai apresentar uma data para capacitação para os novos conselheiros, nós tivemos uma em janeiro com a posse dos conselheiros do ano passado, e aí ao longo do ano vieram outros conselheiros, ingressaram outros conselheiros. Então a gente da Secretaria Executiva vai passar uma data para a mesa diretora, e aí a gente vai fazer essa nova capacitação, de preferência online, que facilita a participação de todos, e a gente vai convidar também os outros conselheiros que se disponibilizarem a participar também da capacitação, está bom? Obrigada. **Nelson, SEDESE:** Aí o próximo ponto, gente, é a respeito da participação, da realização do encontro do FONACEAS que foi sediado essa semana aqui em Belo Horizonte. Aí o conselheiro que quiser trazer alguma contribuição acho que é importante, mas também queria que a Simone, eleita presidenta do FONACEAS, também se manifestasse. **Marcelo, OAB-MG:** Bom, o encontro do FONACEAS em Minas Gerais, no meu ponto de vista, ele foi bem interessante, foi bem propositivo. Nós tivemos uma participação efetiva, os conselheiros do CEAS todos, indistintamente, tiveram uma participação brilhante neste encontro. Seja da forma como for, nós estarmos lá demonstrando a nossa união, a nossa participação. Tivemos, como qualquer disputa,

em qualquer disputa, alguns embates, mas alguns embates que foram resolvidos. Tivemos a contribuição e a parceria, sempre, do nosso presidente lá da nossa querida Espírito Santo, o amigo Carlos Ajur, que também foi um grande parceiro na construção da participação de Minas Gerais no processo eleitoral. Também de outros companheiros de outros estados. Alguns apontamentos que foram desgastantes, mas que não vêm aqui ao caso neste momento a gente tratar, mas de qualquer forma a Simone está de parabéns, ela foi eleita por Minas Gerais, e tenho certeza que Minas Gerais irá sobressair muito bem lá no FONACEAS em âmbito nacional. **Luiz Carlos, ARMI, Serra dos Aimorés:** Na verdade, só dizer para Carlos que desde a minha participação no primeiro FONACEAS, na minha primeira viagem, foi uma pessoa, assim, que eu me identifiquei muito, fico muito agradecido, viu, Carlos? Pela amizade por você, tenho guardado todos os presentes que eu ganhei de você, eu normalmente não ganho nada então chego em casa a esposa até pergunta assim: “Da onde que veio esse presente?”, falei: “Carlos, Carlos Ajur.” Então, Carlos, seja bem-vindo ao CEAS de Minas Gerais e obrigado pela sua amizade, você é um cara mil, obrigado, viu **Sandra, SINTBREF:** Bom dia a todos e todas. Também parabenizar, a gente já, não é, Simone? Minas Gerais, não é, gente? Consegue, continua, mas eu chamo também aqui um ponto importante que é da responsabilidade nossa, porque inclusive vai ter revisão de regimento, como que Simone está lá, mas estamos todos nós lá junto com ela. E a gente até fez uma solicitação de sempre estar trazendo as pautas, porque Minas Gerais a gente já sabe que as digitais mineiras estão por aí na política de assistência social, não é, gente? Não adianta. Em Brasília eu falava, o povo ficava assim, gente, eu tenho tranquilidade, as digitais mineiras estão tendo tudo isso aqui, na construção do SUAS, da política. Então a gente tem que também a nossa digital, as nossas digitais agora nessa nova gestão a gente participar junto, chama a gente, pede apoio, está, Simone? A gente está aqui, para a gente fazer um regimento. Porque muitas questões que surgiram, que não é o caso agora, fecha parênteses, que o Marcelo trouxe, surgiu que às vezes até não estava no regimento algumas coisas já bem definidas. Porque aí a gente vê a disputa, às vezes, nos momentos de eleição, é normal, é do processo democrático, mas alguma coisa a gente pode qualificar no regimento. Parabéns e contem com a gente, comigo, estou colocando aqui. E Minas Gerais, mais uma vez, parabéns para nós. **Leon, FML do SUAS:** De um modo geral é uma experiência, foi uma experiência ímpar. Posso dizer enquanto usuário, enquanto conselheiro, essa participação no FONACEAS foi uma experiência, de fato, única, que eu nunca tive uma experiência enquanto essa dentro do SUAS. E olha que a gente já teve cenários aí de embate muito grande dentro dos espaços de conselhos, enfim. Eu quero agradecer a presença aí do Carlos, eu lembro quando eu vi ele a primeira vez na reunião trimestral, em Brasília, sempre fui bem recebido, então receba aí também as boas-vindas de todos nós aqui. E dirijo também a minha palavra à Simone, sou um pouco suspeito em dizer porque tenho ela aí como uma grande amiga. Mas se antes eu tinha você como inspiração eu posso dizer com

toda propriedade das minhas palavras, você está no ranking em primeiro lugar, continua no primeiro lugar como inspiração porque a resistência que você teve em todo o tempo ali na sua calma, eu acredito que por dentro poderia estar explodindo, mas mesmo assim manteve-se calma, cordial, não sendo ímpar, entendeu? Em todo o processo. Então eu acredito aí, e pode ter certeza que a minha admiração só cresce a cada passo que eu caminho com você. Parabéns. **Érica, SEDESE:** Parabéns, Simone. Não poderia deixar de iniciar te parabenizando. E dizer que por conta daquilo que vocês visualizaram lá, desses embates que nós tivemos. E aí acabaram tendo contratempos só para explicar que algumas coisas não foram feitas lá no momento da reunião, que normalmente não é daquela forma. Há os trabalhos em grupo que vocês participaram, depois as regionais elas tiram questões específicas da sua região. E volta para a plenária, e depois ali ainda é debatido, reconstruídos alguns pontos e aí é feita a carta do estado que recebeu o FONACEAS. Só para vocês entenderem que por conta do tempo a gente acabou não conseguindo concluir as tarefas da forma que nós temos o costume de fazer. Por isso ficaram algumas tarefas meio que para casa para concluir depois, em função do tempo. É só para deixar claro sobre essa metodologia aí porque como é a primeira vez que vocês estão participando, às vezes poderiam ficar, assim, não entendendo o processo como um todo. **Simone, coletivo Flores de Resistência:** Eu estava falando com o Nelson agora mais cedo, assim, que ainda estou mexida, óbvio, agora que a gente coloca o corpo no lugar, agora que a gente coloca o eu. Porque quando o Leon traz aquela postura, Leon, e eu quero muito dizer para vocês que estão chegando agora, estão conhecendo uma Simone, mas para quem já caminhou comigo tem um outro tipo de Simone. E aí a estrutura que foi realizada ali era para ser aquela outra Simone, sabe? Mas aí a outra Simone só ia perder, e não ia perder não era na votação, ia perder como pessoa, sabe? Eu tenho lutado muito para ser uma pessoa diferente, cada dia diferente, desde o ano passado eu tenho sempre dito isso, aquela de lá não vai permanecer em mim. Então assim, não foi fácil, até agora não recuperei o sono, tenho chorado muito ainda, muito, muito, muito, mas eu saio daqui não grandona, mas eu saio daqui muito realizada como pessoa. Aquele processo eu precisava sim de passar por ele, porque para mim ele foi um teste de quem sou eu e quem eu quero continuar sendo, sabe? Então assim, aquele gargalo ali ele era necessário espiritualmente para a minha pessoa, para me reconhecer e não esquecer de onde eu vim. Então assim, essa cadeira ela não é mais dos usuários, ela é de todos aqueles que acreditam, que defendem, que estão aqui na luta diária para garantir uma assistência social digna, não é? E também trazer o orgulho sim, não é? De ser a primeira mulher aqui da região sudeste, negra, usuária. Então têm vários patamares que vão me colocar, mas que eu quero sempre continuar com humildade, com a consciência de que o que eu fui ontem eu posso ser melhor hoje. Então assim, agradecer mesmo o apoio de vocês, eu disse ontem a importância de vocês estarem ali, independente de quem tenha proximidade ou não, mas olhar para cada um vocês ali e saber que estavam ali isso também

fortalece. E aí a gente começa a entender que esse CEAS funciona, que a gente está aqui para construir de verdade. Vão ter os embates sim, mas que no final a gente saiu vitorioso. Então assim, eu dedico também aos parceiros, principalmente São Paulo e Espírito Santo, eu não posso deixar o apoio que me deram foi muito importante, mas também dizer da importância aqui do CEAS, essa presidência não é da Simone, essa presidência é nossa, é coletiva. E eu quero muito contar com o apoio, com a ajuda de vocês. Muito obrigada. **Carlos, Conselheiro do CEAS-ES:** Bom dia a todos e todas, Carlos Aju, eu estou presidente do Conselho Estadual do Espírito Santo, onde eu represento uma organização de pessoas cegas à União de Cegos Dom Pedro II. Quero cumprimentar o presidente, o Nelson, meu amigo Nelson, assim cumprimentando todos os conselheiros e conselheiras, titulares, suplentes. Cumprimentar a Carol, minha conterrânea lá do Vale do Jequitinhonha, eu sou mineiro, estou emprestado para o Espírito Santo. E aí cumprimentar a todos os técnicos, técnicas, a Secretaria Executiva. E parabenizar o CEAS de Minas por mais essa coordenação nacional do FONACEAS, pela realização do FONACEAS aqui em Belo Horizonte. Minas é um estado marcante no FONACEAS, foi um estado que fez parte da fundação do FONACEAS, aonde que conheci o colega Marcelo al no FONACEAS, já conheço o Marcelo há um tempo, não vou falar quantos anos por causa da idade, mas os cabelos brancos já nos mostram. E assim, prazer imenso ser parceiro, a gente ser parceiro e ter defendido a representação de Minas Gerais lá em Bento Gonçalves, o Luizão estava lá e viu como que foi o enfrentamento, não é? E nós tivemos que enfrentar porque a representante de Minas Gerais estava sendo chicoteada, mas superamos. Aqui em Belo Horizonte eu tenho maior honra de ter participado, eu falei que eu e o Marcelo formamos uma dupla da OAB lá no FONACEAS, aonde a gente chegava o pessoal calava. Mas o apoio do Luizão, da Laís, da Érica, da Carol, a presença do Nelson e de todos os conselheiros e conselheiras com certeza fez com que Minas Gerais voltasse a ocupar esse cargo que ela sempre esteve presente. E a importância de Minas Gerais na construção da política, da PNAS do SUAS. Eu fui presidente no CNAS quando o ministro era mineiro, o Patrus Ananias, tivemos várias parcerias. Então eu quero aqui parabenizar a todos vocês que lutam pela efetivação e fortalecimento do controle social dessa política no estado país como é o estado de Minas Gerais. Bom dia a todos e um bom trabalho. **Nelson, SEDESE:** Obrigado, Carlos. Obrigado a todas as participações e mais uma vez parabéns, viu, Simone? Conta com a gente. Acho que é isso, a gente está aqui todo mundo aqui para te apoiar também nessa jornada. O nosso próximo ponto de informe é a respeito da reunião do grupo coordenador do FEM, aí acho que o Matheus que vai fazer esse informe. **Matheus, movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Finalmente aconteceu a reunião do Grupo Coordenador que aguardávamos ansiosamente acontecer para a gente conseguir fazer a nossa incidência nesse espaço que é determinante para essa partilha desse recurso, que é determinante para a gente levar os anseios do nosso conselho, os anseios de luta, os anseios que têm toda uma

trajetória histórica. A reunião aconteceu, foi uma reunião onde a gente precisa, e eu queria fazer esse registro, cumprimentar a incidência da nossa conselheira, nossa companheira Jennifer. Junto também ao mandato da Deputada Bella Gonçalves, conseguiram fazer uma boa incidência para que a gente conseguisse organizar uma reunião e organizando uma reunião atenta com processos que o próprio grupo coordenador precisa estar comprometido que é, novamente, o regimento interno. A gente precisa, no grupo coordenador do FEM, de um regimento interno com qualidade, com qualidade que garanta a nossa participação efetiva, não só a nossa, mas de todos aqueles que o compõem, de maneira que a gente não tenha problemas, que a gente não tenha problemas por muitas das vezes. O grupo já existia, ficou muito tempo sem ter reuniões, e agora nessa retomada a gente precisa fazer uma retomada qualificada, uma retomada significativa para poder garantir as respostas aos nossos anseios, aos nossos anseios no combate, na erradicação da miséria de uma maneira comprometida, de uma maneira responsável, de uma maneira que consegue incluir todos aqueles que acreditam que a gente precisa erradicar a miséria em Minas Gerais. Sabendo da complexidade e da dificuldade disso, mas que é um processo que a gente precisa ter atenção com os nossos primeiros passos, com os passos que a gente vai, vai precisar dar. E a gente precisa ter segurança de onde a gente vai colocar o pé, onde a gente vai colocar o pé para firmar as nossas defesas e para, principalmente, conseguir mudanças, a gente precisa mudar o cenário orçamentário e financeiro da política de assistência social no nosso estado. E a gente entende que a nossa incidência no grupo coordenador, e não só Jennifer e eu que estamos representantes, mas todo o conselho é muito importante. É muito importante, a gente sempre vai trazer, a gente sempre vai querer provocar cada vez mais para que a gente produza avanço. Nós estamos no grupo e a gente acredita que o grupo é para produzir avanço, é para produzir mudança com a qualidade, com o tamanho da responsabilidade que nós temos com o nosso conselho, mas principalmente com as pessoas. As pessoas que fazem essa política de assistência, essas pessoas que são gente, acho que é muito importante demarcar isso. E o espaço do grupo coordenador está se construindo e teremos uma próxima reunião, a gente também aguarda, porque esse desenho do regimento interno e do quê que a gente apontou nessa primeira reunião vai precisar também de uma proposta que vai ser encaminhada pelos responsáveis pela coordenação do grupo coordenador, essa proposta ainda não chegou para nós. Mas a gente acredita que nas próximas reuniões a gente vai conseguir estar comprometido com os nossos aliados para poder avançar. **Nelson, SEDESE:** Obrigado, Matheus. A Jennifer já tinha feito essa fala com a mesa diretora e aí a gente achou importante essa fala também vir para a plenária para que todos os conselheiros tivessem ciência de como que está o andamento dos trabalhos lá no grupo coordenador do FEM e dos nossos representantes que são Matheus e Simone enquanto CEAS. Matheus e Jennifer, falei Simone duas vezes, não é? Matheus e Jennifer. **João Paulo, SEDESE:** A pergunta para o Matheus. Matheus, tirou algum indicativo de agenda, de

cronograma de trabalho? Como é que ficou isso? **Matheus, MLGBTQIA+ Cláudio-MG:** A gente já chegou com uma pauta extensa para a gente fazer a deliberação, mas a gente entendeu que como era a primeira reunião de uma retomada a gente precisava pensar a necessidade da urgência de deliberar, mas principalmente de conseguir estabelecer um parâmetros para a gente trabalhar com qualidade. Porque ainda existem muitas dúvidas quanto à participação, até no meu caso mesmo da suplência, o próprio desenho de como são feitas articulações, é o dia a dia de trabalho daquele grupo, a gente ainda não tem ele muito concretizado. A próxima agenda é no dia 28, a gente recebeu indicativo, é a SEPLAG que coordena os trabalhos do grupo, a gente recebeu indicativo, a partir da nossa incidência sobre o regimento interno de que haveria uma apresentação de uma proposta que já estava sendo desenhada já há algum tempo, para que a gente, a partir dela, vá começando a trabalhar, vá começando a fazer as articulações e os desenhos necessários para poder encaminhar e avançar. Eu não me recordo com certeza assim. É de novembro, se eu não me engano, mas eu tenho que confirmar porque eu consegui participar, mas a Jennifer que conseguiu fazer uma incidência maior porque eu tive um imprevisto. **Ludmilla, CRESS-MG:** Eu gostaria de registrar, e novamente parabenizar, Jennifer e Matheus pela participação no grupo coordenador, mas para além disso do comprometimento deles com o retorno, sabe? Eu acho que toda representação que nós temos no CEAS, em qualquer outro espaço fora, a gente precisa fortalecer esse sentimento de compartilhando. Não porque, o Matheus trouxe aqui de uma forma muito rica, muito detalhada, tanto as discussões quanto encaminhamentos, quanto propostas. Para além disso eles nos mantiveram informados em todo o processo, no grupo, não é? Eles compartilharam agenda, compartilharam pauta, trouxeram devolutiva, e isso é muito importante. Porque a partir do momento em houver qualquer outra ação que remeta ao FEM, que todo conselho vai participar como, por exemplo, vai acontecer na assembleia no dia seis, todos estão cientes das discussões, todos estão cientes das pautas que já forma levantadas e conseguem fazer incidência dependendo. Então que a gente consiga, cada vez mais, fortalecer esse compartilhamento entre nós enquanto conselho para que todos estejam preparados para contribuir, realmente, porque o objetivo é isso, eles estão nos representando. Então eu posso ter alguma informação que possa complementar e vice-versa, e que a gente possa realmente fortalecer esse compartilhamento. **Nelson, SEDESE:** Mais uma vez obrigado, Matheus. E acho que reforçar isso, agradeço a fala da Ludmilla porque eu acho que é muito importante sinalizar dessa ideia de coletivo também que somos, não é? Acho que a gente tem lá os representantes em cada um desses espaços, mas é importante que o coletivo esteja participando, mesmo que não lá presencialmente nessas reuniões, mas aqui enquanto grupo. Então acho que é importante reforçar isso mesmo. Bom, então aí dando sequências, a gente inicia aqui os nossos pontos de pauta. E aí o primeiro é a alteração de metas de implantação previstas no Plano Estadual de Regionalização de Serviço de Proteção Social especial. E os critérios de elegibilidade e

partilha de recursos do FEAS para cofinanciamento da cobertura de serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Esse ponto de pauta ele foi apresentado na CIB, então a gente já tem uma resolução aprovada pela CIB, essa resolução foi encaminhada para todos os conselheiros. Além disso, nós fizemos, na semana passada, uma reunião de comissão conjunta, que foi uma reunião online, e que teve a apresentação do Cristiano a respeito deste ponto de pauta. E na reunião conjunta de comissões a gente já tirou como proposta iniciar na plenária hoje a partir da leitura da resolução do CEAS. Eu não sei se restou alguma dúvida, algum questionamento, o Cristiano está aqui, então se tiver alguma questão antes da gente ir para a resolução, primeiro eu coloco aqui para a plenária. Caso não tenha nenhuma questão, e a gente já puder partir para a resolução, vou pedir para, as meninas já abriram aí a resolução para a gente poder fazer a leitura da resolução. Então, bom, a gente vai para a resolução, vou pedir para o João Paulo fazer a leitura aqui para a gente.

João Paulo, SEDESE: Vou fazer a leitura aqui da resolução. Resolução CEAS MG 25 de outubro de 2024. Aprova a pactuação de alteração das metas de implantação previstas no Plano Estadual de Regionalização do Serviço de Proteção Social Especial e os critérios de elegibilidade e partilha de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para cofinanciamento da cobertura de serviços de proteção social especial de alta complexidade. O conselho, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidos pelo artigo 13 da lei estadual 12.262 de 23 de julho de 1996, e pela norma operacional básica do Sistema Único de Assistência Social, aprovado pela resolução CNAS número 33. E aí têm os considerandos, vou pular aqui, que são as normativas correlatas, resolve. Artigo 1º, aprovar a pactuação de alteração das metas de implantação previstas no Plano Estadual de Regionalização do Serviço de Proteção Social Especial, e os critérios de elegibilidade e partilha de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social, FEAS, para cofinanciamento da cobertura de serviços de proteção social especial de alta complexidade. Artigo 2º, as metas de implantação previstas no Plano de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial, aprovado pela resolução CEAS número 524 de 17 de julho de 2015, a serem cofinanciadas com os recursos do termo de aceite do cofinanciamento federal aprovado pela resolução CEAS número 487 de 27 de junho de 2014, referentes à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, ficam alteradas para: inciso 1º, cofinanciamento de 16 municípios para oferta de serviços de acolhimento em família acolhedora para crianças e adolescentes, conforme critérios de elegibilidade e partilha definidos nessa resolução; e, inciso 2º, cofinanciamento de um município para oferta de serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade abrigo institucional, casa da passagem para migrantes e/ou refugiados, conforme critérios de elegibilidade e partilha definidos nessa resolução. Artigo 3º, são elegíveis ao cofinanciamento para oferta do serviço de acolhimento em família acolhedora para crianças e adolescentes, de que trata o inciso primeiro do artigo segundo, municípios que cumulativamente atendam aos seguintes critérios: inciso 1º, possuam menos de 50

mil habitantes; inciso 2º, executem o serviço de acolhimento em família acolhedora de acordo com o Censo SUAS 2023; inciso 3º, estejam com o serviço de acolhimento em família acolhedora ativo no sistema de cadastro nacional do SUAS, CAD SUAS, em sete de outubro de 2024; inciso 4º, tenha um serviço de acolhimento em família acolhedora regulamentado por lei, de acordo com o Censo SUAS 2023; e, inciso 5º, não recebam cofinanciamento federal para o serviço de acolhimento de crianças e adolescentes de acordo com informações do sistema SUAS web parcelas pagas. Parágrafo 1º, a ordem de classificação dos 16 municípios elegíveis a serem contemplados com os recursos do cofinanciamento, de acordo com o disposto no inciso primeiro do artigo segundo, se dará conforme critérios constantes no anexo um desta resolução. Parágrafo 2º, os municípios elegíveis serão convocados a realizar o aceite ao cofinanciamento seguindo a ordem classificatória de acordo com o parágrafo 1º e conforme a disponibilidade orçamentária e financeira do FEAS, a partir de novembro de 2024. Artigo 4º, são elegíveis ao cofinanciamento para oferta do serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade abrigo institucional, casa de passagem para migrantes e/ou refugiados, refugiadas e refugiados, de que trata o inciso 2º do artigo 2º, municípios que cumulativamente atendam aos seguintes critérios. Inciso 1º, executem o serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade abrigo institucional casa de passagem para migrantes e/ou refugiados de acordo com o Censo SUAS 2023. Inciso 2º, tenham unidades de acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade abrigo institucional casa de passagem para migrantes e/ou refugiados, ativos no CAD SUAS em 02/10/24. E inciso 3º, tenham informado a quantidade de pessoas que estiveram acolhidas na unidade no ano anterior no questionário do Censo SUAS 2023. Parágrafo 1º, será contemplado com recurso do cofinanciamento de acordo com o disposto no inciso 2º do artigo 2º o município que possua maior percentual de acolhidos por ano, de acordo com a população do município, segundo o Censo SUAS 2023 e o Censo IBGE 2022. Parágrafo 2º, em caso de desistência será convocado o próximo município de acordo com a ordem de classificação gerada a partir do critério previsto no parágrafo 1º do artigo 4º. Parágrafo 3º, os municípios elegíveis serão convocados a realizar o aceite ao cofinanciamento seguindo a ordem classificatória de acordo com o parágrafo primeiro. Artigo quinto, o valor do cofinanciamento aos municípios para oferta do serviço de acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes, de que trata o inciso 1º do artigo 2º, será de 2.500 reais, referentes a recursos federais, e 2.500 reais referentes a recursos estaduais, totalizando 5 mil reais mensais. Artigo 6º, o valor do cofinanciamento aos municípios para oferta do serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade abrigo institucional casa de passagem para migrantes e/ou refugiados, de que trata o inciso 2º do artigo 2º, será 10 mil reais, referentes a recursos federais, e 5 mil reais referentes a recursos estaduais totalizando 15 mil reais mensais. Artigo 7º, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, SEDESE, disponibilizará o

termo de aceite para os municípios elegíveis, e em caso de recusa ou ausência de resposta dos municípios no prazo de trinta dias, convocará os demais municípios na ordem de classificação, conforme previsto no parágrafo primeiro do artigo 3º e parágrafo 1º do artigo 4º. Artigo 8º, o recurso do cofinanciamento será transferido na modalidade fundo a fundo do FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS, dos municípios contemplados, conforme disponibilidade orçamentária e financeira do FEAS, observadas as disposições constantes no decreto estadual número 48.269 de 20 de setembro de 2021. Artigo 9º, os municípios elegíveis deverão firmar termo de aceite disponibilizado pela SEDESE no sistema eletrônico de informações SEI, e preencher o respectivo plano de serviços relativo à transferência disponibilizada pela SEDESE e tramitado no Sistema de Gestão de Convênios, portarias e contratos do estado de Minas Gerais – SIGCON/MG módulo saída. Artigo dez, os municípios estabelecidos no artigo 2º, ao realizarem o aceite, devem assumir o compromisso de observar as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, referente às provisões necessárias para execução e manutenção dos serviços. Artigo onze, os critérios de elegibilidade e partilha estabelecidos nesta resolução ficam condicionados à aprovação no Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS MG. Artigo doze, a SEDESE editará normas e orientações complementares para os municípios com procedimentos operacionais para adesão ao termo de aceite para execução e manutenção dos serviços. Artigo treze, esta resolução entra em vigor na data da sua publicação. Belo Horizonte, 25 de outubro de 2024. O Anexo I, critério de classificação de municípios elegíveis ao cofinanciamento para oferta Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes ao qual se refere o parágrafo 1º do artigo 3º desta resolução. Aqui são as variáveis e os critérios, tá? Variáveis, município possui CREAS ativo no CAD SUAS, se possui a pontuação é um, se não possui zero. Esse é um serviço de oferta regionalizada organizado para atender à demanda de um grupo de municípios de acordo com o Censo SUAS 2023? Se sim, pontuação cinco, se não, pontuação zero. Qual é o valor mensal do subsídio financeiro repassado a cada Família Acolhedora por criança e adolescente, informação do Censo SUAS 2023. Se o município repassa mil e trezentos ou mais, pontuação cinco, se repassada entre 650 reais e R\$ 1.299,99, pontuação dois. Se menos de 650 reais repassados à família, pontuação um. Outra variável, quantas crianças e adolescentes foram acolhidas por meio deste serviço de família acolhedora nos últimos doze meses entre outubro de 2022 e setembro de 2023, informação do Censo SUAS 2023. Se diferente de zero vai ser um a pontuação, se for igual a zero, a pontuação vai ser zero. O serviço possui instrumento Projeto Político Pedagógico – PPP? Informação do Censo SUAS. Se possui, pontuação cinco, se não possui pontuação zero. O serviço possui instrumento prontuários de atendimento individualizado dos colhidos, informação do Censo SUAS, se possui pontuação cinco, se não possui pontuação zero. O serviço possui instrumental Plano Individual de Atendimento – PIA? Informação do Censo SUAS 2023, se possui, pontuação

cinco, se não possui pontuação zero. Qual o número de Famílias Acolhedoras cadastradas no serviço que estejam aptas a acolher e/ou estejam acolhendo, informação do Censo SUAS 2023. Se diferente de zero a pontuação um, se igual a zero, pontuação zero. A equipe técnica, psicólogo e assistente social, que trabalham com o serviço de Família Acolhedora é exclusiva deste serviço? Informação do Censo SUAS 2023. Se tem equipe exclusiva cinco, a pontuação, parte da equipe é exclusiva, pontuação três, se não tem equipe exclusiva, pontuação um. O coordenador ou coordenadora deste serviço é exclusivo? Informação do Censo SUAS 2023, se tem coordenador ou coordenadora exclusivo ou exclusiva, pontuação cinco, se tem coordenador ou coordenadora compartilhando função pontuação três, se não tem coordenador ou coordenadora pontuação zero. Critério de desempate, data de implantação do serviço, mais antiga, de acordo com o Censo SUAS 2023. Forma de cálculo, somatório das pontuações pesos por variável, podendo se chegar à pontuação máxima de trinta e oito pontos por municípios, unidade. **Nelson, SEDESE:** Obrigado, João Paulo. A gente tem alguma observação, algum destaque na resolução? **Marcelo, OAB-MG:** É possível voltar no artigo 3º, parágrafo 4º? Inciso 4º, quer dizer. É só para eu poder entender aqui um. Ah sim, tenha um serviço de acolhimento em família acolhedora regulamentado por lei, de acordo com o Censo SUAS 2023, essa regulamentação ela é a regulamentação federal, ou ela é estadual ou ela é municipal? Então quer dizer que o município tem que ter tido uma lei que criou a família acolhedora e regulamentado no seu âmbito? Ok, ok, tá, isso é bom esclarecer. Bom, outro ponto que eu vi no documento fala assim, que o município que não aceitar e tal, qual o motivo para o município não aceitar? É só mesmo uma curiosidade. É porque assim, os municípios já recebem tão pouco recurso, já recebem tão pouco recurso seja de âmbito estadual ou federal para esse tipo, não é? Porque esse repasse de cinco mil para Família Acolhedora e 15 mil para abrigo, se a gente for pensar, realmente é pouco. Então é por isso, qual a motivação para não aceitar? **João Paulo, SEDESE:** Só a título de ilustração, antes de você, Cris. O município número um do ranking da regionalização da Proteção Especial ele não tinha recebido da outra vez, ele não quis, o número um ele não quis receber, que eu não lembro agora o nome qual que é, mas acontece muito. **Cristiano, SEDESE:** Bom, isso acontece, acho que todo mundo aqui se manifestou um pouquinho, mas infelizmente isso acontece, não é? Mesmo o município ele sendo elegível para o cofinanciamento, pode ser que ele recuse. E aí os motivos aí vai, depende, depende. A gente teve esses casos no passado, mas para CREAS municipal, do município ser elegível para um cofinanciamento de CREAS municipal e recusar. Pela nossa experiência, eu imagino que para esse cofinanciamento especificamente nenhum município vai recusar. A gente precisa prever um critério caso o município recuse, eu acredito que eles não vão recusar porque são serviços que já existem. Então o município, praticamente, ele vai receber um cofinanciamento a mais daquilo que ele já faz com recursos próprios. Mas a gente precisa prever, porque tem município realmente que, que é o gestor,

não é? E aí, assim, só um ponto que eu acho que é isso, não é? O Conselho Municipal de Assistência Social tem um papel fundamental, porque na operacionalização, depois que isso tudo passar, a gente solta uma resolução SEDESE com a operacionalização. E uma das etapas da operacionalização para o município poder receber o recurso é que o Conselho Municipal de Assistência Aprove o plano de serviço do município. Então isso tudo também passa pelo crivo lá do Conselho Municipal, não é? Porque acho que é importante o papel do conselho também para poder, caso haja alguma situação, o conselho também indicar. **Marcelo, OAB-MG:** De fato, assim, como o município que vai receber ele já tem a estrutura funcionando, não aceitar eu acho que, não sei as motivações dos municípios, não é? Mas eu estava conversando com o Nelson aqui, infelizmente, e aí é uma motivação para que a nossa comissão que está lá no FEM ela possa mesmo trabalhar para que a gente consiga mais recursos. Porque convenhamos, não é? 5 mil reais para uma família acolhedora, 15 mil reais para esses abrigos são recursos muito poucos, e aí a gente vai considerar que é somente para um município que vai receber determinada, um município que irá receber, outro, quer dizer, são muito pouco municípios que irão receber para um trabalho gigantesco que a equipe técnica da SEDESE tem que fazer para se chegar à escolha de um, não é? Eu estava conversando com o Nelson justamente isso, o trabalho que a equipe técnica da SEDESE tem para se chegar a esses critérios e se chegar ao município elegível. Então o que eu quero é dizer assim, da necessidade incansável que nós temos aqui no CEAS de aumento de recurso para o nosso SUAS. E também, da mesma forma, cumprimentar a equipe técnica da SEDESE por esse brilhante trabalho que vocês fazem. **Isac, segmento de usuários, Comissão de Quilombolas do Rio Doce:** É um pouco nessa linha, Marcelo, um pouco na linha do que o Cristiano falou, assim, quando a gente discute porquê que o município não aceita, são várias possibilidades. Mas às vezes está ligado ao tamanho do aporte, à insegurança do município porque em determinadas parcerias há uma necessidade de que o município aporte recurso e às vezes há essa insegurança e a ausência desse recurso. Então um pouco disso que a gente discutiu nessa sociedade civil ontem, que o Mateus falou bem, é uma discussão que a gente vira e mexe a gente passa por ela. Mas ao fim, é isso que você falou, Marcelo, a necessidade da gente lutar, cada vez mais, para que haja mais recurso para fortalecer a política do SUAS. **Matheus, MLGBTQIA+ do Cláudio-MG:** Só fazer o registro, e também inicialmente cumprimentar a equipe também e dizer que isso é fruto de um encontro que nós tivemos na câmara técnica, câmara técnica que, como esse espaço que o Cristiano já trouxe para nós, a gente consegue aprofundar junto aos municípios essas discussões, nós tivemos nossa participação lá, uma participação efetiva, e também da própria CIB. E a CIB é um espaço muito interessante onde a gente escuta as aflições, as angústias dos municípios. Porque, realmente, Marcelo, a gente lá vendo isso, e aí tendo essa, chega esse ponto assim: “Nossa, mas como o município não vai aceitar?”. Se a gente pensar, e aí ontem a Patrícia, a gente fez uma reflexão na

sociedade civil que é de 2014 esse termo de aceite, só agora nós estamos conseguindo realmente encaminhar. E a gente precisa apontar a necessidade de que esse valor em 2014 ele tinha um significado e todo esse percurso temporal para chegar hoje tem outro significado. Significado que exige, muitas das vezes, uma das respostas que os municípios para não aceitarem é justamente por ser um valor pequeno, um valor que vai ser insuficiente, um valor que vai colocar o município para ter uma participação muito grande, uma participação muito grande onde ele não vai dar conta. E aí a gente volta naquela questão do orçamento, a necessidade de aumentar os recursos, da necessidade, aí é importante também a gente sinalizar aqui dessa mudança trazendo essas reflexões a partir desses dados, da incidência para que isso, mesmo com todos esses atravessamentos, possa chegar em municípios onde se a gente não tivesse o esforço para mudar isso nunca chegaria. Mas ainda são desafios ainda cuja necessidade da gente fazer é proposições, tem uma atenção muito significativa à própria construção inicial do termo de aceite para saber como vai ser a participação, e aí eu entendi isso, para saber como é a participação da federação e a participação do estado. Para a gente ir amarrando isso desde o início para conseguir trazer e pensar um recurso suficiente, porque os municípios estão angustiados, todos querem, por isso que existe a necessidade, é muito importante ter todo esse esquema desenhado dos critérios, ter toda essa lista, o pessoal sempre cobra a lista, eles querem, a gente quer, a gente também quer saber da lista. Mas a gente entende que a gente precisa ter um cuidado com ela antes da gente conformar esses processos para não gerar distorções e talvez até uma interpretação de que está privilegiando. Mas dizer que justamente a gente precisa ter um olhar do percurso histórico, mas também uma atenção muito ao presente, muito a uma atenção que a gente precisa dizer, o recurso é pouco, esse recurso pouco por mais que exista o esforço para que ele chegue onde ele precisa chegar, dada a incidência, a gente ainda vai ter muita dificuldade dele se tornar realidade nesses espaços, realidade para combater essas violações. Então são apontamentos e são reflexões que a sociedade civil tem feito muito e que dizem respeito aos espaços nossos de representação. A gente está lá no FEM, a gente vai para uma reunião descentralizada em Brasília justamente para fazer a cobrança de mais recurso, a gente precisa se planejar muito para conseguir fazer provocações e provocações que produzam significados e mudanças. Porque infelizmente a gente fica num processo e aí as falas parecem repetitivas, parece que nunca vai chegar naquele município pequeno. Mas a gente precisa muito entender a importância de ir corrigindo certos processos e compreendendo cada vez mais e sabendo aonde a gente tem que provocar. E sempre dizendo e sempre demarcando, precisamos de mais orçamento, precisamos de mais financiamento e precisamos de qualidade para fazer as nossas defesas sobre isso. Porque a gente precisa comprometer também quem está construindo isso tecnicamente, de fato, para que a gente tenha parâmetros para saber o que pedir. Porque muitas das vezes o desenho que a sociedade civil faz é algo que a Sandra traz muito que é a defesa política, mas aí a gente

precisa, junto com essa defesa política, dos aliados técnicos para a gente pensar: “Já tem feito um estudo para a gente pensar o aumento do piso mineiro para determinado valor assim?”. Para a gente ter qualidade nas nossas incidências e ir nesse processo produzindo as mudanças e fazendo com que esses serviços cheguem, cada vez mais, para combater essas violações. **Ludmilla, CRESS-MG:** Em relação à pauta, em relação à resolução específica, não é em relação ao termo a minha colocação, é em relação à forma ampliada do assunto que nós estamos tratando, não é? Porque quando a gente fala de repasse de 5 mil reais, de 15 mil reais para um serviço que a gente está falando da alta complexidade que é o serviço mais complexo e mais caro do SUAS, a gente reforça o quanto ainda existe o super financiamento e a precarização inclusive das relações de trabalho na assistência social. Não sei como é hoje, majoritariamente, no estado até se a vigilância tiver essa informação acho que seria importante, mas nos municípios que eu tenho conhecimento, alta complexidade hoje tem sido completamente terceirizada, pelo menos no meu município ela é completamente feita através da terceirização. Então não tem a alta complexidade da administração direta do município, ela é sempre através da parcerização e do, eu estou falando da terceirização dos profissionais, aí eu estou falando dos trabalhadores que são contratados através de instituições da sociedade civil. Então a gente tem uma capacitação recente sobre orçamento onde o subsecretário trouxe que em Belo Horizonte a per capita de uma criança em situação de acolhimento institucional é de 7 mil reais. Então Belo Horizonte investe a per capita de sete mil reais por cada criança em situação de acolhimento institucional. E nós estamos falando de um repasse de 5 mil para um município, então quando a gente coloca isso em linhas proporcionais a gente vê a divergência entre o que realmente os municípios necessitam e entre o que nós enquanto estado. E aí eu sei que tem também uma contrapartida federal, mas o quanto nós estamos a quem da necessidade real desses serviços. E quando a gente coloca nesses termos, quando chega para o município, ele tem que reforçar essas questões de parceria, a gente sabe o quanto é complexo a mão de obra para esse tipo de serviço, é uma mão de obra que vai trabalhar, muitas vezes, numa escala de seis por um, é um serviço que ele é ininterrupto, os trabalhadores trabalham aos finais de semana, trabalham no feriado, dormem nos locais de trabalho através de escala. E esse formato de contratação por instituição precariza, são profissionais que são subcontratados, que têm salários muito a quem da complexidade do serviço. Então a gente tem que pensar também que quando a gente oferta esse tipo de condição nós estamos fortalecendo a precarização dos trabalhadores e a precarização dos serviços. Não sou contra, mas digo que a gente precisa refletir e buscar uma cobertura, um financiamento melhor para que a gente possa ofertar nos municípios condições para os trabalhadores. Mas acima de tudo, se para os trabalhadores não estamos conseguindo oferecer boas condições, imagina para essas crianças e adolescentes que mais precisam e que estão institucionalizados, como que nós estamos garantindo a qualidade de um serviço tão complexo.

Érica, SEDESE: Eu sou a favor, obviamente, sempre aumento de recursos e tudo, mas a gente tem que entender que esses serviços eles andam junto com um outro problema muito grande dos municípios, que é a administração pública municipal. Eu digo isso porque como eu trabalho diretamente com os municípios, 95% de pequeno porte, a gente tem município que está com dificuldade de gastar, inclusive, recurso do Covid, entendem? Então assim, a questão a gente precisa ampliar sim, mas esses municípios têm que ter condição de utilizar esse recurso, porque a gente vê recursos parados porque não conseguem caminhar com ele pela falta de pessoal para trabalhar, pela falta de estrutura daquele município, enfim, salvar as outras coisas que caminham juntas. Então quando a gente pensar em aumento de recurso a gente não pode só pensar em destinar valores, mas quais as condições que esses municípios vão ter para fazer uso desse dinheiro, porque ficar em conta parada também não se justifica. E eu vejo que muitos municípios têm essa dificuldade de utilizar o recurso, talvez até por isso que há negativa porque eles às vezes já estão com outros recursos lá que ele não está conseguindo fluir, e aí vem outro recurso que vai continuar ficando ali estagnado porque ele não consegue dar vazão por diversos motivos, licitações, processos dificultosos da administração pública, enfim. Também, mas assim, às vezes ele não consegue nem agregar com outros recursos que poderiam também ser, então é um dificultador de gestão pública também que a gente tem que pensar atrelado quando a gente repassa recurso para os municípios.

Maciele, CMAS Teófilo Otoni: A minha questão é mais uma pergunta, na verdade, e desculpe a ignorância, mas quando faz, no caso, essas resoluções, além do Censo SUAS que é, o município ele tem que preencher os dados para que a gente entenda o que está acontecendo no município. Há uma escuta do município além da questão do censo, do preenchimento do censo? Por que muitas das vezes eu mesmo sou um exemplo que eu já trabalhei em cidade de um pouco mais de mil habitantes, e que a primeira vez que eu fui, a cidade teve dificuldade de contratação de profissional, quando eu cheguei no município eu quis voltar, e eu pedi: “Eu posso pensar de ficar aqui?”, porque era um lugar assim, íngreme, para poder chegar, difícil de sair. E eu sei que essa questão do município não aceitar têm várias questões do porquê, então têm várias questões. Essas questões elas são ouvidas ou só avalia a questão do preenchimento? E a gente sabe que muitas vezes o município, por despreparo, ele, inclusive, há um preenchimento dos dados de forma errônea. Então assim, é uma curiosidade, não sei se é uma pergunta ignorante, mas eu gostaria de saber. **João Paulo, SEDESE:** Então, assim, é um ponto crítico, assim, porque a gente sabe das dificuldades, a gente quando olha para os números a gente vê que não é a Minas Gerais que a gente conhece, muitas vezes, não é? Só que assim, enquanto política pública a gente tem que trabalhar com dados oficiais, eventualmente a gente até faz coletas primárias, pesquisas primárias, coleta de informações para complementar. Igual, por exemplo, no caso da regionalização a gente fez uma pesquisa com os municípios, a gente mandou um formulário, então às vezes a gente faz. Mas assim, é uma

complexidade muito grande porque são 853 municípios, é muito custoso. Então assim, não dá, por exemplo, toda vez a gente fazer isso para todas as questões. Então assim, a gente tenta ter um bom termo, sabe? Mas de fato, a base oficial que a gente tem é o censo, e aí a gente usa sempre casando com o CAD SUAS como a validação. Porque como o Censo SUAS ele é uma vez no ano, ele é pontual, ele é um recorte estático daquele momento, inclusive é agora no final do ano, pode ser que chega lá em junho tenham novas unidades ou as que estavam ativas hoje e preencheram o Censo não estão mais ativas. Então para a gente tentar ter um olhar mais próximo da realidade naquele momento a gente passa, a gente cruza com o do CAD SUAS. Então, assim, o movimento mais natural e o que a gente mais faz é isso, a base oficial é o Censo SUAS, que a gente acredita que é a mais qualificada mesmo com todos os pores e asteriscos a gente acha que é a mais qualificada e é a oficial, e a gente tem que trabalhar com a oficial. E a gente sempre faz esse crivo, essa validação a partir da validação no CAD SUAS naquele momento da avaliação. Mas assim, a gente faz algumas, mas não é muito comum porque a gente pensar num universo de 853 municípios o custo é muito alto, assim, para a gente conseguir coletar essas informações, processar. Essas que são de bases oficiais já dá bastante trabalho, como o Marcelo comentou. Então assim, não é muito comum a gente fazer, isso é quando é muito necessário mesmo. **Luiz Carlos, ARMI:** É um pouco na área de curiosidade mesmo, eu não entendo, muitas vezes, é a questão do gestor ficar segurando o recurso, na aplicação do recurso para várias políticas de assistência social do município para chegar em dezembro e fazer reprogramação. E a gente fica assim, mas reprogramar como se vem janeiro, fevereiro, março, abril, maio, tanta coisa que poderia ser feito e não foi feito, ficou segurando recurso, eu não sei se isso é insegurança na transferência desses recursos para o município. Mas eu fico sem entender porque o gestor chega em dezembro e tem que reprogramar isso, se ele poderia aplicar esse recurso dentro do município para atender a todas as demandas que aparece. A gente apresenta as demandas, “Ah, não tem recurso.”, mas na verdade está fazendo a contenção por algum tipo de insegurança para reprogramar em dezembro. “Ah, porque janeiro ou fevereiro o dinheiro não chega, a gente precisa ter um saldo para iniciar.” Mas eu não sei se isso influencia na SEDESE também, porque muitas vezes fala assim: “Não tem como ficar pedindo muito recurso porque o município não consegue gastar.”, mas na verdade o gestor que não está gastando. **Gabriele, SEDESE:** Eu acho que só, João já trouxe alguns esclarecimentos já com relação à última pergunta. Mas eu acho que dizer também, não é? Que você fala: “Ah, o município que não aceita.”, se tem essa conversa, se tem. Aí sim, tanto que assim, no critério, como vocês podem ver, a gente não, já tirou um critério para tirar o número de municípios que vai ser cofinanciado. A gente faz uma lista e aí a gente, a ideia é caminhar nessa lista conforme esse diálogo, inclusive, com os municípios. Então eles têm um prazo para fazer manifestação de interesse, para dizer se vai aceitar ou não, e se não aceitam aí a SEDESE já não pula para o próximo, tem toda uma conversa, um apoio técnico

para que o município elegível consiga implementar ou aceitar o cofinanciamento, no caso do serviço já implementado, que é esse caso do Família Acolhedora e do de imigrantes. Então sim, a gente parte dos dados oficiais, mas existe esse diálogo, esse acompanhamento e apoio técnico. E aí acho que aproveitar a segunda pergunta também, é uma questão que acontece também, assim, a SEDESE melhorou demais a gestão orçamentária e financeira nos últimos anos, fruto de muito esforço da equipe, assim, do FEAS e de todas as áreas. Mas têm questões que é do gestor, não é? Com dificuldades mesmo, às vezes o gestor não conhece as regras de gestão orçamentária e financeira, não sabe como gastar, tem insegurança, e aí a SEDESE tem esse papel de apoiar tecnicamente também esses municípios. Mas às vezes é caso também de processos licitatórios, de contratação, de concurso, a burocracia da administração pública às vezes impõe alguns atrasos nos prazos previamente previstos. Então acho que é um pouco de tudo, não é? **Sandra, SINTBREF:** Os pontos importantes aqui nem precisa bater na tecla mais do orçamento, mas o que a Ludmilla traz sobre a respeito dos trabalhadores, a precarização, a execução por entidades. Eu acho que é um bom momento, quem está indo para o encontro das entidades, no dia cinco, que é o primeiro encontro nacional, eu quero reforçar porque os sindicatos, as federações tanto do patronal quanto dos trabalhadores está indo para esse encontro, por isso que eu falei que dois dias que estarei lá. Nós temos uma agenda com o Edgilson, o patronal dos trabalhadores na segunda-feira antes do encontro, porque nós estamos elencando as situações porque a gente representa muitos trabalhadores no Brasil agora. Então a gente quer colocar para ele todos os desafios, então quem está aí também representando as entidades, eu estou em entidade ainda que eu tenho um vínculo ainda com os Salesianos, no sindicato, mas com vínculo porque lá é uma direção de instituições. Então o quê que acontece? Para a gente estar falando dessa precarização, falando dessa dificuldade. Tanto o Patronal que é das entidades, quanto, tem estudo de custo? Porque o ano passado ainda Simone, que Deus a tenha, estava Simone Albuquerque? Eu falava, será que agora com essa transição, essa mudança a rede privada vai ser olhada com mais carinho, com mais atenção, não é? Que tem a ver com o repasse, com formação, capacitação. Porque a gente sabe a precarização, técnicos ganhando salário mínimo, trabalhadores ganhando nem o salário mínimo, às vezes, no interior, então a precarização, assim, um escândalo. E nós vamos estar lá, então é um bom momento porque a gente vai qualificando a política a partir do momento, e é o primeiro encontro nacional, então acho, assim, todo mundo acompanha, vai ser transmitido pelo You Tube o que a gente vai estar falando e reivindicando lá. Obrigada. E a alta complexidade, gente, a gente sabe como que ela está, posso dizer aí uns 70% executado pela rede privada, então é sério. **Ludmilla, CRESS-MG:** Só complementando em cima da fala da Sandra uma observação, que saiu uma reportagem a nível nacional que Minas Gerais tem um dos salários mais baixos da assistência social do estado. Não é Minas Gerais o estado não, não é, gente? Minas Gerais tem um dos piores salários da assistência

social do país. **Matheus, MLGBTQIA+ de Cláudio-MG:** Só reforçar e também colocar um pouco da gente nessa história. Nós enquanto sociedade civil, enquanto protagonistas do controle social, da nossa importância de nos fortalecer. Nós aqui estamos no conselho estadual, mas a gente tem que pensar que muito além de apenas ser uma decisão única e exclusiva do gestor, parte também de um exercício de pensar o controle social nos municípios, como esse controle social via dar conta de fazer essas disputas, como esse controle social chega, e aí até pegando essa questão do controle para dizer: “Olha, desse jeito não está bom, a gente está identificando que nessa forma como está colocada, desse jeito, não está mudando, não está chegando para o usuário, não está, está deixando ainda mais o serviço sucateado.” Então é bom a gente se colocar também nessa responsabilidade muito além de apenas, e é legítimo porque a gente também está aqui para isso, do reclame, da reivindicação de mais apoio, das instâncias que têm que fazer isso, fazerem isso. Mas principalmente da gente pensar o fortalecimento do controle social para ele conseguir visualizar esses cenários e dizer dos interesses de quem ele está representando, dizer dos usuários, dizer das entidades, dizer dos trabalhadores para que aí a gente consiga ir provocando, que a gente consiga ir dizendo o quê que a gente quer do SUAS que nós queremos. E a gente precisa ter um exercício fortalecido disso, e é um exercício que leva tempo, que nos exige muito, mas é fundamental, é estratégico o controle social. Nós, nas nossas ações, de chegar para esses municípios, de chegar para essas pessoas, a gente consiga fortalece-los, a gente consiga ser um ponto de referência para que eles consigam avançar nos seus territórios para produzir mudanças, para produzir outros sentidos com a partilha dos recursos. Mas principalmente trazendo um olhar legítima de quem é o corpo protagonista dessa políptica e quem a executa também, isso é muito importante também a gente demarcar o nosso lugar enquanto controle social e do nosso fortalecimento. **Cristiano, SEDESE:** Eu acho que essa fala do Matheus foi muito importante, eu estava falando com a Suzanne ali que talvez uma das formas que a gente pode trabalhar juntos também, porque dentro do processo de operacionalização a partir da publicação da resolução do CEAS e depois da resolução da SEDESE, uma das primeiras ações que a gente faz é disparar para os municípios um ofício circular, para aqueles municípios que forem elegíveis, dizendo: “Seu município foi elegível, está aberto o termo de aceite, estamos disparando o termo de aceite, via C e tal, tal, tal.” Uma coisa que a gente pode fazer juntos, paralelamente, é o próprio Conselho Estadual também disparar um ofício circular para os conselhos municipais informando que o município foi também elegível a esse cofinanciamento. Porque às vezes isso que a Suzanne falou ali, a gente estava conversando, que às vezes o conselho municipal nem fica sabendo que o município foi elegível para um cofinanciamento, então acho que talvez a gente pode fazer junto. A SEDESE envia um ofício circular para os municípios, para os gestores e prefeitos, e o conselho estadual envia um ofício circular para os municípios, para os conselhos municipais dos municípios elegíveis. **Nelson, SEDESE:** Agradeço a todas as

contribuições, acho que é importante. E aí enquanto SEDESE acho que a gente fica aqui atento também a todas essas falas para melhorar esses processos também lá enquanto estado. Na resolução ficou algum ponto de destaque ou a gente pode ir direto para a votação? Então, Carol, a votação é votação nominal. **Poliana**: Ordem dos Advogados do Brasil MG, Marcelo Armando Rodrigues. **Marcelo, OAB-MG**: Pela Aprovação. **Poliana**: Conselho Regional do Serviço Social de Minas Gerais, CRESS MG, Ludmilla Lamartine de Souza. **Ludmilla, CRESS-MG**: Pela Aprovação. **Poliana**: APAE de Belo Horizonte, Mayra de Queiroz Camilo. **Mayra, APAE-BH**: Aprovado. **Poliana**: Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice, CMBSSP**: Aprovado. **Poliana**: Lar dos Idosos José Justino Rocha, Andrezza dos Reis Pimenta. **Andrezza, LIJJR**: Pela Aprovação. **Poliana**: Associação Recreativa da Melhor Idade, ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos, ARMI**: Pela Aprovação. **Poliana**: CMAS de Ipatinga, Laís Alexandre da Silva. **Laís**: Pela Aprovação. **Poliana**: CMAS de Guanhões, Jucelina Mamedes Nunes. **Jucelina, CMAS-Guanhões**: Pela Aprovação. **Poliana**: Coletivo Flores de Resistência, Simone Maria da Penha de Oliveira. **Simone, CFR**: Pela Aprovação. **Poliana**: Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. **Isac, CCQ Vale do Rio Doce**: Voto pela aprovação. **Poliana**: SEDESE, Nelson Fernando Mauri Carvalho. **Nelson, SEDESE**: Pela Aprovação. **Poliana**: SEDESE, João Paulo Freire Jardim. **João Paulo, SEDESE**: Pela Aprovação. **Poliana**: CEAPA, Alexandre Soares Moreno Filho. **Alexandre, SEAPA**: Pela Aprovação. **Poliana**: Secretaria de Estado da Fazenda, Nelma Borbonaglia da Silva. **Nelma, SEF**: Pela Aprovação. **Poliana**: SEPLAG, Solimar Assis. **Solimar, SEPLAG**: Pela Aprovação. **Poliana**: Secretaria de Estado de Saúde, Cristiane Aguiar Vieira. **Cristiane, SES**: Pela Aprovação. **Poliana**: COGEMAS. Rone Aparecido de Almeida. **Ronne, COGEMAS**: Pela Aprovação. **Poliana**: CMAS de Ipatinga, Flávio Cristian de Assis Miranda. **Flávio, CMAS Ipatinga**: Pela Aprovação. **Poliana**: CMAS de Montes Claros, Ernani Gonçalves Maciel. **Ernani, CMAS Montes Claros**: Pela Aprovação. **Poliana**: Dezenove votos, aprovado. **Nelson, SEDESE**: Então resolução aprovada, obrigado. Nosso próximo ponto de pauta é a apreciação e a pactuação do Plano Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social de Minas Gerais vigência 2024 – 2027. Esse plano ele foi apresentado também na CIB, também com aprovação da CIB, e a gente tem alguns representantes aqui do conselho que fazem parte do Núcleo de Educação Permanente. Então alguns conselheiros acho que já tem ciência do conteúdo do plano, não é? Eu vou convidar a Gabi e a Livia para apresentação, e aí então Gabi e Livia fiquem à vontade.

Gabriele, SEDESE: Gente, só um minutinho que a gente vai projetar a apresentação, tá? Então bom dia, pessoal. Sou Gabriele, atuo na Superintendência de Gestão Capacitação e Vigilância da SEDESE. Queria, desde já, agradecer. A Livia via apresentar rapidamente o plano, mas eu queria

desde já agradecer a todas as contribuições que a gente já recebeu dos conselheiros durante o processo, então a gente tem muitos membros que são em comum no Núcleo de Educação Permanente do estado. Também tivemos a participação de conselheiros na reunião da CIB do dia 15, que foi pactuado o plano, então já agradecer, acolher todas essas contribuições, dizer que esse documento ele está aberto aí para qualquer sugestão, acho que a cada vez que a gente lê o plano a gente vê alguma sugestão de melhoria, enfim, eu acho que é colocar vocês muito à vontade também para contribuir. E aí, assim, só queria explicar, porque eu acho que até internamente na SEDESE a gente tem uma confusão ainda com o nosso processo de planejamento das ações de educação permanente, não é? A gente fala do Plano Estadual de Educação Permanente, e por vezes a gente fala no Plano Anual de Qualificações. Então assim, para deixar isso mais evidente, o Plano Estadual de Educação Permanente, que é esse documento aí de 94 páginas, mais ou menos, que vocês receberam, é o documento de planejamento de médio prazo, ele tem a vigência de quatro anos, que acompanha a vigência do PEAS, do PPAG. Ele vai dar o tom para as ações de educação permanente que vão ser executadas pelo estado nesse período de quatro anos. Então ele é um documento bem denso do ponto de vista textual mesmo, ele traz qualitativamente como é que vai ser o planejamento, a execução, o monitoramento, a avaliação das ações de formação, capacitação e apoio técnico ao longo desse período. Então ele é bem robusto, assim, qual que é a fundamentação, quais são os dados, quais atores estão envolvidos nesse processo, quais são os conceitos quando a gente fala capacitação introdutória o quê que é isso, o quê que é supervisão técnica, o quê que é capacitação de atualização. Então ele é um documento mesmo, eu diria, qualitativo para ser um instrumento de gestão, para nortear as ações. Os municípios, estados e municípios têm que elaborar os seus planos estaduais e municipais de educação permanente, e aí ele tem esse, a gente chama de anexo, esse item onze que aparece aí é o planejamento das ações, na verdade o item 11.4, o Planejamento Anual da oferta das ações de qualificação. Porque no processo que a gente tem aqui, que ele é bem regulado por uma resolução do CEAS, inclusive, que está passando por revisão agora no NEEP para propor a minuta para o CEAS, é a resolução 643 de 2018. E lá determina esse percurso, que a gente tem que ter um plano estadual de vigência de quatro anos, esse plano elaborado pela SEDESE com subsídios do núcleo, pactuado na CIB e deliberado no CEAS. E a gente tem que ter dentro desse plano um calendário, um planejamento anual que a gente precisa validar com as instâncias quais as ações que vão ser executadas a cada ano. Então esse planejamento anual das ações de qualificação ele já passou aqui no CEAS, foi no início do ano, foi aprovado pela resolução 845 de 2024. Então assim, parte desse plano que está aí já está aprovado pelo CEAS que é esse planejamento anual da oferta das ações de qualificação. E aí o que a gente queria apresentar aqui para deliberação é mesmo o escopo e as diretrizes do plano. Acho que, assim, só dizer, a gente fez essa escolha de trazer o planejamento de qualificações no início do

ano, separado, para fazer sentido, porque a gente está executando, inclusive, então eram as ações de janeiro a dezembro, a gente já está em outubro. Então a gente precisou adiantar esse processo no início do ano, e aí o texto mesmo, o escopo do plano ele demorou um pouco mais para ser validado nas instâncias, porque a gente teve também uma alteração do mandato dos membros do núcleo. Então em março a gente encerrou o mandato dos membros do Núcleo de Educação Permanente, fez uma nova chamada com as instituições que representam o núcleo, ele é composto por instituições de ensino, representantes dos gestores municipais que são indicados pelo COGEMAS, representantes de trabalhadores que são indicados pelo Fórum Estadual de Trabalhadores, representantes de usuários que, nesse caso, foram indicados pelo CEAS, representantes de entidades, organizações da sociedade civil que foram indicados pelo fórum próprio também, e representantes da SEDESE. E aí para as instituições de ensino a gente precisou fazer um edital de chamamento, a gente fez um processo de seleção que durou ali os meses de abril, maio. E aí o núcleo só foi se reunir com esse novo mandato no mês de julho, então o núcleo discutiu esse documento que a gente está apresentando aqui nas reuniões de nove de julho, vinte de agosto e vinte e quatro de setembro. E o documento foi pactuado pela resolução da CIB número 09 de 2024. Aí como é um documento muito extenso, a ideia é só passar rapidamente para o cada item desse plano e aí ouvir de vocês as contribuições para a gente partir para a deliberação. **Lívia, SEDESE:** Bom dia, pessoal. Eu vou dar sequência, como a Gabi disse, na apresentação. A gente optou, como o documento foi repassado para vocês, e aí como ela bem lembrou, a gente tem representantes do conselho no NEEP a gente fez uma apresentação mais curta trazendo ponto a ponto o que é tratado no plano de educação permanente. Então ele começa trazendo essa fundamentação legal em qual arcabouço teórico ele está pautado. E aí como não poderia deixar de ser, ele está pautado em todas as normativas mais importantes que a gente tem do SUAS até hoje. E aí a gente dá um destaque para a Política Nacional de Educação Permanente, que é de 2013, a resolução SEDESE número 36 de 2015, que a Gabi também já citou. Porque na política nacional a gente tem as ações de capacitação e formação como compõem as ações de educação permanente. Já a resolução do CEAS traz para a educação permanente essas ações de apoio técnico também, que são os atendimentos técnicos, os eventos trazendo essas ações também como de educação permanente. Então é um outro marco importante. O nosso PEP de 2020 a 2023, que foi o primeiro publicado pelo estado, e as deliberações da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social que embasaram a construção desse plano e também está refletida no Plano Estadual de Assistência Social. Então a gente traz no plano também o diagnóstico dos trabalhadores do SUAS em Minas Gerais, o diagnóstico no documento é mais ampliado. A gente trouxe aqui um resumo dizendo da presença de trabalhadores e conselheiros municipais e estaduais entre os anos de 2012 a 2023. Então em 2023 a gente tem um total de 67.982 profissionais do SUAS em Minas Gerais, sendo 55.930 gestores e trabalhadores, e 12.052 conselheiros. Aí sobre

o planejamento anual que a Gabi citou, que vocês já aprovaram aqui também. Esse planejamento ele é feito tendo em vista um levantamento diagnóstico junto aos municípios e aí gestores, trabalhadores e conselheiros, para a gente levantar as principais demandas de cada território e conseguir traduzir isso no nosso planejamento. O planejamento para 2024, que foi aprovado aqui, ele foi feito com base em um diagnóstico feito através de um formulário que foi entregue e preenchido na conferência municipal. Então a gente pega, a gente separa os temas por eixos, não é? Para os níveis de proteção, tratando a gestão e o controle social também, e aí os que mais aparecem são os que a gente leva para as áreas para construção desse planejamento anual. A gente tem aqui também um panorama das ações realizadas no decorrer do ano, a gente traz um quadro com as ações de 2019 a 2023, e aí vocês podem acompanhar a quantidade de municípios que participaram das ações feitas no decorrer do ano e o total de participantes dessas ações. A gente pode perceber um avanço, um aumento significativo nesse número, se a gente pegar 2019 e comparar com 2023, muito em razão do início das atividades EAD, também por causa da pandemia. A gente sabe que o EAD foi discutido aqui em momentos anteriores, sabe das dificuldades de acesso, mas a gente também reconhece que isso amplia a nossa capacidade de chegar aos territórios mais distantes e de capacitar um número maior de pessoas com uma mesma ação. Aqui a gente tem um momento no plano que a gente só trata do NEEP, mas a Gabi já acabou dizendo aqui na introdução quem compõe o NEEP. E aí esse órgão ele é criado com essa intenção mesmo de assessorar o Governo Estadual a pensar melhorias para a educação permanente no estado, para que isso chegue com mais qualidade aos municípios. E aí conversar conosco também sobre a forma de trazer esse diagnóstico e até como fazer esse monitoramento de uma forma mais efetiva. A gente cria, inclusive, dentro do NEEP grupos de trabalho para discutir situações específicas. E aí falando em objetivos gerais e específicos do PEP. O objetivo geral é, como a Gabi falou, ele é um documento mais qualitativo e que tem essa vigência de quatro anos, e aí ele vem para nortear e para organizar essas ações de educação permanente no decorrer dos quatro anos que ele tenha vigência. E aí a gente tem como objetivos específicos dessas ações desenvolver as competências nos trabalhadores, gestores e conselheiros do SUAS, institucionalizar a educação permanente, estabelecer suas diretrizes e princípios, estabelecer percursos e patamares formativos progressivos, quem lê o plano vê que a gente tem separados em blocos os percursos formativos para atender tanto temas afetos à gestão do SUAS quanto ao controle social e o provimento de serviços, benefícios, programas e projetos. Ampliar e aprimorar a capacidade laboral do trabalhador, desenvolver junto aos trabalhadores e conselheiros condições para que possam distinguir e fortalecer a centralidade dos direitos socioassistenciais do cidadão, estabelecer condições para desenvolvimento de competências específicas e compartilhadas. E aí nas diretrizes mais uma vez a gente traz o arcabouço teórico que a gente se embasa nele para trabalhar, e aí ela traz que a educação permanente deve ser sistemática, por meio desses planos quadrienais de

capacitação, sustentável, traz a necessidade de provisão de recurso financeiro, material, de recursos humanos e tecnológicos. Participativa, porque envolve vários atores desde o planejamento, como a gente disse, a gente busca esses dados lá no município da realidade dos conselheiros e trabalhadores municipais. E aí passamos por todo esse processo do Núcleo Estadual de Educação Permanente, como a Gabi já disse também, passamos pela CIB e por fim aqui no conselho para contribuição de vocês também. Articulada com monitoramento e avaliação das ações de educação permanente, em todas as ações que a gente faz a gente procura fazer um processo de avaliação, consolida esses dados para poder aprimorar essas ofertas. E aí pegando todas essas sugestões de melhoria que a gente consegue agrupar. E conteúdos específicos compartilhados e amplamente ofertados. O nosso público alvo, as ações de educação permanente do SUAS têm como público alvo os gestores, os trabalhadores de diferentes níveis de escolaridade, desde o ensino fundamental até o ensino superior. E aí trabalhadores tanto dos serviços públicos governamentais quanto não governamentais, representantes de usuários em conselhos e comissão e conselheiros, e aí de âmbito municipal e estadual. Falando das modalidades, a gente tem três modalidades previstas para executar as ações de educação permanente que podem ser presenciais, que a gente sabe que é a que tem maior aceitação entre o nosso público, as semipresenciais que são as que tem, suponhamos que uma capacitação de 40 horas no formato semipresencial tenha metade presencial e a outra metade virtual. E o ensino à distância, que a gente disse aqui há pouco, que veio muito com a questão da pandemia porque a gente precisava continuar executando a educação permanente, foi a forma como a gente encontrou à época, mas a gente ainda utiliza em determinados momentos, dependendo da característica da ação que a gente se propõe a fazer. E mais recentemente a gente, muito com contribuições também da CIB e do CEAS, nas ações presenciais a gente começou a fazê-las com a transmissão. A gente discutiu muito sobre as possibilidades do presencial, as possibilidades do virtual, e aí acolhemos essa sugestão de fazer as presenciais com a transmissão porque aí a gente consegue realmente atender a todos que tenham interesse em participar. Os tipos de ação, no início também a Gabi falou que o plano traz isso, traz todos os tipos de ação de capacitação, formação e apoio técnico previstas, e aí traz o conceito de cada uma delas, o que diferencia, traz o tempo de execução, o público para que é formatada essa ação, isso tudo está bem destrinchado no texto para poder caracterizar cada uma delas. As ações de formação o estado hoje não executa, são ações mais escolarizadas que a gente fala, ações continuadas escolarizadas que tem a ver com o processo conforme normativas do MEC. E aí as de apoio técnico e capacitação que a gente faz e que estão previstas no planejamento. E aí a gente traz também aqui na apresentação para vocês os resultados esperados, durante o tempo de vigência desse PEP, que também vem em articulação com o que está previsto no Plano Estadual de Assistência Social. Então a gente prevê 30% dos municípios com o Plano Municipal de Capacitação e Educação Permanente, e Núcleos Municipais de Educação Permanente

implementados. 100% dos municípios participantes de ações de apoio técnico e capacitação, promovidos pela SEDESE. Uma gestão única centralizada e qualificada das informações de capacitação, formação e apoio técnico a partir do sistema de informação criado. O NEEP em pleno funcionamento, com 100% das reuniões e ações planejadas e executadas. Aumentar em 30% dos trabalhadores, participantes das capacitações promovidas pela SEDESE, e aprimorar as ações de capacitação realizadas pela SEDESE a partir da análise das pesquisas de satisfação aplicadas após a finalização dos cursos e ações de apoio técnico. O plano ele também, quando a gente fala da construção dos planos municipais e da implementação dos núcleos, o plano ele traz também, durante seu texto, a corresponsabilidade na execução da educação permanente, que não é somente do estado. A gente tem a responsabilidade do Governo Federal, do Governo Estadual e dos Municípios, tanto que a gente, eu disse anteriormente da formação de grupos de trabalho dentro do NEEP, e um dos grupos que a gente vai começar a ter reuniões agora é para dar sequência à capacitação Educação Também é Trabalho. Porque o que a gente percebe é que a gente tem ações, a gente executa ações no decorrer de todo ano, e aí principalmente nas ações EAD a gente tem um número muito grande de inscritos e o número de pessoas que concluem cai bastante se a gente for fazer essa comparação. E aí na primeira etapa dessa campanha escutando os trabalhadores a gente percebeu que um dos principais desafios é a liberação para que façam essas ações durante a jornada de trabalho, então isso é um dificultador. Por isso a gente optou por dar prosseguimento a essa campanha, o nosso objetivo é conscientizar os gestores municipais para que eles também se mobilizem, sejam sensibilizados para garantir essa participação dos trabalhadores nessas ações porque qualificando o trabalhador a gente qualifica o serviço que é ofertado para a população. Então a gente colocou aqui na apresentação essa parte da responsabilidade, do papel e da responsabilidade do município porque a gente sabe da importância porque o município pode se organizar para fazer capacitações também que vão de encontro às suas principais necessidades, à sua realidade. E aí falando da questão de provisão financeira, esse quadro foi apresentado no plano também sobre uma solicitação feita no NEEP, e aí a gente traz uma proposta, que é uma proposta de previsão orçamentária e de execução física também entre os anos de 2024 a 2027. E aí a gente traz uma observação de que isso é uma proposta do executivo que vai para a assembleia, está vinculado ao PPAG, e que depende dessa aprovação. Então tão logo isso passe pela assembleia e a gente tenha os valores aprovados, essa parte do plano vai ser atualizada. E aí tem a parte do plano que traz o planejamento anual que vocês bem conhecem, que passa aqui anualmente, a gente já começa a trabalhar, inclusive, na SEDESE com planejamento para 2025, para passar também no início do ano conforme a gente acordou aqui. E traz sobre as formas de monitoramento e avaliação. Esse processo de monitoramento e avaliação hoje na SEDESE ele é feito pelo SISCAP que é o nosso Sistema de Gestão de Capacitação, pelos dados que a gente extrai da plataforma EAD SUAS MG, o

consolidado das pesquisas de satisfação que eu disse também que são realizadas, levantamento de dados do CAD SUAS e Censo SUAS, e a revisão anual também do nosso plano estadual. Quem faz esse monitoramento na SEDESE é a Diretoria de Educação Permanente junto com a Diretoria de Vigilância Socioassistencial que hoje o João responde por ela. E também com algum apoio do NEEP com sugestões também de aprimorar esse monitoramento e essa avaliação do plano estadual. Acho que é isso, encerramos, e aí a gente fica à disposição também para esclarecimentos de dúvidas, se houver. Obrigada. **Carlos, Conselheiro do CEAS-ES:** Assim, gente, eu só quero agradecer a oportunidade de ter assistido um pouco da reunião de vocês e pedir licença para me retirar. Já estou de volta para o meu estado, e desejar um bom trabalho. E se tivesse condição, Nelson, presidente, eu gostaria de tirar uma foto com vocês, com todo o pleno do conselho aqui para eu levar lá para o meu conselho. **Nelson, SEDESE:** Primeiro agradecer sua presença aqui, Carlos, agradecer a presença no FONACEAS e aqui na nossa plenária, e com certeza a gente pode tirar uma foto juntos. **Carlos, conselheiro do CEAS-ES:** Obrigado. E assim, eu quero agradecer, Nelson, quero agradecer a esse conselho o apoio que eu tenho sempre nas reuniões do FONACEAS, inclusive com a secretária DOC ali que é a Érica, viu? **Nelson, SEDESE:** Muito obrigado, viu, Carlos, pela sua presença. Vamos então, onde que a gente? Mais uma vez agradecer a presença do Carlos. E aí a gente retomar aqui, a primeira inscrita é a Ludmilla com as questões aí, então, Ludmilla. **Ludmilla, CRESS-MG:** Primeiro parabenizar pela apresentação, pela clareza das informações, foram muito bem colocadas aqui. E um ponto me chamou atenção, é quando fala a respeito do, quando você coloca o número de inscritos e a queda que tem no número de conclusões. E quando você coloca a dificuldade de participação a gente sabe que isso é real, falando a respeito da questão dos trabalhadores e muitas vezes também da própria gestão pública, a gente sabe que isso acontece mesmo até em entidades também, acredito que não seja muito diferente. E aí um dado me chamou atenção quando você coloca nas metas que uma das metas é ter 30% dos municípios com planos municipais aprovados e núcleo municipal implantado de educação permanente. Quando eu vi esse número já me chamou atenção porque eu achei um número consideravelmente baixo. Então eu queria entender se vocês pleitearam essa meta baixa porque vocês entendem que há uma dificuldade dos municípios em implantar o que inviabilizaria uma meta alta. Então eu queria entender essa dificuldade já mapeada, porque eu penso que os planos municipais elaborados e os núcleos municipais implantados seriam uma das estratégias que poderiam, inclusive, fortalecer a participação dos trabalhadores. Porque esses núcleos e esses planos poderiam prever essa liberação, poderiam ter contido nos seus planos esse precedente que garantisse a participação dos trabalhadores que hoje é realmente uma dificuldade. **Gabriele, SEDESE:** É muito importante essa sua pergunta, e aí acima, antes da meta, a gente colocou os indicadores, e aí abaixo têm os resultados lá no plano, no documento grande. Mas realmente parece uma meta baixa, mas aí quando

a gente olha os dados do Censo SUAS, Plano Municipal de Educação Permanente apenas 49 municípios responderam no Censo 2023 que tinham, então isso é 5%, então aumentar para trinta já seria, assim, um avanço muito grande nesse curso período de prazo que a gente está falando, não é? Até 2027. No caso dos núcleos também apenas 52 municípios, 6%. Aí no caso dos núcleos a gente ainda tem um caminho a percorrer aí de discussão no NEEP que o plano todo município tem que ter, isso está pacificado. Os núcleos, a gente vê uma dificuldade muito grande dos municípios de pequeno porte, porque às vezes não têm instituição de ensino, não, enfim, acho que a gente já tem dificuldades históricas aí nesse processo e não tem normativas do Governo Federal ainda que de certa forma distingam essa obrigatoriedade ou não. Então a nossa ideia nos núcleos, inclusive, era para começar pelos de grande porte, os municípios que já têm, coletar as boas práticas, como que eles funcionam. E aí a gente fazer, construir esse processo para chegar a mais municípios. Então a meta está 30% porque hoje a gente não chega nem a dez, mas concordo com você que o ideal aí para qualificar a educação permanente é a gente, a longo prazo, ir buscando os 100%. Esse dado que eu passei é de 2023 e aí a gente estabeleceu a meta para 24 a 27, mas o plano anterior, o PEP anterior teve vigência 2020 a 2023, já tinha também essa ação no radar, mas aí foi baixa a evolução.

Sandra, SINTBREF: Então, também parabenizar, estou compondo novamente o núcleo de educação e estou fazendo parte desse, do GT que nós já temos reunião dia 29 para falar que capacitação também é trabalho. E é muito importante, gente, porque era uma grande questão e a gente vai vir com atravessamento agora que não vai ficar de fora, que são os novos gestores que vão entrar com os novos prefeitos eleitos, com as substituições nas regionais, nas secretarias. E isso tem impacto, às vezes chega gente que nem é tão afinado com a assistência social e vê a importância disso. Então como que a gente tem que, é muito atravessamento que a gente tem nos municípios, e agora é eleição com novos gestores, tomara que sejam bem sensíveis e coloquem, de fato, gente na assistência social que entende um pouco da política, seja pelo mais sensível não com a visão assistencialista, que muitas vezes tem, mas é assistencialismo. Mas de novo aí eu já volto aqui, bacana a capacitação e a gente também vai pensar, com certeza, de como os trabalhadores da rede privada, que mais de 50% desses 530 mil quase, ou mais, que estamos de trabalhadores no Brasil, e que mais da metade é executado para a rede privada, a rede socioassistencial. Historicamente muito antes de SUAS, muito antes de LOAS. Então a gente tem que pensar nesse grupo como que vão também incluir e nós vamos falar isso para os gestores também lá em Brasília, nós trabalhadores vamos estar reivindicando também para os gestores das entidades. Está bom? Obrigada. **Maciele, CMAS Teófilo Otoni:** No meu caso seria uma pergunta. Achei que, assim, o texto está, eu iniciei a leitura e vendo aqui eu achei que está bem bacana. Mas no início Gabriele falou também e você falou da responsabilização do município. Eu mesma, assim, eu sei que eu sou um município entre vários, no meu caso eu tenho essa dificuldade no meu município sobre educação permanente,

inclusive você falou aí a questão da liberação dos horários. Não tem nem um mês que eu fiz essa discussão dentro do conselho municipal de que eu acho que deveria ser obrigatório, contratou, o funcionário que vai entrar ele já tem que estar ciente de que ele tem que participar da educação permanente. Isso é uma das coisas que eu levei, que o nosso último processo seletivo foi horrível, eu mesmo tive que treinar pessoas novatas e são pessoas, assim, que estão dando trabalho no serviço. E a minha questão é, a minha pergunta diante disso, dessa dificuldade, é: “Como será essa responsabilização? Porque quando fala de responsabilização não está dizendo de uma obrigação, mas de uma, como eu posso dizer? De apenas informar: “Olha, você tem a responsabilidade de criar isso no seu município.” Como que se dará essa responsabilização dos municípios para que isso seja algo que ocorra com eficácia? É isso. **Lívia, SEDESE**: A sua pergunta vem de encontro com o que a gente tem discutido internamente na diretoria também, e que a gente tem discutido até com o Governo Federal. Porque a gente nas normativas essa corresponsabilidade trazida, só que não tem nenhuma obrigatoriedade dessa execução. E aí a gente está, já informamos, inclusive, para os participantes do NEEP, que a próxima reunião nossa é também uma demanda que partiu aqui do CEAS de revisão dessa resolução que a gente citou aqui, que é muito importante para a elaboração do PEP que é do conselho. E aí nessa resolução, nesse momento de revisão a gente está tentando abarcar essas questões também da responsabilização dos municípios para tentar amarrar mais isso a nível estadual. E aí a gente tem conversado com o Governo Federal porque a gente tem ações conjuntas com o Núcleo Nacional, com a equipe do Governo Federal. E aí para saber se tem algo também que a gente possa trazer do governo para o estado. E eles disseram que não tem nada disso, hoje formalizado, mas que entrará nas nossas discussões também. Então assim, a gente reconhece como uma necessidade, é muito bom ver municípios reconhecendo isso também, mas essa discussão a gente está trazendo agora. Então a gente tem as normativas, tem previsto essas revisões a nível estadual, e tem essa questão de trazer isso para o debate para ver se vem também algo de cima para baixo. **Matheus, MLGBTQIA+ de Cláudio-MG**: Só registrar que eu estou participando do núcleo, é um espaço muito interessante, de muito aprendizado. Temos outras representações do conselho, é um grupo que tem participações das instituições de ensino também, então é um público bem diverso que senta para conversa. E o trabalho do plano foi muito interessante para a gente ir descobrindo porque às vezes o primeiro contato que nós temos com essas questões de educação permanente vai muito das aflições das conferências, e as conferências trazem muito o apontamento. E nesse processo de qualificação da nossa compreensão um ponto que eu acho muito sensível na discussão de educação permanente é o orçamento e o financiamento. Porque por mais que exista o esforço, o comprometimento para a gente pensar o planejamento, o próprio plano, a gente tem uma barreira que é a questão orçamentária. E não tem como pensar uma educação permanente que consiga dar respostas para os usuários, para os trabalhadores, para os serviços, para as entidades,

para o SUAS como um todo se a gente ainda tem um orçamento que parece que é o pouco que sobra. E a gente precisa ter uma atenção e nós, enquanto sociedade civil, no próprio PPAG também vamos tentar contribuir para que a gente consiga um aporte melhor de recursos para a educação permanente sabendo da importância dele, sabendo da importância e dos desafios para os municípios. E aí temos também um grande desafio que é pensar a própria metodologia de como esses processos educativos de capacitação, como eles podem envolver mais, envolver mais não só o trabalhador, mas nós usuários no sentido de a gente poder, a partir das nossas potências e da produção de conhecimento a partir da nossa realidade, a gente conseguir que isso chegue no desenho metodológico das atividades de educação permanente. É a gente conseguir desenhar essa educação para que ela não permaneça distante, ah, está acontecendo, mas ela é tal distante, ela não tem um, talvez um significado que vai produzir uma mudança, uma mudança que vai, que é um processo, não vai ser do dia para a noite. Então é só dizer que é muito importante também reforçar a importância do orçamento e do financiamento para a educação permanente. É um ponto, assim, estratégico e fundamental e nós enquanto sociedade civil, e também enquanto conselho, estaremos juntos na defesa de mais orçamento, um orçamento que consiga possibilitar qualidade, qualidade até para nós enquanto instância estadual podermos apoiar os municípios e até pensar em desenhos. De repente desenhos regionalizados, desenhos que contemplem a nossa realidade de uma maneira adequada. Obrigado. **Maíra, APAE-BH:** Eu queria era mais reforçar, assim, essa questão da importância, pegar um gancho até no que a Sandra falou, reforçar que essa questão de qualificação ela é hora de trabalho também, então acho que é muito importante. Eu acho que assim, essa questão que o Matheus trouxe, ela também é muito importante, eu acho que ela reflete muito nessa questão do índice baixo. Eu acho que se considerar, também, o tempo de pandemia e outras coisas que precisam avançar na ponta, eu acho que justifica. Eu queria trazer uma experiência bacana, eu acho que até para a gente, a SEDESE às vezes pensar na forma de, que às vezes já até faça, mas de reforçar mais com os municípios. Em Belo Horizonte nós temos várias parcerias com a Prefeitura de Belo Horizonte na Média Complexidade, e aí a gente, no nosso plano de trabalho já tem essa questão da garantia de participação dos nossos trabalhadores, então nós temos duas metas, no plano de trabalho que aí possa ser um modelo que possa ser difundido para que quem fizer parceria nos municípios também tenham isso. Então a gente tem tanto a questão de ter a meta, de ter que liberar o trabalhador para participar das capacitações quanto a própria prefeitura de Belo Horizonte já ter garantido as nossas vagas. A gente enquanto UFOCS nas discussões a gente ainda discute muito com a prefeitura de Belo Horizonte o desafio que a gente tem de ampliar para os não parceirizados, porque aí eu estou falando de uma condição satisfatória porque é a de estar parceirizado e ter essa vaga garantida. Mas aí eu acho que fica aí às vezes uma forma de já atrelar porque isso estando no nosso plano a gente já se conscientiza da necessidade da liberação do trabalhador e também de estar

incluído na logística deles de vagas para participação. **Laís, CMAS Ipatinga:** Eu queria falar também sobre o orçamento que o Matheus colocou, e eu queria entender se existe alguma proposta de cofinanciamento para os municípios sobre a educação permanente. Porque isso é uma das questões também que dificulta o município trabalhar, porque assim, exige uma equipe e muitas vezes o município não está dando conta de custear as equipes do serviço. Então assim, eu gostaria de saber se existe essa proposta. E sobre o slide, eu vi que vocês não distinguiram equipes, eu queria saber se nessas capacitações, grupos, tipos assim, de escolarização, de pessoas, aí eu queria saber de serviços, porque a gente discute muito isso, ontem a gente também na capacitação que Nelson, João Paulo, eu, você estava, a gente discutiu sobre o serviço. Que a gente fala de um sistema único de assistência, só que na hora de capacitar a gente fragmenta as capacitações. **Isac, CQVRD:** Eu queria corroborar um pouco com o Matheus, falar um pouco nessa linha e dizer também que no grupo de debate durante o FONACEAS a discussão lá foi um pouco nesse sentido de como que a gente faz para construir alternativas para que as capacitações permanentes elas alcancem também principalmente usuários e outras organizações que não estão nem no conselho municipal ou estadual. Porque quando a gente, eu sei que a gente defende muito aqui no conselho para que não vá apenas para trabalhador, que vá para entidades também, que vá para usuários também, mas às vezes a gente fala só de quem está lá no conselho. E às vezes a permanência dessas pessoas no conselho ela é temporária, aí a gente cai no problema que a gente faz as conferências às vezes com participação de pessoas que chegam lá e têm dificuldade para construir as propostas, para entender as temáticas discutidas. E a gente entende que se a gente conseguisse ampliar o Capacita SUAS, é claro que a gente está falando de um desafio muito grande, e que precisamos, também, ver como que a gente utiliza também as organizações que já estão nos territórios ou fóruns e outros espaços que podem ajudar nessas capacitações, mas como que a gente inclui esses sujeitos, sejam usuários, sejam organizações da sociedade civil, que não estão ainda nos conselhos de assistência social também. **Rosalice, CMSSVP:** A minha fala é muito na linha da capacitação em relação às equipes dos serviços. Quando a gente fala assim, serviço, a gente já pensa assim, a par dos trabalhadores que estão dentro de um CRAS, de trabalhadores, a SEDESE tem alguma estratégia dentro dos municípios para fortalecer que essa capacitação chegue também para a sociedade civil, para os trabalhadores que estão nas entidades? Nós sabemos que grande parte dos trabalhadores hoje do SUAS estão dentro das entidades, estão dentro da sociedade civil, e toda vez que chega, assim, capacitação, a gente já imagina assim o pessoal do CRAS, da prefeitura. E eu não consigo enxergar essas capacitações chegando lá nas entidades, lá nos trabalhadores da sociedade civil. Eu queria saber se tem alguma estratégia nos municípios para fortalecer e ainda mostrar que isso é um direito do trabalhador, que é um direito que ele tem dentro do horário de trabalho dele, como a Sandra falou, faz parte do nosso horário de trabalho. Que a gente tem essa dificuldade que

talvez o governo não enfrente com tanta, como a gente enfrenta, não é? **Gabriele, SEDESE:** Agradecer, viu, gente? Todas as falas, eu vou responder mais os que foram perguntas, mas eu acho que Matheus, enfim, todo mundo trouxe falas muito relevantes aqui que eu acho que é aprendizado para a gente repensar e, assim, incluir e aprimorar os nossos processos pensando que daqui a pouco a gente vai trazer aqui para discutir o planejamento para 2025 das ações, de fato. Então eu acho que tudo isso corrobora aqui para o nosso fazer. Laís perguntou sobre a questão do cofinanciamento, aí eu retomei aqui rapidinho no PEAS. A gente não tem isso hoje no estado, não é? E no Governo Federal hoje o que tem é IGD SUAS que já tem muito tempo que não é pago, o IGDPBF muito é utilizado também na lógica das ações de capacitação. As capacitações que são em serviço, como a gente compreende que é processo de trabalho, então eu me qualificar para a oferta do serviço eu estou aprimorando o serviço, então os recursos de cofinanciamento são utilizados nessa lógica também. Então o recurso de cofinanciamento para proteção especial utilizado para melhorar o serviço da proteção especial. Então em ações, inclusive, de capacitação e apoio técnico. Mas aí no estado a gente, assim, pelo menos, gostaria, e a gente tentou colocar isso lá no PEAS, de criar, pensar condições para instituir, futuramente, um incentivo financeiro para a gestão. E aí a gente olhou não só a educação permanente, a gente não tem a vigilância, a gente não tem o controle social inclusive, não é? Têm só os IGDS instituídos. Então no PEAS a ação está como criar e propor critérios e estratégias de captação de recursos para o cofinanciamento de incentivo financeiro aos municípios de pequeno porte para fortalecimento da gestão e controle social do SUAS. Então essa é uma meta nossa para 2026 e 2027 que a gente vai buscar, primeiro pensar esses critérios, criar um indicador de gestão e aí buscar recurso para isso. Então assim, é a nossa vontade, mas hoje a gente não tem nem, assim, completamente normatizado os nossos instrumentos de repasse, por exemplo, plano de serviços, está muito na lógica ainda dos serviços e benefícios, então a gente teria que avançar na instituição dos incentivos de gestão, mas é uma coisa que a gente gostaria até 2027. Sobre essa questão que você falou da gente, do público alvo das ações, isso normalmente no planejamento anual de qualificações isso está lá posto qual é o público alvo aí tanto de escolaridade, de qual equipamento. Mas eu acho que, assim, a gente está nesse movimento, inclusive essa capacitação que está acontecendo para os trabalhadores estaduais é o início desse movimento mesmo da gente pensar o SUAS de uma forma ampla. Então em algumas a gente já, alguns temas que são comuns a gente já abrange mais de um público, mas eu acho que no planejamento a gente sempre acaba voltando para as caixinhas dos serviços e dos níveis de proteção. Então assim, é uma coisa que a gente está caminhando para tentar mudar isso, aprimorar isso para os próximos anos. Acho que o que o Isac fala é muito importante também porque a gente, até o público alvo das ações, gestores, trabalhadores, conselheiros e usuários. E aí o usuário ele só é chamado enquanto representante de conselho, acaba que a gente não chega lá. As entidades a mesma coisa, as que são

parcerizadas até de alguma maneira elas são incluídas, mas se a gente for pensar a rede toda a gente é muito frágil. Eu lembro que no Capacita SUAS eu acho que de toda as capacitações que a gente fez uma ou duas envolveu trabalhador de entidade mesmo com essa diretriz, as demais era por vagas limitadas para trabalhador do nível direto. Então eu acho que aí casa muito com o que Rosa disse também da gente pensar como abranger essas ações, a gente fez algumas esse ano já, mas assim, ações de apoio técnico, não cursos de capacitação, a gente fez acho que algumas já sobre entidades e vínculo SUAS. A gente teve, recentemente, uma live sobre o programa Nota Fiscal Mineira também, que chamou as entidades, o curso de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos não são só os serviços diretos que são convidados do centro de convivência também, mas ainda é frágil. Assim, eu acho que a gente divulga, mas às vezes o próprio gestor não disponibiliza a vaga para a entidade, ou às vezes não chega, a gente tem um banco de entidades, mas não chega em todas que existem. Então eu acho que têm vários caminhos para a gente percorrer aí, a revisão da resolução 643 do CEAS a gente deixar isso mais evidente lá. Ela é muito boa, ela já trouxe muitos avanços, mas acho que a gente deixar isso mais evidente lá, desse papel do gestor. E o papel da SEDESE também de incluir esse público, eu acho que, tenho expectativas que a gente vai avançar, mas assim, só considerar e agradecer por todas as falas. **Marcelo, OAB-MG:** Eu achei excelente e cumprimento a SEDESE e vocês pela apresentação e elaboração desse plano. Mas eu trago é para nós aqui do CEAS uma responsabilidade, porque quando a gente vê na fala de vocês que muitos dos cursos não ocorrem porque as chefias não liberam os trabalhadores para poder participar desses cursos, então isso é um problema, um problema que tanto a SEDESE quanto o CEAS têm que tentar buscar minimizar essa situação. E acho que nós aqui no CEAS já poderíamos, não sei se agora é o momento, mas em momento futuro, nós trabalharmos com os conselhos municipais para que eles sensibilizem os gestores no sentido de que, da importância da participação dos trabalhadores nesses encontros. Era só isso. **Nelson, SEDESE:** Primeiro agradecer Gabi e a Livia pela apresentação e pela contribuição de todos, eu vi que a Gabi está tomando nota de tudo aqui porque eu acho que é isso, não é? Assim como nas discussões anteriores isso vai fortalecendo a gente também e a gente entendendo caminhos que a gente precisa seguir a partir daqui, não é? Eu posso pedir para a Secretaria Executiva reproduzir ali a resolução e aí a gente fazer a leitura da resolução para aprovação do plano? Então vou fazer a leitura aqui da resolução. Resolução CEAS de 25 de outubro de 2024, aprova o Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS de Minas Gerais de vigência 2024 – 2027 em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP SUAS. Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, CEAS9 MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 13 da lei estadual 12.262 e pela NOB SUAS aprovada pela resolução CNAS 33 de 2 de dezembro de 2002. E aí o considerando com as normativas afetas à publicação. Resolve, artigo 1º, aprovar a pactuação do Plano Estadual de

Educação Permanente do SUAS, aprovar o plano, desculpa, gente, só para já corrigir aqui, aprovar o Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS de Minas Gerais de vigência 2024 – 2027, em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP SUAS; artigo 2º, esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 25 de outubro de 2024. Alguma consideração? Então a gente pode ir para a votação? Então pela aprovação. Reprovação. Abstenções. Então resolução aprovada. Obrigado, Gabi. Obrigado, Livia. Aí, gente, o próximo ponto de pauta é a apresentação do relatório de execução do PROCAD SUAS. Agora é vinte para o meio dia, vocês acham que a gente adianta alguma pauta? Você acha que é possível? Então vocês querem ir para outras pautas e depois voltar? Então tá, então aí a gente vai pular as duas próximas que seriam a apresentação do relatório do PROCAD e do PPAG, todo mundo de acordo? Então o próximo ponto é a alteração da plenária de novembro. A nossa plenária em novembro, nosso calendário, ela está prevista para os dias 21 e 22 de novembro. E aí os trabalhadores solicitaram uma alteração porque nesses mesmos dias acontece o Fórum Nacional de trabalhadores, e aí a proposta seria alterar para os dias 28 e 29, porque na semana anterior a gente tem um feriado, então não teria como, então a gente teria que prorrogar para a próxima semana. Não sei se algum trabalhador quer mencionar o fórum, mas aí é isso, a justificativa de alteração é essa.

João Paulo, SEDESE: Eu até perguntei mais cedo para o Matheus se tem a data da reunião com a, do FEM está marcada para o dia 28, eu acho, aí acho que era bom confirmar, Matheus, porque aí seria no mesmo dia para a gente já começar a pensar como é que seria a programação. Porque eu acho que é uma pauta de extrema relevância da nossa participação, e a gente tem trabalho no dia 28 também que é reunião de mesa diretora, de segmento, das comissões. Então para a gente não já pré-agendar sabendo que tem outra agenda também agendada. **Nelson, SEDESE:** Podemos então votar pela alteração da data? Então pela aprovação. Reprovação. Abstenções. Então plenária alterada então para os dias 28 e 29. Aí só como encaminhamento secretaria executiva fazer um informe, publicar lá no site e encaminhar para todos os conselheiros também no grupo. Então o próximo ponto, gente, é a respeito da realização e participação nas conferências de assistência social em 2025. A gente ainda depende de algumas informações vindas do conselho nacional, mas a comissão, aí depois se a Laís quiser falar também, mas a comissão que fica permanente aqui responsável pelas deliberações de conselho já vêm discutindo um pouco disso e já propõe que a gente, a gente falou disso na última plenária também, então a gente já propõe a criação de um GT para organização da conferência. E esse GT já, a partir da sua publicação, acho que um primeiro momento se reunir com as comissões de orçamento e de deliberações das conferências, não é? De monitoramento de deliberação das conferências, porque essas duas comissões já estão de posse de um ofício da SEDESE com o orçamento previsto para, no PPAG para a realização das conferências. Então esse já seria um primeiro ponto de partida desse GT. Aí, Laís, você quer me complementar?

A gente pode ir, podemos ir para a resolução? Então aí Secretaria Executiva se puder reproduzir a resolução aí do GT da conferência. Então vou fazer a leitura aqui da resolução, e aí se alguém tiver alguma contribuição ou algum destaque pode sinalizar. Então resolução CEAS de 25 de outubro de 2024 cria o grupo de trabalho para organização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social e de suas pré-conferências regionais e dá outras providências. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela lei estadual 12.262 e pela resolução CEAS 358 de 2011, e considerando a deliberação de sua 301ª Plenária Ordinária realizada em 25 de outubro de 2024 resolve. Artigo 1º, criar o grupo de trabalho GT organização da conferência para organização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social e de suas pré-conferências regionais que será composto por: um, pela presidência e vice-presidência, Nelson Fernando Maure Carvalho, Marcelo Armando Rodrigues. Aí, gente, só uma sinalização que os nomes já estão aqui na resolução porque a gente já tinha discutido isso na mesa diretora e já tinha solicitado que esses nomes já fossem indicados. Por dois conselheiros representantes de usuários Isac dos Santos Lopes e Welington Donizete Marques de Lima. Por dois conselheiros representantes de trabalhadores, Sandra Regina Ferreira Barbosa e Maciele Cristina Botelho Vital, por dois conselheiros representantes de entidades, Rosalice Tassar de Almeida e Patrícia Pinto Valadares. Por dois conselheiros representantes dos conselhos municipais, Laís Alexandre da Silva e Fernanda Regina da Silva. E por dois conselheiros representantes governamentais, João Paulo Freire Jardim e Érica Pereira Alves Beltrame. Parágrafo 1º, o GT organização da conferência tem prazo de duração até o dia da conferência estadual e será coordenado pela presidência do conselho. 2º, todos os membros deverão dispor de tempo para realização das atividades do GT, organização da conferência, observando-se sempre o prazo para entrega de seus trabalhos. 3º, a comissão de monitoramento de deliberação das conferências estaduais de assistência social contribuirá com o GT, organização de conferência, naquilo que lhe couber. Parágrafo 4º, o GT organização da conferência disporá, quando necessário, de apoio jurídico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, nos termos do artigo 16 do regimento interno. Artigo 2º, o GT Organização da Conferência tem por atribuições, um, orientar e acompanhar a realização e os resultados das conferências de assistência social municipais e regionais. Dois, preparar e acompanhar a operacionalização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social e de suas pré-conferências regionais. Três, propor e encaminhar para aprovação do colegiado, critérios de definição do número de delegados, regulamento, regimento interno, divulgação, organização, composição, bem como materiais a serem utilizados durante a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social e de suas pré-conferências regionais. Quatro, organizar e coordenar a realização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social e de duas pré-conferências regionais. Cinco, promover a integração com os setores SEDESE que tenham interface com o evento para tratar de

assuntos referentes à realização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social e de suas pré-conferências regionais. Seis, observar a metodologia a ser adotada para a realização da 16ª Estadual de Assistência Social e de duas pré-conferências regionais. Sete, dar suporte técnico operacional durante a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social e suas pré-conferências regionais. Oito, subsidiar e acompanhar as ações desenvolvidas pelas empresas contratadas para organização e execução da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social e de suas pré-conferências regionais com estrita consonância com a as deliberações do CEAS-MG. Nove, manter o colegiado informado sobre o andamento das providências operacionais programáticas e da sistematização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social e suas pré-conferências regionais. Dez, informar as atividades desenvolvidas ao colegiado do CEAS. Artigo 3º, o GT organização da conferência se reunirá de forma presencial ou de forma remota, sempre que se fizer necessário, por convocação da presidência ou requerimento da maioria de seus membros. Parágrafo 1º, as reuniões do GT Organização da Conferência serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria simples dos seus membros e em segunda convocação após quinze minutos com a presença de qualquer número de membros. Parágrafo 2º, o conselheiro quando convocado para as reuniões deverá confirmar a sua participação com antecedência para organização administrativa. Parágrafo 3º, a secretaria executiva cuidará, no que couber, de todos os procedimentos para a viabilização da participação de todos os membros do GT. Artigo 4º, para a operacionalização da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social e de suas pré-conferências regionais, o GT Organização da Conferência contará com o apoio da Secretaria Executiva do CEAS, e demais setores da SEDESE. Parágrafo único, o GT Organização da Conferência, motivado pela necessidade, poderá contar com o apoio de outros atores que possam corroborar com seus trabalhos e sua consecução de seus objetivos. Artigo 5º, essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. **Esther, SEDESE:** Eu fiquei na dúvida até quando que vai esse GT, porque parece, lá no início fala que é no início da conferência. Eu acho que ele, durante a conferência, ele ainda permanece porque depois ele tem atribuições ao longo do texto que remetem à realização da 16ª conferência. Então acho que a dissolução não é no dia que antecede a data do início não. **Nelson, SEDESE:** Eu também entendo que o GT ele tem responsabilidades para organização da conferência. Aí durante o processo de conferência todos os conselheiros aqui são responsáveis pela execução dos trabalhos ali. **Esther, SEDESE:** A dúvida gerou porque depois nas atribuições desse grupo, sabe? As atribuições remetem durante a realização e não na data que antecede. **Nelson, SEDESE:** Vocês querem que eu leia então de novo as atribuições? **Sandra, SINTBREF:** Gente, eu entendi o GT, mas cria-se a comissão para a conferência? Comissão de organização da conferência ou aqui o nome é GT? GT da conferência? Ah, tá. Eu pensei que ia ter um outro momento, que vai ter outra resolução, então está, é esse grupo, não é? Beleza. **Nelson, SEDESE:** GT, é. **Isac, CQVRD:** Sandra, é que são duas

coisas, uma coisa é a comissão de monitoramento da conferência, ele sempre atua, outra coisa é o GT que é específico para a organização da conferência que conta com a comissão e apoio, porque são mais trabalhos. Agora, eu acho, concordo um pouco com a fala da Esther, e assim, acho que deveríamos definir se é até começar a conferência, normalmente não é até começar, é até executar a conferência. E assim, têm algumas coisas que são o GT que resolve, que propõe, compreendemos também que o GT ele não resolve sozinho, que a maioria das coisas vai ser definido na plenária, o GT ele apenas aprofunda as discussões e propõe algumas coisas, não é? E aí parte das atividades são feitas pelo GT e outras partes são feitas pela comissão de monitoramento da conferência, até depois da conferência, inclusive. E naquela primeira atribuição ali mesmo eu estou pensando se são só nas conferências municipais e regionais, mas entendendo que é na estadual também, acho que não são só nas regionais não. **Suzanne, SEDESE:** Assim, tendo como base as outras conferências é isso, mesmo depois que acaba o dia da conferência, a comissão organizadora ela faz, por exemplo, conferir o que a relatoria fez lá na hora, a documentação, a publicação das deliberações da conferência o GT também acompanha. Então para, entendendo o que a Esther falou, eu sugeriria trocar lá no artigo para colocar até o fim do processo conferencial, que aí independente do evento conferência, quando terminar o processo o GT se desfaz. **Nelson, SEDESE:** Aí, gente, então com a alteração ficaria: O GT organização da conferência tem prazo de duração até o fim do processo conferencial e será coordenado pela presidência do conselho. Está assim, gente, parágrafo 1º, GT organização de conferência tem prazo de duração até o fim do processo conferencial e será coordenado pela presidência do conselho. Certo? Mais alguma observação? Então a gente pode ir para a votação? Pela aprovação. Reprovação. Abstenções. Então resolução aprovada. Então agora meio dia a gente faz uma pausa para o almoço, uma hora a gente retorna. Boa tarde, pessoal. Então para a gente retomar a nossa plenária vou pedir para os conselheiros sentarem nos seus lugares. A gente fez uma alteração na pauta e aí então vou retomar lá no ponto três para a gente seguir aqui que é a apresentação da execução do PROCAD SUAS. Ontem a gente encaminhou, aí quero já iniciar sinalizando isso, a gente encaminhou essa inclusão do PROCAD SUAS no ponto de pauta hoje considerando a organização das comissões conjuntas a partir da reunião de ontem, então inicialmente essa não era uma pauta que estava na nossa plenária de hoje. Mas em se tratando de um informativo a gente considerou que isso poderia constar na pauta de hoje. O relatório ele foi encaminhado para todos os conselheiros, e aí ele diz da execução física e financeira de execução, posso continuar, gente? Não, quero que vocês me escutem. Então o relatório ele diz da execução física e financeira do PROCAD SUAS que é o programa de fortalecimento do Cadastro Único no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Então vou passar a palavra para a Suzanne que vai fazer a apresentação para nós. **Suzanne, SEDESE:** Boa tarde. Para quem não me conhece meu nome é Suzanne, eu estou na diretoria de gestão do Cadastro Único e Programas Socioassistenciais

que na SEDESE é dentro da Superintendência de Proteção Básica que o superintendente é o Nelson, hoje aqui em outra função. Assim, antes de ir para o conteúdo em si acho que é importante fazer uma introdução para falar de duas coisas, a primeira é o que essa pauta está fazendo aqui no dia de hoje, da onde essa pauta surgiu. Então o que aconteceu foi o seguinte, o Conselho Nacional de Assistência Social enviou um ofício circular a todos os conselhos estaduais e municipais relatando que em uma reunião do CNAS foi apresentado o status de execução do PROCAD nos municípios e nos estados e eles identificaram que tinham muitos entes com muito saldo em conta. Então aí o Conselho Nacional manda esse ofício aos conselhos estaduais e municipais sugerindo que os conselhos solicitassem aos gestores o relatório para dizer de como que está a execução do PROCAD em cada município, em cada estado. É isso, o CEAS recebeu esse ofício do CNAS e encaminhou um ofício para a SEDESE solicitando as informações. Então como o Nelson explicou, não é uma pauta de pactuação, é mais para a gente discutir mesmo e atender a essa sugestão que o CNAS deu e que o CEAS solicitou. E aí o outro adendo, antes da gente começar, eu não sei o quanto que todo mundo está, sabe o quê que é o PROCAD SUAS, então vou bem rapidinho explicar um pouquinho sobre o PROCAD. O nome é Programa de Fortalecimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social. Ele é um programa que foi pactuado ano passado, no começo do ano passado pela CIT e pelo CNAS, e ele partiu de um diagnóstico que o Governo Federal fez, o MDS, de um histórico de fragilidade que o Cadastro Único estava passando nos últimos anos por vários motivos, problemas de gestão do Governo Federal, teve o problema que durante a pandemia vários processos de averiguação e qualificação do cadastro foram suspensos porque é isso, não tinha como falar para as pessoas irem até os postos de cadastramento. Então um dado que eles tinham vários indicadores que mostravam o que precisava de qualificar o CAD Único, eles pactuaram esse programa, é isso, assim, não é? E aí todos os entes receberam recurso, e aí no relatório, não vou ficar repetindo aqui, mas tem todas as resoluções da CIT, do CNAS que pactuaram o recurso, a gente detalhou bem quanto que cada município e cada estado recebeu também. Então foi isso, foi um repasse que aconteceu no mês passado, acho que no mês de abril ou maio, e aí esse ano, 2024, alguns municípios receberam, eles fizeram uma nova pactuação para alguns municípios, e aí o critério que eles usaram era justamente municípios que já tinham executado mais de 80% do recurso e municípios que conseguiram reduzir o número de famílias unipessoais no CAD Único. Outra questão, o Nelson, a gente já falou sobre isso em outras plenárias, mas o CEAS também demonstrou esse interesse em discutir sobre esses processos de averiguação também cadastral. Então eu acho que é uma agenda que a gente tem que marcar em breve porque eu acho que tem tudo a ver com o PROCAD também. Esse desde o ano passado foram incluídos vários públicos no que eles chamam de averiguação cadastral. E é isso, alguns conselheiros levantaram questões importantes, assim, então acho que vai qualificar bem a gente

discutir isso aqui. Não tem uma apresentação específica porque o relatório já está bem sintético, aí eu vou pedir para colocar lá na página cinco, Poli, por favor. **Nelson, SEDESE:** Só fazer um parêntese para que todos já fiquem em conhecimento do que a mesa diretora discutiu que com relação à pauta de averiguação cadastral a gente trazer isso para a comissão de política, e aí a comissão de política conduzir essa discussão, convidar a diretoria de gestão do Cadastro Único para não ficar também algo, a gente só trazer uma informação aqui na plenária. Acho que é importante a gente fazer uma discussão, amadurecer, os conceitos, entender desses números, então a gente vai conduzir isso a partir da comissão de política que foi o nosso encaminhamento na reunião de mesa diretora. **Suzanne, SEDESE:** Continuar então, aí se alguém quiser ir comentando ao longo da apresentação. Então como é que isso foi feito aqui em Minas Gerais? As orientações do próprio MDS eles sugeriram que os órgãos gestores construíssem o que eles chamaram de projetos executivos, que é basicamente um plano de ação, um planejamento sobre como o recurso vai ser executado. E aqui no caso de Minas Gerais esse projeto executivo ele foi construído junto com o CEAS e a resolução que aprova esse projeto executivo é a resolução CEAS 815 de 26 de setembro de 2023. Então esse relatório ele traz todas as ações que foram pactuadas, planejadas lá nesse projeto executivo e a gente fala do status delas. Aí começando, a primeira ação, não vou ler o relatório inteiro, mas só falar de forma mais simples o status, a primeira ação que foi prevista foi aplicar uma pesquisa sobre a execução do CAD Único e do Programa Bolsa Família nos Municípios. Essa ação surgiu, enfim, os conselheiros, o Nelson, à época, estava na diretoria do CAD Único, e talvez uma necessidade de qualificar as nossas agendas de capacitação, entender quais que eram as fragilidades do município na gestão do CAD Único para isso melhorar o nosso planejamento de capacitações, de apoio técnico. Então essa pesquisa ela foi realizada, a gente até colocou as datas do dia cinco de setembro de 2023 até dia primeiro de novembro. É uma pesquisa bem grande, o formulário tem quase cinquenta questões relacionadas à gestão do CAD Único e do programa Bolsa Família. No projeto executivo tinha uma meta de que pelo menos 70% dos municípios respondessem à pesquisa, a meta foi cumprida, no fim 769 municípios responderam, então dá 90% dos municípios em Minas Gerais. E aí nesse mesmo, o relatório tem anexos, um dos anexos é o formulário para vocês terem conhecimento do quê que foi perguntado aos municípios, e o outro anexo é uma apresentação sintética com os resultados da pesquisa. Essa apresentação ela foi discutida numa reunião da Comissão Intersetorial Estadual do Programa Bolsa Família. Mas é isso, aí a gente colocou como anexo para os companheiros que não acompanharam à época terem ciência. Então essa ação está concluída. A segunda ação, e aí eu já vou falar da segunda, da terceira e da quarta juntas porque a ação dois é fomentar e orientar a inclusão e a atualização do Cadastro Único de Famílias Indígenas, a ação três fomentar e orientar a inclusão e a orientação do Cadastro Único de Famílias quilombolas, e ação quatro é orientar e garantir a inclusão e atualização de

peças e famílias em situação de rua. Aí têm várias metas relacionadas a essa ação, uma delas é a produção de um material de orientação sobre o cadastramento diferenciado desse público. Aí a gente, essa ação ela está em andamento, esse ano tiveram várias alterações no formulário do CAD Único, uma delas, inclusive, aconteceu no mês passado. Então agora a gente já tem condições de consolidar todas essas orientações para fazer esse material e cumprir a meta que está lá no projeto executivo do PROCAD. E aí a gente coloca também que a gente fez várias capacitações, esse ano, para instrutores e para entrevistadores do Cadastro Único. Durante as aulas, no caso de famílias indígenas, tem a aula seis da programação da capacitação, ela fala sobre o cadastramento diferenciado. No caso de famílias quilombolas também é a aula, deixa eu ver o número dela aqui, aula seis também sobre famílias quilombolas, e no caso de pessoas em situação de rua aula dezoito. Então esses três tópicos, apesar de o material não estar pronto, que a gente também estava guardando os materiais do Governo Federal, essa pauta de cadastramento teve aulas específicas nas capacitações do CAD Único sobre isso. E além disso, outra coisa que está, tem uma previsão também de realizar um seminário específico sobre o cadastramento diferenciado desses três públicos. Então a ideia é que assim que o material, consolidando o material que faça, a gente faça o seminário para divulgar o material e para discutir sobre o cadastramento diferenciado desses públicos. Então são as ações que estão, ainda não foram executadas, estão em andamento e agora com mais condições de execução já que o Governo Federal já publicou os materiais que precisa publicar. A ação número cinco é fomentar a atualização de cadastros unipessoais, eu coloquei até um gráfico. Aí, Poli, é na página sete, aí se puder só aumentar o gráfico, não vai dar para ler os numerinhos, mas dá para entender um pouco a lógica. Se a gente pegar janeiro de 2023 e setembro de 2024, tem até um errinho de digitação ali, teve uma redução de 170 mil cadastros unipessoais no estado de Minas Gerais. O gráfico mostra que a queda ela não é muito diferente da queda no Cadastro Único então, por exemplo, em janeiro de 2023 tinha 3 milhões e 700 mil famílias, em setembro de 2024, 3 milhões e 600 mil. A queda ela é muito parecida nos casos unipessoais, então estou dizendo isso porque eu participo todo mês de reuniões das coordenações estaduais do Cadastro Único e o Governo Federal começou a perceber que talvez, é isso, não é? Que a averiguação cadastral de cadastros unipessoais não estava gerando o resultado que eles estavam esperando. Então houve uma redução nos cadastros unipessoais, mas o que está acontecendo é, os municípios estão verificando esses cadastros em loco e a conclusão é que as famílias são unipessoais mesmo. Então isso é um assunto, uma pauta bem crítica, assim, para o Governo Federal, esse público de famílias unipessoais continua em averiguação, então essas pessoas, a visita tem que ser feita em loco, isso também é outra questão que foi super polêmica, assim, existe uma pressão muito grande nos profissionais do Cadastro Único nos municípios. Mas é isso, a gente vai discutir isso em outro momento, mas eu quis mostrar esse gráfico porque, enfim, não é? O resultado

é esse, houve redução, realmente tinham muitos cadastros que estavam irregulares, mas não era, não aconteceu a redução que o ministério esperava. E aí falando mais do projeto executivo a gente coloca que as ações de apoio técnico que foram realizadas sobre essas temáticas tiveram três videoconferências sobre esse assunto, um volume grande de atendimentos técnicos também. E além disso, nas vinte e sete turmas de capacitação que foram feitas desde o ano passado, esse assunto também foi tratado. Inclusive essa foi uma das grandes novidades do material do CAD Único no ano passado, é que eles incluíram uma aula no curso falando sobre cadastros unipessoais. E além disso a gente colocou vários informes para os conselheiros também terem, acho que também vão subsidiar essa discussão sobre averiguação cadastral, têm vários informes do Governo Federal falando sobre isso, a gente também listou eles aí. Tem uma tabela, e ainda falando dos unipessoais, não é? Uma das questões também é que a não regularização de cadastros unipessoais ele gera interrupção do pagamento do Bolsa Família. Inclusive o Governo Federal soltou uma portaria colocando um limite de cadastros unipessoais dentro do programa. Então os municípios eles não podem ter mais de 16% de famílias beneficiárias no Bolsa Família com essa composição unipessoal. Então a gente quis mostrar porque é muito diferente quando a gente olha a queda de unipessoais no cadastro de forma geral, a queda é muito maior considerando o programa Bolsa Família, mas por causa dessa normativa do Governo Federal. E, de novo, essa é outra questão muito crítica para os municípios, está acontecendo até muita judicialização, assim, de solicitações de inclusão no programa Bolsa Família porque os municípios já estão estourando a cota, as famílias são unipessoais mesmo e têm direito a entrar no programa e está acontecendo essa judicialização de entrar na justiça para fazer jus ao recebimento do benefício. Então foi outra informação que a gente achou importante compartilhar. Indo para a ação seis, aí pode ir na página nove, é uma tabela grandona, mas aí é isso de novo, vocês vão ter a oportunidade de ver, estava pactuado no projeto executivo seis turmas para instrutores do Cadastro Único, as seis turmas foram executadas desde novembro de 2023 até metade desse ano. E além disso foram realizadas vinte e uma turmas para entrevistadores, as turmas foram todas presenciais, as de entrevistadores, realizadas nas diretorias regionais da SEDESE, então a equipe foi até os municípios fazer essa capacitação. O que eu acho importante, quando vocês tiverem a oportunidade de ler o relatório, a gente coloca o número de vagas, o número de pessoas que foram, que estiveram presente, número de municípios. Porque para a gente planejar para o ano que vem a gente já tem um sinal aqui de regionais que a gente vai precisar um pouco mais de mobilização. Que tem tudo a ver com a discussão de educação permanente que a gente estava fazendo mais cedo. É isso, a gente colocou até os percentuais entre número de vagas e número de vagas que foram ocupadas, é isso, para a gente tentar, no próximo ano, planejar de forma que a gente consiga uma adesão maior. Aí só para falar das metas, as metas eram seis ações de capacitação para instrutores totalizando 180 vagas, então ela foi concluída, 22

ações de capacitação de entrevistadores totalizando 660, a gente realizou vinte e uma, então tem uma turma ainda para dar 100% para essa meta estar 95% cumprida. E a gente tinha uma meta de 960 profissionais capacitados, e aí o ponto crítico é, havia 660 vagas só que a gente só conseguiu capacitar no fim 560 pessoas. Então lá no finalzinho da tabela tem esses números, foram 810 vagas abertas, disponibilizadas para o município, vagas presenciais nos territórios dos municípios, e o número de pessoas capacitadas foi 560. É um número grande, assim, estamos comemorando que a gente conseguiu capacitar mais de quinhentas pessoas, quinhentos entrevistadores do CAD Único. Mas eu quis mostrar a comparação do quê que a gente ofertou e da participação. Falando em número de municípios, essas 560 pessoas são de 378 municípios de Minas Gerais, então a gente também tem a listinha de todo mundo que participou, qual município que foi, que aderiu às capacitações. A gente teve um resultado positivo, assim, quando a equipe retorna falando sobre os cursos, assim, os participantes estavam super engajados, assim. E é isso, assim, a qualidade da capacitação foi boa, assim, a gente tem avaliações também dos municípios, não estão todas consolidadas ainda, mas que foram bem positivas. O problema mesmo foi a adesão em alguns territórios. Aí passando para a execução financeira, a gente tem, isso tudo também foi pactuado lá no projeto executivo que o recurso que o estado recebeu ia ser gasto com recursos humanos, que era contratação de pessoal justamente para realizar esse volume grande de capacitação. Diárias e passagens, já que essas capacitações eram presenciais e regionalizadas, então teriam um, teve uma previsão de gasto com diárias e passagens. E para compra de equipamentos de informática também, que foram compras de computadores, notebooks também para, pensando muito nessa questão das capacitações também. E aí quando a gente olha o quê que foi utilizado, então a previsão de gasto com recursos humanos era de 387 mil, se a gente olhar o quê que está empenhado, que a gente, enfim, fazer esse adendo aqui, a gente colocou despesa empenhada porque tem, a despesa ela vai ser gasta, só que ela não reflete no saldo, quando a gente olha o saldo parece que tem muito mais, só que essa despesa já está comprometida, esse valor já está comprometido. Então a gente, o resultado é que a gente já gastou 65% do valor que o estado recebeu já considerando rendimento, inclusive. Então a gente recebe no começo do ano, do ano passado, 567 mil do Governo Federal, hoje a gente está com 370 mil em conta sendo que tem uma parte desses 370 que já está, já são recursos que estão comprometidos com, enfim, despesas que estão sendo executadas. Que para a gente tem uma questão positiva que é a gente cumpriu quase que 100% das ações que estavam no projeto executivo e a gente ainda tem recurso. Então outro motivo que eu acho importante a gente discutir isso aqui é que no ano que vem o CEAS vai pactuar tanto a agenda de qualificações de 2025 quanto o plano de aplicação dos recursos. Então é isso, a gente tem o resultado desse ano e a gente ainda tem saldo, então eu acho que dá oportunidade também para a gente pensar em outras ações, complementar esse projeto executivo com outras ações para melhorar essa situação nos municípios. E aí por fim, a

última informação que tem, enfim, a gente, como o CNAS motivou o ofício falando que tem muito município com saldo em conta, a gente fez uma análise rápida da situação dos municípios de Minas Gerais, e a situação é supercrítica. Eu lembro que eu falei com o Nelson que eu estava assustada, assim, a gente olhando o saldo no último dia de agosto desse ano, então bem recente, dois meses, era o último saldo que tinha disponível, tem 177 municípios que não encostaram na conta, assim, não mexeram no recurso, estão até com mais recurso do que receberam porque ficou só rendendo o valor na conta. Tem 222 municípios que utilizaram menos de 50%, então quando a gente soma esses dois números tem quase metade dos municípios de Minas Gerais que ou não utilizaram ou utilizaram muito pouco o recurso. Aí continuando, entre 50 e 80%, que já é uma utilização mais regular, tem 163 municípios, 260 utilizaram mais de 80% e tem 31 municípios que estão com a conta zerada, já utilizaram o recurso inteiro. Só a título de informação também, no ano passado a CIT prorrogou a execução do PROCAD até 2026, então isso era uma preocupação também, já que eles estão com saldo eles vão ter a oportunidade de gastar? Então sim, tem até 2026, então de novo é uma nova oportunidade da gente também tentar apoiar esses municípios para que eles executem as ações que para a gente como equipe o que ficou foi isso, não basta a gente executar o nosso, a gente tem que começar a olhar para esses municípios que não estão conseguindo executar também. Então é isso, assim, o relatório está bem sintético, você tem bem mais detalhes do que eu falei aqui, mas eu acho que era importante por isso, assim, para a gente pensar no que fazer, já que a gente ainda tem recurso, e pensar em como apoiar os municípios também para que eles executem. Aí lembrando de novo que os conselhos municipais todos receberam esse mesmo ofício, a gente não sabe se os gestores realmente estão prestando essa informação para os conselhos municipais. Mas acho que é isso. Alguma coisa a acrescentar, Nelson? É isso, gente, aí qualquer dúvida estou à disposição.

Nelson, Sedese: Aí só complementando, enquanto CEAS, o que a gente já fez de atuação é reforçar com os conselhos municipais, e aí a Secretaria Executiva também encaminhou isso para as diretorias regionais, para solicitarem que os conselhos municipais façam esse mesmo movimento que nós fizemos, de solicitar da gestão um relatório sobre a execução do programa lá no município. Foi encaminhado para os municípios, é.

Maciele, CMAS Teófilo Otoni: Para mim, assim, ainda é novo porque no nosso município já chegou, já está sendo executado, acho que já executou toda, acho que da penúltima reunião que a gente teve eu acho que já foi executado. Mas eu estou com dúvidas ainda, como é algo para mim novo, eu estou com dúvida, assim, do quê que pode ser gasto, que você disse que é para trazer conhecimento aos técnicos, os agentes, não é? Mas além disso com o que mais que pode ser executada essa verba?

Suzanne, SEDESE: Ótimo. Inclusive têm alguns materiais que eu acho que é bom a gente compartilhar também, que o Governo Federal fez, sobre dicas de como utilizar o recurso. Porque quando a gente conversa com o município, é claro que têm outros motivos, mas a grande motivação que eles falam é: “Eu não sei como é que eu posso usar

esse recurso.” É isso, assim, ele é um recurso que ele pode ser usado de forma muito similar ao IGD do programa Bolsa Família. Então, igual no nosso caso, a gente fez contratações temporárias para aumentar a equipe, a gente comprou equipamentos para fortalecer o cadastro único. Então ainda tem isso assim, não é? O recurso pode pagar até profissionais de forma temporária, inclusive. É, sim, assim, pode ser, o temporário pode ser até pagar hora extra, exato. Porque a ideia é que como é um programa, não é continuado, tanto que alguns municípios só receberam uma parcela, não receberam mais que isso. Mas a ideia de ser temporário é só isso, é vamos fortalecer essa equipe por esse momento para ela qualificar o cadastro unido e executar o programa sim. Então eu acho, olhando assim, eu não acho ele um recurso muito engessado não, acho que o município tem liberdade para entender as necessidades dele, exato, entender as necessidades dele. Igual ela está dando esse exemplo, o computador, gente, igual, por exemplo, lá na Cidade Administrativa a base de dados do Cadastro Único tem tipo sete milhões de linhas de pessoas, não dá para abrir isso num Excel, a gente precisa de programas especiais, mas o computador precisa rodar. Então é isso, se não tiver um computador bom lá na nossa mesa a gente não consegue trabalhar com o Cadastro Único. Então parece que é só “vamos ter computadores novos”, se o computador não funcionar, é isso, a gestão para, assim, não é, bem crítico para o Cadastro Único. Além disso têm vários outros sistemas vinculados ao Cadastro Único, tem muito sistema vinculado ao programa Bolsa Família que precisa de equipamentos bons. Você falou de carro também, pode ser que tenha município que tenha área extensa, área rural, pois é, que às vezes não tem cadastro porque a pessoa não consegue se deslocar até o local de cadastramento. Então a solução é a equipe que eu estou lá, então eu analisando as regras do recurso eu acho que dá para o município fazer um planejamento bom, ver as necessidades dele e utilizar o recurso para isso. Mas aí de novo, não é? Tem que ver, você falou que o seu município gastou, não é? Tem que ver como é que está o projeto executivo, que é legal também que o Governo Federal orientou bem como fazer esse documento de planejamento, que acho que é uma carência grande de muitas gestões, assim, planejar o recurso. Mas é isso, muito município não conseguiu utilizar. **Sandra, SINTBREF:** Olha aqui, muito interessante essa apresentação porque o ano passado quando aprova esse PROCAD, quando foi por volta do mês de maio vem esse projeto executivo porque fizeram a análise que os municípios não estavam executando, estava uma cifra assim, pouquíssima, porcentagem pouquíssima de município que estava executando. Aí correram, que até inclusive que era da CIT, eu falei assim: “Que ótimo que vocês estão monitorando para depois não devolver o dinheiro.”, aquela coisa toda. Mas eu quero trazer atenção é nisso, duas coisas, é monitorar o município que realmente pode pagar o trabalhador, porque uma das coisas que foram colocadas eu coloquei mais os secretários que lá estavam, que as equipes do CRAS não estavam aguentando mais de tudo que vai surgindo vai para ao CRAS, e fica a precarização, equipes já estão reduzidas, então isso foi tudo. Então assim, quem está saindo daqui orientar os municípios

porque não, pode pagar, mas às vezes ele falam: “Não, vai para a equipe do CRAS.”, e não usam o dinheiro para pagar o trabalhador e que a equipe já está precarizada. Assim foi o Criança Feliz também que incorpora no Primeira Infância, eu lembro da Rosilene Rocha falando: “Não põe mais nenhuma atribuição para os CRAS, já basta o sistema de justiça que manda.”, não é, Marcelo? O sistema de justiça manda lá, não é? E os técnicos têm que fazer os relatórios, larga tudo porque eu quero meu parecer em quinze dias, larga tudo porque eu quero o parecer, é verdade. Então assim, nós debatemos isso e ficar de olho, pode usar o dinheiro para trabalhar com esses vínculos, não é? Para não precarizar mais ainda e sobrecarregar os CRAS e os CREAS. Só isso minha contribuição, obrigada. **Ludmilla, CRESS-MG:** Complementando a fala da Sandra, eu acho que é importante pensarmos que pode ser pago o trabalhador, mas aí eu volto a pensarmos também que trabalhador é esse, não é? Porque aí não é em relação ao relatório, o relatório está excelente, parabéns pela apresentação. Mas quando a gente fala de uma ação de averiguação cadastral que você manda uma equipe para dentro da casa de um beneficiário de um programa social para ele ter que provar que ele realmente precisa desse benefício, e aí a gente fala assim: “Pode pagar o trabalhador.”, qual trabalhador? O entrevistador do Cadastro Único. Hoje o critério para entrevistador do Cadastro Único é ensino médio, então assim, se assistentes sociais e psicólogos, pedagogos, sociólogos, equipes de referência das unidades socioassistenciais já é problemático a gente colocar esses profissionais dentro da casa do usuário e falar: “Me prova que você precisa do benefício.” Porque a ação de verificação cadastral é isso, gente, prova que você é pobre. Infelizmente nós entendíamos que isso estava superado na assistência, e hoje a estação do MDS nos mostra que nós não superamos. Então assim, quando a gente fala assim: “Pode pagar o profissional.”, mas para entrevistador de nível médio me preocupa mais ainda a situação em que estamos colocando os nossos usuários. Em como isso está chegando, eu entendo o exercício, não é? Da diretoria, como você falou, de qualificar esses cadastradores, de fazer uma preparação, mas a gente entende que não é suficiente em virtude do objetivo dessa ação que no meu ver, enquanto trabalhadora, representante dos trabalhadores, é desvirtuada do objetivo da assistência que nós queremos. **Suzanne, SEDESE:** É isso, igual eu fale com vocês, nas reuniões de coordenações estaduais isso está super em pauta, assim, não é? Porque os municípios relatam para os estados essa situação. Eu estava até, é isso, não é? Nessa apresentação que a gente via mandar para subsidiar essa nossa próxima reunião, que é sobre averiguação cadastral, eu não vou achar aqui agora, mas é muito engraçado que na portaria de gestão no CAD Único tem um artigo que fala, não é? Que as informações do CAD Único, a origem delas é a declaração da família, e também os registros administrativos que é, por exemplo, o CNIS, o Governo Federal está fazendo várias integrações com o CNIS, com outras bases de dados. Aí tem um parágrafo que fala assim: “Caso a informação da família seja divergente do registro administrativo, valerá a declaração da família com documentação comprobatória. Então não é

declaração da família, isso está escrito na portaria, assim, não é? Então está valendo a declaração, mas se tiver um documento para provar, então não é a declaração que vale, então eu concordo, assim, não é? Pessoalmente concordo com o que você está falando, assim. Para mim o que é mais crítico é que eles acharam que isso ia diminuir, tinha muita gente irregular no programa, e que o bolsa família ia diminuir, e na prática essa redução não está acontecendo. Acho que é isso.

Matheus, MLGBTQIA+ De Cláudio: Cumprimentar pela apresentação. Meu primeiro contato, assim, mais profundo sobre o PROCAD, aí eu queria que você, se possível, retomasse o objetivo dessa iniciativa e principalmente trouxesse sobre os cadastros unipessoais. Porque eu conheço alguns profissionais, alguns amigos que são profissionais já me contaram e me explicaram sobre, assim, que trabalham em determinados serviços que têm essas, os cadastros. Eu queria uma explicação sobre também que você retomasse um pouco dos objetivos, do objetivo principal do programa, por favor.

Suzanne, SEDESE: Até falei para o Nelson me ajudar também aqui com qualquer coisa. Mas é isso, a discussão sobre o programa começou bem no início de 2023, porque o quê que aconteceu? Eu ia falar durante a pandemia, mas enfim, teve muitos problemas na gestão do Governo Federal também durante a pandemia. O Cadastro Único tinha vários procedimentos que pararam de ser feitos, rotina de cadastro mesmo, por causa da pandemia, por causa de suspender atividades presenciais. E além disso, acho que principalmente por causa do auxílio emergencial, o cadastro foi muito sucateado, assim, não é? Então a qualidade do dado ficou ruim até por coisas pequenas do tipo, tinha muita família com o cadastro desatualizado no Cadastro Único, assim, como nunca tinha antes, assim. E nesse contexto todo começaram a surgir muitas famílias unipessoais, que é família que tem uma pessoa só no domicílio. E aí eles fizeram um diagnóstico que isso, enfim, várias motivações para isso. Uma delas é que, por exemplo, uma família, é isso, eu moro com mais uma pessoa, mas a gente vai mentir no cadastro que a gente mora em casas separadas porque aí eu recebo um benefício e a pessoa recebe outro, então basicamente eles falaram que era necessário fazer essa averiguação. E isso estava acontecendo mesmo em alguma medida, não é? Porque teve muito pouco controle, controle social, controle de qualquer tipo no auxílio emergencial, acho que, enfim, todo mundo sabe que o processo não foi o mais democrático de todos. Então é isso, assim, não é? Esse número de unipessoal subiu demais, eu posso até depois pegar a comparação com antes da pandemia, mas a questão é essa, explodiu o número de cadastros unipessoais e isso também fez, começou uma pressão sobre o programa Bolsa Família porque começou a ter mais famílias elegíveis ao programa. Então a questão do unipessoal é essa. E aí o PROCAD, você quer completar alguma coisa?

Nelson, SEDESE: É só, é isso que a Suzanne falou, mas é só pensar que o PROCAD ele também veio numa resposta, porque foi uma resposta que o ministério deu para a CGU que nesse momento, quando identificou esse número de unipessoais, e aí a gente, na época a gente via isso, assim, esse gráfico que a Suzanne mostrou ali, na época a gente

via um crescimento exponencial, assim, de unipessoais, de um mês para o outro tinha um crescimento muito grande de cadastros unipessoais. E porque o benefício teve uma troca, nesse período também teve uma troca de programa Bolsa Família para Auxílio Brasil. E aí o programa Bolsa Família sempre trabalhou numa lógica de olhar para a composição familiar, e o programa Auxílio Brasil trabalhou numa lógica individual da família independente da composição dela. Então famílias com uma pessoa recebia um valor e famílias com dez pessoas recebiam o mesmo valor. Então essa foi uma lógica diferente também de programa de transferência de renda que trouxe essa percepção de que talvez era melhor eu ter mais cadastros numa única residência e receber o valor considerando uma única pessoa ali. E aí a CGU fez um processo de averiguação desse processo do Cadastro Único, e aí o ministério, enquanto resposta dessa demanda da CGU criou o PROCAD para fortalecer e também trabalhar melhor a inclusão e a atualização desses cadastros. **Suzanne, SEDESE:** É isso. E não é só em relação à composição, a CGU também, por exemplo, fez uma comparação da folha de pagamento do Auxílio Brasil com, por exemplo, a folha de pagamento de prefeituras. Aí descobriu, por exemplo, que tinha servidor pública que o salário é público, não é? Que em teria não teria direito ao benefício, enfim. É isso, de novo, tinham situações que precisavam, que motivaram a averiguação. **Sandra, SINTBREF:** Gente, é verdade verdadeira assim, a partir da avaliação, que no segundo semestre de 2022 houve um aumento, é processo eleitoral, era o outro governo, era a lógica, entendeu? Então foi uma coisa assim, colocada de forma sem muita transparência e sem muita qualidade. E quando passa a transição e que chegue e que olhe para os cofres que não tinha nem os cadastros, chegou lá não tinha nem os cadastros, tinha tudo sumido, foi aquela situação que a gente viu no início do ano passado, aí vem o PROCAD. Agora ele vai continuar porque já tem também uma proposta do governo é que é dessa questão da reforma fiscal dessa questão da arrecadação porque vai sair muita gente que está de forma inadequada. Mas mesmo o ano passado quando falou isso a lógica não é punitiva, foi entendido que era um momento difícil, foi pós pandemia, as pessoas estão em vulnerabilidade, fragilidade, então aos poucos ir entendendo mais. Sergipe falando que o unipessoal estava querendo invadir, ameaçando de invadir os CRAS, teve cada situação Brasil afora, que o secretário estava colocando, que estava colocando em risco a vida dos trabalhadores por conta de estar cortando o unipessoal, isso é um ponto. Porque agora vai ter também uma outra, um outro olhar no sentido que tem muito benefício que não está sendo, e quem está precisando mesmo, a colega aqui acabou de falar, no município dela está acontecendo, não está conseguindo fazer o cadastro de realmente quem precisa. Então, gente, infelizmente aconteceu e eu fui em algumas conferências o ano passado muito poucos, Betim, tarará, não vou falar o nome do município, que os próprios técnicos, não foi Betim não, foram outros, que o quê que aconteceu? Que na hora que os técnicos iam lá a pessoa pirulitava, a vizinha falou assim: “É só o carro vir ali eles já pirulitam e saem da casa.” No sentido que não queria ver,

entre aspas, o monitoramento, a fiscalização porque ele ia ser desligado porque estava recebendo, ele e a família dele mais de seis mil reais, foi o município aí que eu acompanhei. Então, mesmo assim a gente não ia, a ordem, a diretriz, a lógica não era punir, era chamar, conversar com esse usuário que ele tem direito à segurança alimentar, segurança do benefício, mas, assim, naquele momento ele estava errado porque foi uma distribuição aí, só faltou pegar helicóptero e pegar dinheiro público e dar para taxista, caminhoneiro e etcetera, a gente viu tudo que passou e estamos em outro momento. Obrigada. **Suzanne, SEDESE:** É muito bom vocês complementarem porque é isso, aí respondendo o Matheus, não é? O histórico, isso aconteceu, não é? Enfim, o cadastro foi desqualificado nesse sentido assim, não é? Por causa do desenho do auxílio Brasil, enfim, por causa de problemas de gestão. E aí o PROCAD, o objetivo dele, o que está escrito é: “Qualificar e fortalecer o CAD Único como ferramenta para identificação de famílias em situação de vulnerabilidade por meio da correção de distorção na sua base de dados, com a finalidade de promover oportunidades para acesso a serviços, benefícios e programas sociais. E aí eles definiram duas linhas para alcançar esses objetivos, a primeira é atualização e regularização de cadastros que são esses públicos de averiguação que a gente está falando, e busca ativa de famílias pertencentes a grupos populacionais tradicionais específicos, também foi uma questão, assim, não é? Dessa ideia de que teriam pessoas que têm direito aos programas, que deveriam estar no Cadastro Único e não estão, então são essas duas linhas de atuação. E é isso, assim, não é? Eu acho que a Sandra explicou bem, assim, o Nelson também, essas ações de averiguação todas tiveram uma motivação para existir, eu acho que o que a gente está discutindo agora é qual que é o impacto disso lá na ponta, não é? Enfim, a gente entende o motivo de existir, mas na ponta isso está gerando outras consequências. Então acho que não é acabar com a averiguação, mas é ajustá-la, não é? Assim, ver como é que a gente pode fazer para, de novo, não, é isso, não ficar essa pressão em cima dos técnicos, dos entrevistadores e também não colocar a família nessa situação vexatória, enfim, acho que o caminho é esse. **Nelson, SEDESE:** Temos mais alguma contribuição, gente? Então aí agradecer à Suzanne mais uma vez. O relatório ele foi já encaminhado, aí tem todos os anexos, aí depois a Secretaria Executiva organizar com todos os anexos e enviar no e-mail para todo mundo acessar todas as informações para além do que está no relatório. E aí, que a gente já discutiu na mesa diretora é que a discussão da averiguação a gente vai tirar um momento específico para tratar disso, para a gente poder qualificar também um pouco a nossa discussão. E aí a gente já conversou com a Érica enquanto comissão de política, a gente vai fazer esse movimento depois, tá? Então obrigado, Suzanne. E aí o próximo ponto, gente, foi uma solicitação da sociedade civil de trazer a apresentação do PPAG que foi feita ontem na assembleia aqui também para a plenária. Aí é a Roberta que vai fazer a apresentação, vou passar já a palavra para ela, acho que as meninas estão aí com a apresentação. **Roberta, SEDESE:** Boa tarde, Roberta SEDESE. É um prazer estar aqui com

vocês. Pessoal, essa apresentação aqui vocês vão ver que foi uma indicação da assembleia, então o padrão de exposição do layout da apresentação é tudo padrão da assembleia, tá? E a orientação é que a gente elencasse três ações, três resultados, tá? Para trazer, então isso é uma informação importante para vocês, por que só tem isso? Porque era uma orientação de que a gente tratasse de três entregas, tá? Isso é uma informação essencial aqui. Então uma informação simples e rápida que era o objetivo da apresentação de ontem do PPAG, não fui eu que fiz a apresentação, foi Marcela, tá, gente? Então se tiver alguma informação complementar, ou que precisa ser complementada aqui vocês só, quem assistiu pode contribuir, por favor. Mas foi apresentado as entregas de toda a secretaria, de todo o desenvolvimento social e para que fosse possível todas as políticas públicas serem contempladas é que teve essa orientação para focalização de três entregas, está bom? Então vamos lá. Aí, olha, três entregas por programa sob a responsabilidade de cada instituição, executava em 2024 e planejado para 2025, tá? É de livre escolha, programas, excepcionalmente de caso de programas muito abrangentes, com muitas ações, poderão ser selecionados cinco entregas, e importante adequara a apresentação ao tempo. Só para vocês saberem que tiveram essas orientações, tá? Então em relação às nossas entregas, aqui a gente tem a, o primeiro slide é expondo o quê que tem no programa 71, não é? Na assistência social que é composto do programa 71, o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social, e aí tem a listagem, qual que é o objetivo do programa com a lista das ações que estão a ele vinculadas, que são as ações que compõem o nosso PPAG, que a gente faz a prestação de contas aqui. Aí o resto da lista das ações, o piso, a gestão da política, fortalecimento e controle social, proteção social de média e alta complexidade, educação permanente, rede socioassistencial. E também tem o programa 83 que dentro do programa 83, que é a política de promoção e desenvolvimento ao servidor no contexto rural do percurso gerais, e autonomia, tem a ação que é vinculada ao CEAS que é a 1096 que é a do Aproximação SUAS, tá? Que nós também prestamos conta dela aqui, não é? Eu acho que essas discussões vocês vão ver que são discussões que estão muito presentes aqui no nosso dia a dia, tá? Então aqui a primeira entrega, a primeira ação que nós destacamos foi o piso mineiro de assistência social que é o financiamento estadual em complementaridade aos financiamentos federal e municipal destinados ao custeio de serviços assistenciais e de benefícios eventuais repassado mensalmente a famílias cadastradas no CAD Único. Então os principais resultados de 2024 foi o valor repassado até o momento, que de janeiro a outubro foram repassados já R\$ 85.311.762,02 para municípios com plano de serviço preenchido, aprovado pelo CMAS e autorizado pela SEDESE, bem com regulares no CAJEC e nas prestações de contas dos recursos repassados pelo FEAS. O total previsto para o ano é de R\$ 116.323.249,92. E aí, gente, tem uma outra entrega que é muito importante que foi que a nossa mudança, mudança do valor de referência aqui que implementou, que resultou num aumento de 40, de mais de 40% do valor do piso, não é? A gente, na nossa pactuação aqui que nós realizamos em

junho, nós reajustamos os valores do piso a partir de janeiro de 2024, passando o valor de valor de referência da parcela mensal a ser 4,28 por família de baixa renda, com cadastro atualizado no CAD Único do município, considerando a base de dados de fevereiro de 2024, sendo com parcela mínima 5 mil reais. E aí as metas e expectativas para 2025 nós colocamos aqui o valor que está previsto já que foi autorizado na proposta da LOA, já está previsto R\$ 130.783.080,00 referente ao piso mineiro de 2025. Então o piso mineiro foi essa a primeira entrega destacada, a segunda entrega destacada, gente, foi o fortalecimento, foi a cobertura da proteção social especial de municípios de pequeno porte com o financiamento de 32 CREAS municipais em municípios de porte pequeno, de pequeno porte um, com menos de 20 mil habitantes. De janeiro a outubro foi repassado o montante de R\$ 2.730.200,00 para trinta e dois municípios referente aos CREAS municipais cofinanciados. O valor previsto para o ano, gente, são R\$ 3.840.000,00. Os municípios contemplados foram aqueles que apresentaram maior, aí tem uma informação ali que está faltando, gente, houve também, gente, um reajuste, esse valor aí de R\$ 3.840.000,00 ele já abarca o reajuste que nós também aprovamos em junho, que teve um reajuste no valor das parcelas mensais dos recursos cofinanciados. Teve reajuste de 2 mil reais por parcela, isso era três mil. Olha, alguns municípios, quando a gente fazia o cofinanciamento integralmente estadual ele recebia 8 mil reais, passou para 10 mil. Aqueles municípios que recebem parcela federal e parcela federal, nossa parcela estadual era 3 mil, nós passamos para 5 mil, então dos trinta e dois teve um aumento de 2 mil reais em cada uma das parcelas, tá? E também nós aprovamos agora, assim, no mês passado, não é, gente? Aqui, a ampliação da, o cofinanciamento para 68 municípios para implantação dos CREAS municipais que são municípios que estão, já vai iniciar as tratativas neste ano. E já está previsto na nossa meta do PPAG para o ano que vem. E aí eu acho que a segunda entrega que a gente achou importante destacar foi a ampliação da cobertura da proteção social especial de média complexidade por meio do cofinanciamento dos CREAS municipais. Que é uma questão que a gente já está discutindo aqui internamente como necessária a priorização, e também teve uma demanda de priorização disso no contexto da conferência também estadual de assistência social. Deixa eu terminar aqui, que falta mais um, a gente já, é. Aí o terceiro entrega destacada foi o do percurso gerais que, o Aproximação SUAS, não é? Que foi o repasse de R\$ 4.339.900,00 para trinta e um municípios, totalizando, para os 56 mil. Porque isso aqui, gente, no ano passado a gente já tinha passado para 25 municípios e agora, que tinha sido conforme pactuação aqui no CEAS, e agora esse ano a gente repassou para os outros 31 municípios que faltavam, que ainda não tinham recebido auxílio financeiro e totalizando R\$ 8.562.400,00 para 56 municípios contemplados no segundo ciclo do percurso gerais. E aí para 2025 tem, essa ação está prevista como janela orçamentária sendo necessário a captação de recursos. A gente achou importante também destacar uma ação que, necessária onde a captação de recurso é necessária também aqui. Em relação às entregas destacadas para a assistência social no

contexto da assembleia foi isso, gente, para vocês verem é uma informação breve e é uma das discussões que nós estamos tratando aqui no cotidiano. **Marcelo, OAB-MG:** Roberta, eu vi aqui que a proposta, bom, já foram, já foi aplicado 85 milhões, até outubro, do piso mineiro. A proposta aqui é de 116 milhões até dezembro, é isso? **Roberta, SEDESE:** Marcelo, esse valor é o que já foi pago, que já está na conta dos municípios, tá? **Marcelo, OAB-MG:** 85 milhões? **Roberta, SEDESE:** 85 milhões. **Marcelo, OAB-MG:** Isso. Pois é, porque a meta, a meta é 100%, os 100% é 116 milhões. **Roberta, SEDESE:** Isso, 116 milhões, exatamente. Porque aí os 116 milhões ele vai ser completado quando a gente pagar a décima segunda parcela. E aí a gente está fazendo o desembolso de acordo com a regular, com o mês, não é? Com a competência. Esse mês agora, nós estamos no mês de outubro, nós fizemos o pagamento da parcela nove, entendeu? Da parcela do mês anterior. E aí é exatamente. **Marcelo, OAB-MG:** É justamente a importância que nós do CEAS nós temos que ter para verificar a aplicação do recurso e justamente essas apresentações trimestrais e apresentação de contas nos dão condições para isso. Mas eu conversando com o Nelson aqui, o som eu acho que, está chegando meu som aí? Está, não é? O Programa 83 ele é um programa que não foi apresentado para o CEAS neste mandato, tanto é que eu estava perguntando para ele o quê que é este Programa 83. Porque para nós aqui é uma novidade, não é? Então se puder esclarecer melhor para todos aqui, só um pouco, para a gente poder entender. **Nelson, SEDESE:** É porque na verdade ele não foi, a execução do Aproximação SUAS não foi pactuada nesse mandato, mas a gente traz ele nas prestações de contas trimestrais, isso. **Roberta, SEDESE:** Antes do Nelson explicar o programa, só uma observação. A ação 1096, que é do Aproximação SUAS, ela é de assistência social, tá? Ela é uma ação de assistência social que está vinculada ao FEAS. As outras ações do programa e o programa ele não é de assistência social, então é dentro deste programa tem uma ação de assistencial social. Então só um esclarecimento técnico aqui que pode facilitar esse entendimento. **Nelson, SEDESE:** Então o Aproximação SUAS é um projeto que integra um outro programa maior da SEDESE, que é o Programa Percursos Gerais, e todas as áreas lá dentro da SEDESE têm ações focadas nestes municípios. Então existe uma pactuação que aconteceu no âmbito da CIB e do CEAS no processo de seleção dos municípios. A gente teve uma primeira etapa do aproximação SUAS que foram 73 municípios, e a gente tem uma segunda etapa que é a que está em execução hoje que são 56 municípios. No âmbito do Aproximação SUAS que é o que compete à assistência social é feito um repasse em parcela única para esses municípios. Então a gente fez um primeiro repasse em dois mil e vinte e não, desses 56 em 2023 e um segundo repasse em 2024, mas para números de municípios, primeiro a gente repassou para vinte e cinco e agora, esse ano, foram para trinta e um, que era o que a gente tinha de disponibilidade orçamentária ali para repasse para esses 56 municípios. E aí os 56 municípios recebem essa parcela única para esse valor de até 152.900, cada município recebeu esse valor, para fortalecer as ações de gestão e de proteção social

básica. Então a gente, isso está lá na resolução do Aproximação SUAS, uma indicação de que o município possa fomentar ou criar equipes volantes, melhorar a estrutura das equipes do Cadastro Único, as equipes de CRAS, vigilância socioassistencial. Então são previsões que estão previstas lá na resolução. Desse valor repassado, 25%, e isso foi um pleito do CEAS, inclusive, a gente tinha inicialmente previsto vinte, e aí o CEAS pediu para ser 25% do valor ser destinado exclusivamente para incremento de equipe, que aí pode ser com a contratação de profissionais ou com o pagamento de horas extras. Aí foi, isso estava específico lá no plano de serviço de cada um dos municípios. E aí em contrapartida o município ele apresenta para nós nesse plano de serviço a execução de como ela vai acontecer financeira desse recurso, e as metas que esse município vai, pactua ali com a SEDESE. E aí para cada um desses 56 municípios a gente estabeleceu isso também em resolução, uma meta de acompanhamento de 40 famílias. E aí é acompanhamento, a inclusão dessas famílias no processo de acompanhamento no âmbito do PAIF nos CRAS que são contemplados pelo Aproximação SUAS. Para além disso, existe uma articulação com outros projetos, então a assistência social também pode fazer encaminhamentos, então tem um número maior de famílias que são atendidas, porque aí as famílias são, no relatório que a gente consolida de informações do Aproximação SUAS a gente considera Cadastro Único Atualizado, inclusão cadastral, famílias encaminhadas para os outros projetos. Porque essas famílias foram atendidas, mas não necessariamente acompanhadas. E aí a gente está hoje na etapa do Aproximação SUAS em que a gente está recebendo o nome dessas famílias que estão sendo inseridas em acompanhamento e aí é um processo de dois anos que é acompanhado pela diretoria de serviços e benefícios que vai acompanhar também a execução do trabalho social com famílias no âmbito aqui do Aproximação SUAS. Inclusive o PAF, que é o Plano de Acompanhamento Familiar que foi pactuado também lá na CIB, a gente já falou disso aqui no conselho, não sei se nessa gestão do conselho, mas em alguns momentos a gente já trouxe isso para o conselho, ele também está sendo implementado nesses 56 municípios como um piloto para a gente observar como que vai se dar a aplicação também do PAF e possivelmente a gente vem discutindo, inclusive, da criação de um sistema de acompanhamento familiar. **Patrícia, FEAPAES:** Eu fiquei um pouco confusa em relação aos repasses, porque ali está escrito que foi repassado 152.900, certo? E no final fala que esse ano foram repassados 4.739.900, contemplando o total 8 milhões. E aí eu queria entender esse restante do recurso o quê que é, porque se esse ano foi repassado 152 e já tinha sido repassado anterior até para dar 8 milhões, 4 milhões. E aí eu tinha entendido, assim, que esse ano foi repassado 4 milhões e 700 mil, mas em cima fala 152. **Nelson, SEDESE:** É porque em cima está falando 152 para cada município, é 152.900 para cada município, a soma de todos, do repasse de cada município dá esse total de 4.739.900 dos trinta e um que receberam em 2024. Para além desses tiveram 25 municípios que receberam em 2023, e aí a soma desse montante dos 56 é os 8 milhões. **Patrícia, FEAPAES:** Não, é isso mesmo, é só porque

isso aí refere-se ao total do segundo ciclo, tá? Aí o restante é 2023. **Mayra, APAE-BH:** Eu também não conhecia esse programa e eu queria só entender qual foi o critério para contemplar 56 municípios com esse recurso. **Nelson, SEDESE:** São uma série de critérios que selecionaram esses municípios. Como eu falei no início da minha fala, o Programa Percursos Gerais ele aconteceu em etapas então ele teve uma etapa, teve uma primeira etapa que olhava para o Índice de Desenvolvimento Humano, então eram municípios que tinham baixo IDHM, e municípios que estavam na região rural. Aí então esses foram os primeiro setenta e três. Na segunda etapa do programa utilizou-se outros critérios para além desses, então olhou para o índice de vulnerabilidades do Cadastro Único, olhou para municípios com maior incidência de situações de emergências climáticas, municípios que estavam na região da SUDENE, municípios rurais. E aí essa série de critérios chegou nesses 56 municípios prioritários olhando para todos esses critérios. Mas são critérios que foram estabelecidos para execução do Programa Percursos Gerais, que é algo que é mais amplo no âmbito da SEDESE, isso. **Ludmilla, CRESS-MG:** Eu queria que a gente voltasse na parte dos CREAS, por favor, que a minha pergunta está lá. Eu vi ali, não é? O número que com a expansão que está prevista para dois mil, a que foi realizada esse ano, deliberada aqui no CEAS, e a prevista para o ano que vem que também já foi deliberada aqui no CEAS, a gente vai chegar em Minas Gerais a 238 unidades, não é? Eu queria saber em relação aos números, não sei se são 238 unidades até 2027, que está ali, não é? Que nós já pactuamos, em relação aos números dos municípios que têm incidência, dos 853 municípios qual seria, porque a gente sabe que CREAS não precisa ter em todos, precisa ter nos que apresentam incidência significativa, não é? Diante desse número, qual que é a diferença, e aí em cima dessa pergunta, faltam 206? Não, tá. E aí em cima dessa pergunta eu queria ver porque nessa meta, e aí eu não me lembro se passou no PPAG e eu que não me atentei ou se realmente não está previsto, também a expansão de CRAS. Porque aqui em Belo Horizonte, CRAS, Centro de Referência da Assistência Social. Pensando que nós vimos na mesma, na capacitação que nós tivemos sobre orçamento, em outras discussões também a gente sabe, por exemplo, que em Belo Horizonte faltariam 120 CRAS para atender o que prevê a territorialização que é a política prevê, a PNAS. Eu sei, por exemplo, que em Contagem faltariam vinte e cinco, isso só de dois municípios a gente já está falando de praticamente 150 unidades defasadas, não é? E quando a gente fala em aumentar CREAS, eu entendo que um CREAS é um serviço mais caro porque ele já foi para a média. Ele não é só mais caro para a política como ele é mais caro para os usuários que já entraram em uma situação de violação de direitos. Então se o estado, eu entendo a incidência e a necessidade de ampliar CREAS, mas se não está previsto também o CRAS, será que existe um estudo de que vale a pena, não, a pergunta seria o contrário, não é? Se nós investirmos mais na proteção básica a gente não reduz essa necessidade de média? **Cristiano, SEDESE:** É uma pergunta complexa, não é? Porque assim, eu vou falar uma parte que é

a parte da escolha do porquê essa expansão de CREAS municipais. Para quem participou da câmara técnica que tem da cobertura da especial a gente falou que desde 2019 a gente vem fazendo algumas avaliações. E a proteção especial ela tem muitos gargalos no estado, não que a básica não tenha, porque esse dado que você traz, de fato, é um dado que está posto, muitos municípios, todos os municípios do estado têm pelo menos um CRAS, mas não só Belo Horizonte ou Contagem, outros municípios, pequenos, inclusive, teriam necessidade de ter mais CRAS. Só que a gente tem um problema na especial que é o seguinte, a gente tem um déficit muito grande de municípios de pequeno porte que não têm um equipamento da média complexidade para tratar dos casos de violação de direitos. Isso está virando uma bola de neve por quê? Porque se esse município não tem o equipamento de média para poder tratar dos casos de violação, quem está tratando desses casos? A básica, na maioria das vezes é a básica. Isso está sobrecarregando os profissionais da básica, os profissionais da básica não têm as especializações necessárias para lidar com os casos complexos de violações de direito. Não tem profissionais, por exemplo, do direito para lidar com os casos porque esses casos da especial envolvem sistema de justiça. E aí o quê que a gente fez? Em 2021 a gente elaborou, a partir da câmara técnica, a gente elaborou um diagnóstico, foi o primeiro diagnóstico do estado para identificar a incidência de violação em municípios de pequeno porte. Que é isso que você falou aí também, nem todo município de pequeno porte tem incidência para ter um CREAS. Mas a gente já vinha avaliando desde 2019 que muitos municípios de pequeno porte estavam com incidência de caso de violação igual município de médio porte. Então o quê que a gente fez? A gente fez um estudo, e aí nesse estudo a gente identificou, a gente avaliou 587 municípios com menos de 20 mil habitantes, e dessa lista de 587 municípios que não tinham CREAS, todos de pequeno porte um, a gente identificou ali que mais ou menos 206 desses municípios tinham incidência de violação de direito suficiente para ter uma unidade de CREAS. Porque assim, precisa ter, está tendo alta incidência tem que ter uma unidade especializada para lidar com esses casos. Então aí assim, no caso da especial essa foi o nosso esforço, nos últimos anos, para isso. Então em relação à meta do PPAG, no ano passado nas discussões, esse número total que aparece aí, até 2027 está contemplando esses 206 municípios mais os que a gente cofinanciava já antes desde 2022, mais alguns municípios que tinham CREAS municipais, mas não tinham nenhum cofinanciamento, por isso esse número total. Então esse número ele foi distribuído até 2026. O que a Roberta apresentou, porque a meta já de 2025 a gente já puxou ela para agora, então os 68 que estavam previstos para o ano que vem a gente já conseguiu aprovar, então essa é a primeira parte da resposta. Então assim, a gente tem muitos gargalos na especial, CREAS talvez é o mais básico, mas a gente tem gargalos para acolhimento de pessoa com deficiência, acolhimento para pessoa idosa, Centro Dia para pessoa idosa, Centro Dia para pessoa com deficiência, várias outras, e a questão da básica. Também, também, mas da básica é a questão, o Nelson vai falar, mas a básica também a questão não é só ter

mais CREAS não, porque têm outras fragilidades também. Mas assim, no caso da especial não sei se ficou claro porque assim, o foco, porque como eu respondo pela proteção especial, o foco que a gente fez foi esse, a gente precisa garantir pelo menos uma unidade de referência da média complexidade nesses municípios que apresentam alta incidência, mas é isso. **Nelson, SEDESE:** Acho que é só assim, para contribuir, não é? Eu acho que a questão que você traz ela é uma questão importante, acho que é algo que a gente discute lá na SEDESE também, não é? De que a gente precisa fortalecer a proteção social básica porque a gente tem, a gente fala muito que a proteção básica ela está nos 853 municípios, mas será que ela está presente em todos os territórios dos 853 municípios? Então é não, a gente sabe que não. Apesar de ter um CRAS em cada um dos municípios esse CRAS ele não dá conta da demanda de proteção básica em todos os 853 municípios. Então é algo que a gente discute, é algo que no âmbito da proteção básica a gente coloca como prioridade também de estudo para entender o quê que seria necessário essa ampliação. E eu acho que é uma discussão que a gente faz também com o Governo Federal no sentido de entender, inclusive, a estrutura desses equipamentos, será que hoje o que está posto, enquanto estrutura, para um CRAS, é a estrutura ideal para atender toda a demanda de proteção social básica? Então acho que tem essa discussão também, não é? E aí acho que a Roberta quer complementar um pouquinho no sentido do piso que algo que está ali atrelado ao cofinanciamento que perpassa também as ações da proteção básica. **Roberta, SEDESE:** Pergunta boa, viu, Ludmilla, todo mundo respondendo. Em relação a essa, você perguntou especificamente sobre o cofinanciamento, não é? Nós temos aqui, qual que é a estratégia que a gente tem seguido, tem adotado coletivamente aqui do cofinanciamento estadual? Nós temos a nossa principal, nosso principal instrumento de cofinanciamento que é o Piso Mineiro de Assistência Social, o piso ele cofinancia serviços da básica, da média, da alta e benefícios eventuais. Então a gente tem trabalho para ampliação dos valores do piso e paralelamente, considerando a descobertura mesmo da proteção social especial, é trabalhar também na focalização da ampliação dessa cobertura da proteção social especial por meios dos termos de aceite, dos CREAS municipais, etcetera. Em relação ao piso, gente, nós estamos num contexto, assim, de agora, por exemplo, a gente teve um aumento em relação ao piso. A gente não tem esses números de forma muito objetiva, a gente tem algumas por meio das, a gente não tem dados claros de quanto que o município gasta do piso com benefício eventual, quanto ele gasta com serviço e tudo. A gente tem a pactuação que ele coloca, mas a gente, ele não tem, é um recurso que tem por objetivo ter essa flexibilidade mesmo do município poder utilizar de forma flexível. Mas a gente tem, a gente via muitos municípios gastando a totalidade do recurso do piso com o benefício eventual, especialmente por que, gente? Porque não tinha uma regularidade de repasse. Quando você paga serviço, despesa de serviço, você precisa conseguir fazer planejamento, você precisa conseguir planejar, você precisa conseguir ter garantido de que o recurso vai estar ali. E

a gente vem de um contexto de retomada dessa regularidade, não é? Nós retomamos a regularidade e hoje os municípios se sentem já seguros de começar a colocar o dinheiro do piso em serviços. E é isso que a gente tem orientado e tentado fortalecer nas capacitações, nos apoios técnicos que a gente dá ao município, que hoje é o seguinte, olha, gente, hoje você pode ficar, você estando regular você vai receber a parcela do piso, a gente está pagando em dia, têm anos já, então a gente consegue dar mais segurança. E aí esses aumentos do piso são o lugar que nós temos hoje para este cofinanciamento dos serviços da básica e para ampliação desses serviços da básica, sabe? Que acho, assim, que a gente tem várias demandas, nós sabemos que os valores são insuficientes, que a gente precisa trabalhar com a ampliação dos valores, a gente já discutiu isso aqui anteriormente. Mas assim, hoje nossa estratégia de cofinanciamento é fortalecer, ampliar piso e também ampliar a cobertura da especial. E aí eu acho que esse fortalecimento e ampliação da proteção social básica, eu acho que ela pode estar ali nesse lugar do piso. Porque eu acho que é um momento que a gente, na capacitação, no apoio técnico e aí nas orientações também para os conselhos é de incentivar essa utilização do piso também com serviços socioassistenciais. E cada vez fortalecer serviço, gente, fortalecer serviço é uma coisa essencial para a política, eu acho que é isso. **Ludmilla, CRESS-MG:** Obrigada, agradecer as repostas. Acho que é essa linha mesmo, é uma resposta que realmente, é uma pergunta que realmente não tem uma resposta final. Mas a gente chegou no ponto que eu queria dizer, que se a estratégia para fortalecer a proteção social básica hoje é o piso mineiro, e a gente precisa entender que o piso mineiro ele contempla básica, média, alta, benefício socioassistencial, custeio e equipe, então a gente chega na conclusão que realmente o piso mineiro precisa ser ampliado para além dessa proposta. Reconhecemos os avanços que já tivemos, 2024 o avanço para 2025, mas se essa é a estruturação que vai financiar a proteção social básica a gente ainda tem muito que caminhar. **Érica, SEDESE:** Só para contribuir aí, Ludmilla, com as suas dúvidas de quem, assim, esteve à frente da proteção básica e hoje está junto com os municípios aí, isso a maioria de pequeno porte, lutando para conseguir fazer proteção básica, o quê que a proteção especial, no caso o CREAS, para esses municípios faz diferença? Isso sim vai fortalecer a básica, sabe por quê? A leitura que eu faço é a seguinte, os técnicos da proteção básica dos municípios pequenos que não têm suporte da especial eles ficam tão ali na linha de frente para cobrir as tomadas imediatas de ações, os casos graves, os vínculos rompidos, as questões de violência, que eles não conseguem fazer, de fato, aquilo que é proposto à proteção básica que é a prevenção. Então a leitura que eu faço é a seguinte, os municípios pequenos hoje eles não têm CRAS, eles têm CREAS porque eles não fazem, Ludmilla, eu estou falando de quem acompanha. Então assim, eles ficam ali fazendo ações que são de CREAS e não conseguem fazer as ações que soa de CRAS. Então quando a gente coloca um equipamento, mesmo que seja mínimo, ou reduzido em um lugar que está fragilizado e que de fato a gente vai conseguir dividir as demandas para que cada um faça o

seu, eu vou dar a possibilidade para aqueles técnicos que não estavam conseguindo fazer nem a proteção básica conseguir minimamente trabalhar, se fortalecer. E aí a gente evita os agravamentos dos casos, que é o que eu faço a leitura de que quando a especial é importante significa que nós estamos deixando vazar as questões de trabalho na básica. Então por isso que, de fato, a básica é muito importante para a gente evitar os casos de vulnerabilidade, o aumento desses casos, não é ir lá na ponta e ficar resolvendo a situação, mas sim atuar anteriormente na medida de proteção. E se a gente não tem essa estrutura de proteção porque o SUAS ele não é feito do CRAS, o SUAS ele é feito das diversas proteções nas suas complexidades. E aí se eu tenho somente o CRAS nesse lugar, o quê que eu faço quando chega uma avaliação? O quê que eu faço quando chega uma situação de violência? O quê que eu faço quando eu tenho que fazer um acolhimento? Para todo mundo e fica ali atendendo àquelas medidas emergenciais. E aí quando a gente faz um atendimento, uma escuta, uma leitura desse serviço lá no município a gente percebe que os técnicos eles estão atuando para atender às situações que seriam de CREAS e não conseguem fazer as ações que poderiam ser feitas em relação ao CRAS. Então eu faço essa leitura, que colocar CREAS municipais nos municípios de pequeno porte fortalece a proteção básica também. **Sandra, SINTBREF:** A gente tinha que começar na comissão política, que está tratando da política, trazer a assessoria e tudo para a gente começar a elencar quais são os pontos que a gente tem que debruçar para avançar nessa política, tanto no aspecto político, técnico e tal. E isso quando a Érica traz isso aqui eu acho que é hora da gente realmente discutir, que levanta situações aqui o quê que a gente faz depois? O piso mineiro tem que aumentar. Porque, gente, investir um real no saneamento básico economiza oito no SUS, lá nas internações, na saúde também é a mesma coisa, não é? Então é a lógica que a gente não teve lá atrás e agora a demanda existe, tem que olhar e tem que ser olhado. Mas é ponto importante, eu acho que têm uns temas centrais que a gente tinha que sentar e debruçar, mesmo este conselho, de a gente propor avanços, chamar assessorias, às não ficar também entre a gente aqui, de propor avanços. Não sei se vai conseguir, mas às vezes o próximo governo, quem sabe a gente consegue avançar e ser até pioneiro, assim, em algumas discussões aqui em Minas, não é? **Nelson, SEDESE:** Gente, tem mais algum ponto que vocês queiram discutir a respeito dessa pauta do PPAG? Não? Podemos avançar então, gente, com a discussão? Então Roberta, obrigado pela apresentação. Com esse ponto de pauta a gente venceu a nossa, o que a gente tinha previsto aqui na pauta, aí a gente tem só apresentação por parte das comissões. Eu vou, eu quero saber qual comissão que tem, como a gente não teve reunião na quinta-feira então não sei se as comissões têm relatos, com exceção da Comissão de Política que eu sei que tem um relato. Aí eu não sei se as outras comissões têm algum ponto para trazer para a reunião. Então Érica, Comissão de Política, e aí depois de apoio também? **Érica, SEDESE:** A Comissão de Política reuniu, juntamente com a equipe da proteção especial, para tratar sobre o assunto que está, eu não estou me recordando os termos técnicos, vocês me

ajudam aí, são pessoas que estavam presas. A Letícia vai falar, que eu só sei os termos que não são técnicos na minha cabeça aqui, agora eu não estou lembrando. **Mayra, APAE-BH:** Érica, são pessoas privadas de liberdade. **Érica, SEDESE:** Não, não é isso, é política antimanicomial, mas são pessoas que cometeram algum delito e estavam presas, mas são da política antimanicomial, então elas estavam, elas têm uma forma de cumprimento de pena diferente das outras pessoas, tem um nome bonito para isso. **Letícia, SES:** É porque a Érica não conseguiu ir na reunião, aí como eu estava eu posso falar um pouco, mas Cristiano estava também. E, assim, são pessoas que têm algum transtorno mental e elas estavam cumprindo pena em hospitais penais. E é muito difícil, tem uma situação muito delicada porque às vezes, assim, os vínculos ficaram muito fragilizados daquela pessoa, às vezes a família não tem interesse em ter, voltar a ter contato com a pessoa. Então é uma situação, assim, é um problema que é intersetorial, envolve tanto a assistência social quanto a saúde, quanto a segurança pública. Então assim, a gente foi, o CNAS ele veio com uma demanda, assim, não um questionamento, ele veio com uma proposta de incitar discussões em todos os estados para propor soluções, como que se daria essa, como que a gente poderia propor soluções para esse tipo de problema. Então, assim, foi uma discussão muito boa, muito rica, acho que todo mundo conseguiu entender melhor a questão. E a gente propôs também alguns encaminhamentos por parte, por exemplo, da saúde, a gente já está articulando junto ao Conselho Estadual de Saúde porque eles têm também, eles têm uma comissão lá que é a Comissão de Reforma Psiquiátrica. E a gente vai propor uma reunião conjunta tanto da Comissão de Política com o CES e também com o pessoal lá da SUBAS, e talvez trazer alguém lá da saúde mental da CES também, para trazer essa discussão intersetorial. Claro, o Cristiano até falou que já está sendo feita uma discussão, assim, mais avançada, tem uma comissão, esqueci o nome, é CEIMPRA? CEIMPA, eles têm essa comissão que está justamente tentando lidar com essa demanda. Então assim, vai ser bom a gente fazer essas discussões para tentar propor soluções para o problema porque é urgente, realmente têm pessoas que estão precisando resolver isso o mais rápido possível. Não sei se você, Fernanda, quer falar mais alguma questão? **Leon, FMLSUAS:** Eu fiquei curioso no nome técnico agora. **Sandra, SINTBREF:** Então, na reunião do dia 11/10, assim, uma síntese que foi feita no nosso grupo da comissão política, eu falei: “Érica, vamos ler porque saiu.” A comissão de política, estes servidores da proteção social especial da SUBAS para melhor entendimento da matéria, foi feita a discussão sobre esse tema aí da, é a questão antimanicomial, mas é a desinstitucionalização dos que estão lá. Então teve várias contribuições da Letícia, gente, cada um foi anotando alguma coisa? Promover articulação com o Conselho Estadual, marcar agenda de reunião com a comissão de política e luta antimanicomial do conselho. A Andrezza traz aí, posse da criação do protocolo de acolhimento onde seja feita uma triagem dos casos de direcionamento para os devidos equipamentos. Cristiano, do CEAS, orientar aos conselhos municipal e assistencial sobre como eles devem apoiar as gestões

dos municípios no âmbito do controle social. A Fernanda anotou, criar um plano de ressocialização para esses egressos. E eu tinha trazido também, foi demarcado sobre o trabalho intersetorial de ser muito importante que o reconhecimento que é da saúde, dos direitos humanos, da assistência social, a gente não cair naquilo que a gente, já aconteceu com a gente da comunidade terapêutica, da questão da dependência química, não é da assistência, não é da saúde, não é da assistência da saúde e aí fica, eles ficam descobertos. E é sério que são pessoas que cometeram, ato infracional é só para criança e adolescente, não é? Cometeram crimes e vai ficar na comunidade. Muitos familiares não vão, entre aspas, acolhê-los novamente, já perdeu-se os vínculos, como que essa pessoa vai viver dentro de da comunidade se não tiver essa política intersetorial apoiando essa pessoa que vai sair do antimanicomial, gente? É sério essa situação porque também pode haver, aí vem a questão do preconceito, muita coisa que pode acontecer e que vai revitimizar essa pessoa que vai precisar de acolhimento, cuidado e monitoramento. É isso. Obrigado. **Simone, CFR:** Agora a Fernanda e depois a Andrezza. **Fernanda, CMAS Campanha:** Além disso eu tinha proposto também da gente fazer um programa socioeducativo com a população, justamente para tentar evitar essa questão das pessoas terem esse preconceito com quem está saindo. Porque muitos deles vão sair de lá com condição de sair e voltar a trabalhar, estar no meio de todo mundo. Então que tenha esse programa de educação para que não haja essa questão do preconceito, que as pessoas saibam desse programa para que quando isso acontecer não tenha essa questão do preconceito. Que a gente sabe que vai ter, mas que seja menor. **Andrezza, Lar dos Idosos José Justino da Rocha:** Só complementando aqui o que as meninas disseram, foi uma reunião muito rica, nós tivemos como resposta quando sugerimos que fosse feita uma triagem para direcionar cada caso, porque a gente entende que a saúde mental ela é muito ampla, então existem vários tipos de casos. Quando sugerimos que fosse feita uma triagem, eles também deram como resposta o quê? Que estão vendo, verificando a análise sobre a possibilidade de, se vai implementar novos equipamentos ou se vai treinar os equipamentos que a gente já tem existente. Então assim, foi essa a resposta, foi até o Cristiano que passou para a gente em relação a isso. E orientar, foi orientado que nós como conselheiros, a gente desse essa resposta, quando o município perguntasse, que nós déssemos a resposta de que estão sendo feitas adaptação e verificação sobre as possibilidades que atendem essa demanda. **Leon, FMLSUAS :** Agora Maciele, Patrícia, depois Cristiano. **Érica, SEDESE:** Pessoal, só para vocês entenderem que essa demanda ela veio do Conselho Nacional para o nosso conselho, e nós não somos um órgão executivo, nós somos deliberativos, não é? Então nós temos que apoiar o CMAS para verificar qual que vai ser a situação dessas pessoas que já cumpriram pena, ou seja, já eram para estar até em liberdade há muito tempo. Mas em função da gravidade e dos problemas que elas apresentam de saúde mental, elas permaneceram presas. Então agora eles vão fechar os hospitais, já decidiram que vai fechar, só que há um problema muito grande, eles não prepararam para receber essas pessoas.

Exemplo, as demandas principais elas são da saúde, ela não é da assistência, então também a gente tem que tomar cuidado porque nós temos uma capacidade de articulação muito grande, a gente fica um pouco esquentado quando vê uma coisa muito absurda para a gente não pular a frente e ficar tomando as decisões sendo que essa é uma frente da política de saúde. Então assim, a medida mais correta seria a criação das residências terapêuticas, mas hoje a gente sabe que não existe um volume suficiente para atender essas pessoas. E preocupa muito quando fala-se em treinar os equipamentos que já existem, porque aí os que já existem eles vão arremeter nas residências inclusivas, que são equipamentos da assistência e não da saúde. Quando a isso a gente também tem que ficar atento para nós não ficarmos absorvendo demandas que são de outra política considerando que nós já temos uma expertise em acolhimentos, que a gente já acolhe pessoas nas suas diversas situações, então a gente tem que ficar atento a isso também. Então a comissão ela está fazendo essas reuniões, a Letícia marcou uma reunião, não é, Letícia? Nós vamos marcar uma reunião semana que vem com o Conselho de Saúde e o pessoal da área técnica da saúde do estado. Aí a comissão já encerrou aí os, o andamento do trabalho. **Leon, FMLSUAS:** Maciele e depois Patrícia. **Maciele, CMAS** **Teófilo Otoni:** Gente, eu estou suando frio de pensar nessa questão porque desde quando saiu a hipótese disso aconteceu meu coração acelera. Porque eu acho que a maioria não entende o nível da gravidade que é essa situação. As pessoas que estão nesses locais são pessoas que cometeram crimes graves, são serial killer, psicopatas, não é? Ou seja, colocar isso como uma questão para a assistência, vejam bem, isso é completamente saúde. Falar de direitos em relação ao que a gente já faz, ok, mas em questão de treinar serviços já existentes para pegar uma demanda que é completamente saúde, eu acho, na hora que tiver essas discussões vocês precisam ir com essa visão da gravidade que é essa situação, esses casos, é a questão da convivência mesmo em sociedade. E o que foi falado aqui, até para as famílias lidarem já é complexo, não é? Então entendam a gravidade disso antes de propor coisas que não caberiam no serviço da assistência. Se vocês foram pesquisar vocês vão ver o tipo de crimes bárbaros que essas pessoas cometeram devido ao transtorno mental que não tem cura, não tem cura, é acompanhamento e tratamento. Isso é completamente voltado para a questão da saúde, então muito cuidado com isso. Eu estou suando frio só de pensar na hipótese de liberar todas essas pessoas, como que será a muvuca, vamos dizer assim. **Leon, FMLSUAS:** Só falar os nomes que aqui estão inscritos, agora será a Patrícia, o Cristiano, a Sandra e depois a Laís, e o Matheus. **Patrícia, FEAPAES:** Eu venho reforçar um pouco o cuidado que a gente tem que ter em relação aos nossos dispositivos da assistência e aquilo que também está posto na política de saúde. Na política de saúde tem um dispositivo que é a residência terapêutica, e a composição dessa residência terapêutica envolve as pessoas da saúde. Na residência inclusiva, por mais que a gente capacite as pessoas, a gente não tem estrutura. Eu falo por questões próprias, a APAE tem residência inclusiva. E a gente tem alguns casos de saúde mental grave que a saúde

mental do município não nos apoia suficiente. Quando a gente fala de egressos, não é? Assim, é lógico que eu não estou aqui desconsiderando a pessoa, porque a pessoa ela é necessária em todas as políticas, mas quando eles estavam trabalhando a desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos eles criaram o dispositivo da residência terapêutica. A assistência ela tem que apoiar esses indivíduos na residência terapêutica na convivência nos outros serviços, mas a assistência social assumir enquanto acolhimento institucional é muito difícil, muito grave. A gente é residência inclusiva, têm algumas questões graves de saúde mental que a gente não está dando conta, e o município não consegue nos dar dispositivo que nos ajude na saúde mental desse público. E quando a gente pensa que tem um arcabouço mais grave, não estou desconsiderando a pessoa, mas a saúde mental, esquizofrenia, psicopatia mais grave, não é simples. E não cabe à assistência fazer triagem, é saúde mental, é a saúde. A gente não pode abarcar, a assistência costuma abrir as pernas e abarcar porque a gente pensa nas vulnerabilidades e no sujeito, mas a saúde ela tem que assumir algumas questões que são dela. E não adianta capacitação, gente, profissional da saúde, a pessoa entrou em crise na moradia, profissional da saúde ele pode fazer contenção, a gente no dispositivo de residência inclusiva não podemos fazer contenção medicamentosa e nem outras. **Leon, FMLSUAS:** Cristiano. Enquanto o Cristiano pega ali o microfone, gente, me traz também essa certa preocupação porque até comentei com as meninas aqui. Como? Porque, olha a realidade da qual nós vivemos hoje, os trabalhadores de uma certa forma, querendo ou não, os usuários, e olha que eu sou usuário, o trabalhador ele acaba sofrendo algum certo tipo de violência, imagina nós, nós não, no caso os trabalhadores, atendendo essas pessoas. Não é situação de preconceito, mas é uma realidade que nós estamos vivendo. Cristiano, desculpa. **Cristiano, SEDESE:** Bom, então aqui dá para ver que é uma discussão supercomplexa, não é? Eu vou tentar trazer algumas informações complementares às que já foram trazidas. Primeiro que, assim, existe uma ação específica que está em andamento em âmbito nacional com base em uma resolução do Conselho Nacional de Justiça de 2023 que está inserida num assunto que chama Política Antimanicomial. Então assim, para quem conhece um pouquinho disso sabe do nosso passado recente, que é um negócio super triste, que é o fato de pessoas estarem em hospitais psiquiátricos, apartadas da sociedade, em condições sub-humanas, vivendo um inferno na terra, isso é um assunto. Então a gente vive esse processo já há muitos anos, é uma luta constante. E essa resolução do Conselho Nacional ela diz de um assunto específico que é o fato de que ainda existem no Brasil os chamados hospitais penais psiquiátricos. Então assim, eu não sou da saúde, da área de saúde, a gente tem até a Leticia aqui que é a representante da Secretaria de Saúde, a Cris também, é um assunto delicado. Por quê? Porque assim, o fato das pessoas estarem cumprindo pena num hospital penal psiquiátrico, essas pessoas por terem transtornos mentais, e elas só estão no hospital penal psiquiátrico porque houve uma determinação judicial para que fosse lá, senão eles estariam, como alguns ainda estão, em presídios,

a gente ainda tem muitas pessoas que estão em presídios, com transtornos mentais que não deveria estar no presídio. E aí, assim, eu não quero entrar na discussão aqui moral, de que: “Ah, a pessoa cometeu um crime ou não cometeu.”, no caso dessas pessoas que têm laudos psiquiátricos falando que elas estão inimputáveis, essas pessoas precisam de um amparo do poder público municipal, estadual, federal, do estado brasileiro, é isso que está na discussão. O que vai caber a cada política é a discussão que a gente começou lá na comissão de política que me convidaram para participar, eu e a minha equipe. Por quê? Porque existem várias polemicas envolvidas e eu acho assim, que é, seria importante que nas discussões que a gente faça a gente consiga um pouquinho sair um pouco desse lugar. Porque assim, é lógico, a política de assistência social ela tem limites, e essa discussão está acontecendo no Conselho Nacional de Assistência Social também. E o Conselho Nacional de Justiça está também lá no Conselho Nacional também fazendo as discussões lá junto no Conselho Nacional de Assistência Social. Por quê? Porque é lógico, para onde essas pessoas vão? Porque essa resolução, eu não falei, mas essa resolução do Conselho Nacional diz: “A partir de tal data ninguém mais vai entrar em hospital penal psiquiátrico, e os que estão lá nos hospitais psiquiátricos.”, aqui no caso de Minas Gerais, o hospital chama Jorge Vaz, ele é lá em Barbacena. Esse hospital tem dezenas de pessoas lá que já estão com alvará de soltura, e eles estão, continuam lá porque ninguém sabe o que fazer com essas pessoas. E aí assim, o que eu estou dizendo é o seguinte, é um convite para todo mundo que for participar dessas discussões, eu acho que alguém falou uma coisa importante aqui que é, precisamos entender qual a competência do CEAS porque no âmbito do estado, e aí a SEDESE junto com a Secretaria de Saúde, junto com a Secretaria de Segurança Pública, a gente já criou um grupo de trabalho, já tem meses que a gente está discutindo isso, porque existe, de fato, uma discussão em relação a limites de atuação, em relação a residência inclusiva, em relação a residência terapêutica. Algumas dessas pessoas têm referência familiar, algumas dessas pessoas têm autonomia, condição de autonomia, algumas dessas pessoas não têm condição de autonomia, algumas dessas pessoas têm deficiências associadas à questão do transtorno mental. Então assim, têm várias discussões que a gente precisa fazer, inclusive qual que é o papel da assistência social. E aí no limite a gente acaba pensando muito nessa questão da residência inclusiva de como é que vai chegar uma pessoa dessa que cometeu um crime numa residência inclusiva? É uma preocupação, logicamente, mas a assistência social, a política de assistência ela tem responsabilidades principalmente em relação aos vínculos famílias dessas pessoas nos municípios de origem. Porque lembrando, são pessoas que estavam e estão institucionalizadas, que têm determinações judiciais já para poder sair e continuam institucionalizadas porque ninguém sabe o que fazer com elas, existe uma lacuna nas políticas públicas, ninguém sabe o que fazer. E é lógico que é delicado porque são pessoas que cometeram crime, é lógico que vem na nossa cabeça o seguinte: “Pô, na hora que essa pessoa pisar no município dela ela vai morrer.”, porque: “Ah, mas

ela não tinha condição, ela não tinha consciência do que ela fez.”, mas enfim, a partir do momento que ela pisar lá ela sofre o risco. Mas são discussões paralelas, importantes, mas é só porque assim, só para vocês entenderem, eu falei um pouco disso lá na comissão de política, o quê que está acontecendo no âmbito do executivo? Existe um grupo de trabalho que foi criado, a própria Secretaria de Saúde também tem limites em relação às residências terapêuticas, a gente tem limites em relação às residências inclusivas. Mas a gente, no caso da SUBAS, a gente tem um papel e a uma competência de apoiar tecnicamente os municípios em relação a esse assunto, então isso a gente já está fazendo também. E por fim, só para vocês saberem também, assim, como é que está, a gente já combinou, a gente criou uma comissão de técnicos da Diretoria de Proteção Especial de alta complexidade, que está vinculada à Superintendência de Proteção Especial junto com técnicos da Diretoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde, para uma visita que vai acontecer lá no Hospital Jorge Vaz, a gente tem conversado com a equipe de assistência social do Jorge Vaz também, de psicólogos do Jorge Vaz. Porque a gente já tem mais ou menos dezesseis casos que a gente tem feito um estudo de caso individualizado para cada um para saber qual que é, inclusive grau de, porque tem um documento que é emitido sobre periculosidade, sobre histórico, sobre família, então isso tudo está sendo analisado. Só para vocês saberem também, porque eu acho que assim, a Sandra até tocou nesse assunto lá na reunião de política, a gente também não pode se omitir, logicamente, dessa, não é o caso, não é? Ninguém citou isso aqui, mas assim, dentro daquilo que é de responsabilidade da política de assistência a gente também tem que pensar nisso. São seres humanos que estão numa situação de transtorno, que precisam de um acompanhamento muito médico, logicamente, da saúde mental, mas que também, devido à sua situação de vulnerabilidade, também precisam de um acompanhamento por parte da política de assistência. Então era só para tentar dar uma limpada, assim, em algumas coisas. **Leon, FMLSUAS:** Bora lá, agora é Sandra, Laís, Matheus e Isac. **Sandra, SINTBREF:** Então, não vou estender porque Cristiano já falou também o que eu queria falar, é o seguinte, gente, porque isso, eu acho que a lacuna, o que ele fala que tem muita lacuna, é a gente parar de pensar só na nossa caixinha, a gente tem que aprimorar, é uma política, é uma questão que vai envolver várias políticas, e não adianta falar, a gente discutiu, a comunidade terapêutica é assim, questão da saúde, da dependência química, os termos técnicos, não, isso é da assistência social, isso é da saúde. Não, gente, a gente tem que fazer, igual já tem esse grupo técnico que já está estudando, o quê que a assistência, a gente antecipa a falar, o que quê que a assistência, nós temos a expertise no acompanhamento de família, de acolhimento? Não sei. Agora, a questão da questão mental, da questão da justiça é com eles, mas a gente não pode se furtar também e falar: “Não.” E vai começar aquela discussão, não é da assistência, é só da saúde, isso não vai prosseguir porque a gente tem que parar também de ter um discurso da intersetorialidade que tem que ter, que tem que conversar e a gente não consegue pôr na prática, não é? Eu lembro, só

citando um exemplo rapidinho, o Alexandre de Moraes deu uma ordem que chegou lá no MDS e chegou no CNAS para a questão da população de rua que estava em quinhentos mil e seiscentos, vocês devem ter acompanhado o ano passado. Quando chegou, chegou no colo da assistência social. Eu sei que tiveram várias reflexões, não é só da assistência, a população de rua envolve habitação, envolve saúde, envolve educação, envolve uma série de coisas, de criar-se o grupo para discutir da resposta porque ele deu seis meses para a assistência social apresentar um programa, um projeto, uma solução para a população de rua no Brasil que estava mais de seiscentos mil, parece, pessoas em situação de rua. Então é a gente também ampliar e ver o quê que a gente pode antecipar, o Cristiano traz nesse grupo que já está se reunindo, de saber qual que vai ser a parte, a fatia da assistência social nessa situação, não é? E a gente abrir a mente para não ficar só na caixinha. E depois também vem a discussão orçamentária, não é? Que aí costuma também ter. obrigado. **Laís, CMAS Ipatinga:** Eu gostaria de falar da complexidade dessa discussão, porque não é uma discussão fácil, é uma discussão muito complexa. Eu acho que não tem lacuna, eu acho falta efetivar sim o que está posto, as políticas que estão propondo porque na saúde, por exemplo, tem o RAPS, tem CAPS I, CAPS AD, têm vários tipos de CAPS, só que não fazem nada, o município não faz nada, o estado não faz nada, nós estamos sendo omissos. Eu li essa resolução, li ela mais de uma vez, fiquei muito preocupada porque responsabiliza sim a assistência integralmente sobre o cuidado com essa pessoa e sobre esse processo. Então eu acho que a gente precisa discutir para ver o quê que a gente pode avançar juntamente com a saúde, até para a gente propor alternativas. Porque como a Ludmilla falou, têm muitos municípios que só tem um CRAS, e como que vai fazer isso? Porque cai, gente, no CRAS, quem trabalhou em CRAS aqui sabe que essas coisas caem no CRAS. E quando a gente fala que não cabe a nós o que a gente pode entrar como parceiro a rede ela não entende isso, ela não entende que serviços da assistência é parceiro, ela acha que é responsabilidade integralmente nossa de fazer isso. Então eu acho que essa discussão ela não para por aqui, eu acho que a gente precisa realmente avançar nessa discussão e trazer a saúde para a gente conversar sobre esse buraco da lacuna, que para mim não é buraco, é falta de efetividade. **Matheus, MLGBTQIA+ de Cláudio:** Só sublinhar um pouco do que o Cristiano trouxe no final e acho que é um tema sensível que muito nos provoca, haja vista todas as intervenções e falas, que é a questão da humanidade, da humanidade da complexidade, da complexidade da gente ter que ter atenção do que cabe à assistência social. Mas não perder de vista a humanidade, dizer que essas pessoas, independente de tudo isso, foi uma coisa que eu aprendi na minha formação, independente de tudo elas são seres humanos, elas são sujeitos de direitos. E isso é uma grande questão porque infelizmente a luta antimanicomial ela é uma luta que tem um percurso muito recente e ela é uma luta, e trazendo essa fala como uma pessoa da população LGBTQIA+, como uma pessoa negra, como uma pessoa que representa usuários dessa política, a gente precisa dizer do conteúdo que

compõe essas pessoas, do conteúdo enquanto raça, gênero, orientação sexual. A gente precisa disso para que a gente não abra um precedente para que essas pessoas, esse jogo de empurra da intersectorialidade, jogo de empurra de responsabilidade das políticas públicas, não sejam acolhidos por ninguém e fiquem aí perambulando e só criando estigma, preconceito, violência e um não lugar. Acho que nós todos aqui que apontamos, a gente, pelo menos eu espero que todos nós tenhamos esse compromisso ético de não ser mais uma pessoa aliada ao aprofundamento desse não lugar desses sujeitos, dessas sujeitas, dessas gentes, desses seres humanos. Porque aí a gente abre um precedente muito perigoso e esse precedente muito perigoso diz realmente dos nossos corpos e de corpos que há pouquíssimo tempo atrás estavam nesses espaços, estavam nesses espaços sem o respeito às garantias básicas de direitos. E é isso que a gente precisa dizer. E a minha fala é mais uma reflexão mesmo para a gente, assim, realmente pensar, realmente às vezes isso dá um aperto no peito, mas a gente respirar e a gente ter consciência que são seres humanos como nós, independente se cometeram crimes, independente se tem questões de sofrimento mental, mas são seres humanos com nós, a gente não pode contribuir com uma lógica de segregar e fazer uma escala de humanidade, ah, é tão mais humano porque fez determinada coisa ou porque não fez determinada coisa. Porque realmente para nós que estamos nesse lado mais fraco da história, estrutural e historicamente, isso é muito perigoso porque abre um precedente para que a gente retorne para esses espaços, e esses espaços que muitas das vezes não são físicos e institucionais. Eu gosto de dizer, eu aprendi muito isso, que muitas das vezes os manicômios, os piores manicômios eles estão em nós, infelizmente, a gente tem que lutar para destruí-los cada vez mais. **Isac, CQVRD:** Queria concordar muito com o Matheus e com a Laís que foram os últimos. Em parte, estou contemplado pelo Matheus, queria chamar essa atenção para que, a gente está falando de pessoas que ou foram e já são ou serão usuários do SUAS, então a gente precisa tratar muito essa humanidade, ver o que cabe à assistência social. E concordar também com o Cristiano em que sentido? No sentido que, até estava conversando com a Cristiane aqui, é um assunto complexo sim, é um assunto que nos desafia muito, como diversos outros assuntos que a gente discute nesse conselho, eu vou me lembrar aqui de uma vez que a gente estava discutindo segurança alimentar, que o CEAS promoveu uma palestra, uma plenária junto com o Conselho de Segurança Alimentar para discutir um negócio que era complexo, que uma política empurrava para a outra. E buscar uma solução conjunta, não é? Eu cito que o que está faltando muito, nesse caso, é que as políticas, brinquei com ela aqui que acho que é difícil ter uma política que encaixa o ser inteiro, não é? Que vai dar tudo que o sujeito precisa. As políticas elas precisam trabalhar, em diversos casos, na transversalidade, mas o quê que está faltando, ao meu ver, é definir e é definir juntas essas políticas que vão envolver esses casos, o quê que é responsabilidade de cada uma para que elas sejam cumpridas, não é? E aí nós enquanto CEAS acho que devemos também buscar trabalhar junto com os conselhos dessas outras políticas que

estão envolvendo esses casos para que a gente defina juntos essas responsabilidades e os planos para o acolhimento dessas pessoas de forma transversal nessas políticas, sem perder de vista nunca o que o Matheus trouxe, assim, que é o, acho que um dos horizontes fundamentais para a gente em todos os casos do SUAS. **Nelson, SEDESE:** Obrigado pelas contribuições, obrigado comissão de política. Eu acho que a comissão de política está indo nesse movimento mesmo de acompanhar a discussão junto com o Conselho de Saúde, junto com a SEDESE, junto com a CES, então acho que a gente está acompanhando o processo de discussão. Comissão de Apoio ao CMAS. **Flávio, CMAS Ipatinga:** Só a título de informação mesmo ao conselho, no próximo dia seis vai ter a capacitação, que é o CEAS próximo ao CMAS em São João Del Rei, e os conselheiros que vão estar presentes lá é a Ludmilla da Comissão de Orçamento, o Marcelo da Comissão de Normas, o Isac e a Cleusa da Comissão de Apoio, acompanhando eles a Poliana e a Stefane da Secretaria executiva. Então é só a título de informação mesmo que nós teremos o nosso segundo encontro do CMAS com o CEAS. **Nelson, SEDESE:** As demais comissões têm algum outro informe, gente? Não? Então é isso, agradecer a presença de todos e encerramos a nossa plenária de hoje. Obrigado.